
MENSAGEM PRESIDENCIAL
Projeto de Lei Orçamentária
2014






**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# ORÇAMENTOS DA UNIÃO
# EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

## Mensagem Presidencial

**Brasília,DF**
**2013**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal – SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(xx)61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2014 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2013.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2014. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2014"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

# Sumário


**Lista de Siglas** 7

**I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO** 13

A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza 14

Projeções Macroeconômicas para 2013 e 2014 27

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2013 e 2014 28

**II – DESAFIOS PARA 2014** 35

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 36

Programa de Investimentos em Logística 43

Reforma Agrária 46

Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016 48

Programa Mais Médicos 50

Plano Brasil Sem Miséria 51

Segurança Pública 54

**III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL** 57

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados 58

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais 67

Receita Orçamentária 70

Pessoal e Encargos Sociais – 2014 73

Sistemas Previdenciários 74

**IV – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO** 81

Aplicações em Operações de Crédito 82

Investimentos no Ativo Imobilizado 83

**ANEXO: DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS** 85

Empresas do Setor Produtivo 86

Empresas do Setor Financeiro 115

# Lista de Siglas

ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantia S.A

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Assec – Assessoria Econômica

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRS – *Bus Rapid Service*

BRT – *Bus Rapid Transit*

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

CEF – Caixa Econômica Federal

CEU – Centros de Artes e Esportes Unificados

Cide-combustíveis – Contribuição no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis

CIE – Centros de Iniciação ao Esporte

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Conaportos – Comissão Nacional das Autoridades nos Portos

Copom – Comitê de Política Monetária

COT – Centro Olímpico de Treinamento

CsF – Ciência sem Fronteira

Depen – Departamento Penitenciário Nacional

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

DPF – Dívida Pública Federal

DPFe – Dívida Pública Federal externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna

EC – Emenda Constitucional

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

EPL – Empresa de Planejamento e Logística

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado

FI-FGTS – Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Funpresp/Exe – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, no âmbito do Executivo

Funprev – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IED – Investimento Estrangeiro Direto

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IOF-Ouro – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, incidente sobre o ouro ativo

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LegisPrev – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal

LFT – Letras Financeiras do Tesouro

Loas – Lei Orgânica da Assistência Social

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LTN – Letras do Tesouro Nacional

MC – Ministério das Comunicações

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD – Ministério da Defesa

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MI – Ministério da Integração Nacional

MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPU – Ministério Público da União

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NFSP – Necessidade de Financiamento do Setor Público

NTN – Notas do Tesouro Nacional

NTN-F – Notas do Tesouro Nacional - série F

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAF – Plano Anual de Financiamento

PBF – Programa Bolsa Família

PBM – Programa Brasil Maior

PDG – Programa de Dispêndios Globais

PEF – Plano Estratégico de Fronteiras

Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PIL – Programa Integrado de Logística

PLC – Projeto de Lei Complementar

PLDO – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PND – Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária

PNM – Programa Nuclear da Marinha

PRF – Polícia Rodoviária Federal

Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Proex – Programa de Financiamento às Exportações

Progeren – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda

Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Prosub – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

PSF – Programa Saúde da Família

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

RCL – Receita Corrente Líquida

Reidi – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

Repetro – Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural

Reporto – Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária

Revitaliza – Programa de Revitalização de Empresas

RFB/MF – Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

Sesge – Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos

Sesu – Secretaria de Educação Superior

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SOF/MP – Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SPE – Sociedade de Propósito Específico

SPE/MF – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda

STF – Supremo Tribunal Federal

STN/MF – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

Suas – Sistema Único de Assistência Social

TAV – Trens de Alta Velocidade

TCU – Tribunal de Contas da União

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

TRF – Tribunal Regional Federal

TUP – Terminais de Uso Privado

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento

UPA 24h – Unidades de Pronto Atendimento

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos



03500.001494/2013-20

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Cláudio Lopes de Sousa
Brasília-DF 29/08/13 às 21:08

EM nº 00148/2013 MP

Brasília, 28 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.", no valor global de R$ 2.467.589.444.955,00 (dois trilhões, quatrocentos e sessenta e sete bilhões, quinhentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), sendo R$ 2.361.984.347.823,00 (dois trilhões, trezentos e sessenta e um bilhões, novecentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R$ 105.605.097.132,00 (cento e cinco bilhões, seiscentos e cinco milhões, noventa e sete mil, cento e trinta e dois reais) do Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, conforme estabelece o § 5º do art. 165 da Constituição, acompanhado da correspondente Mensagem de encaminhamento ao Congresso Nacional.

2. Esclareço, por oportuno, que o referido Projeto está em conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, em especial o art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, observado, adicionalmente, o disposto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Respeitosamente,

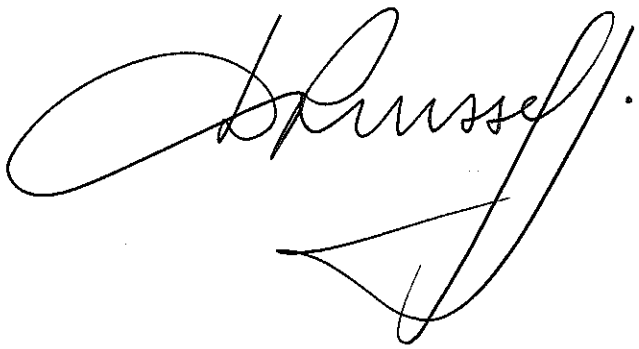
*Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior*

Mensagem nº 358

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014".

Brasília, 28 de agosto de 2013.



# I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

- A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza
- Projeções Macroeconômicas para 2013 e 2014
- Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2013 e 2014

# A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CENÁRIO EXTERNO DE INCERTEZA

As políticas públicas implementadas nos últimos anos criaram um ambiente favorável para a economia brasileira, elevando investimentos e reduzindo a desigualdade social e regional. Quatro movimentos estratégicos têm contribuído para esse cenário: a) expansão do crédito e melhora dos níveis de renda; b) crescimento econômico com estabilidade de preços; c) consolidação do Brasil como importante destino de investimento, ampliando relações comerciais com diversos países da América Latina e da Ásia; e d) aumento de investimento público e privado, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Investimentos em Logística (PIL), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Pré-Sal.

No âmbito da política econômica, o esforço coordenado implementado ao longo dos últimos anos, nas esferas fiscal e monetária, permite formular, por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2014, políticas e instrumentos para garantir crescimento sustentável da economia com redução da desigualdade. A sustentabilidade do quadro macroeconômico interno, mesmo em cenário externo de incerteza, é resultado da consistência das diretrizes e da política econômica, que visam:

a) equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa na alocação das despesas e nos indicadores de endividamento do setor público: alongamento do prazo médio; redução do percentual de vencimentos no curto prazo; diminuição da parcela da dívida exposta à volatilidade de mercado, como câmbio e taxa Selic; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB);

b) controle da inflação, no âmbito do regime de metas, com atuação da política monetária de forma prudencial e oportuna, decorrente da autonomia operacional da autoridade monetária;

c) fortalecimento das contas externas, por meio do regime de câmbio flexível, o qual permitiu a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais e o alcance pelo País da posição de credor externo líquido e, consequentemente, a queda do risco-país e a melhora de sua classificação em 2012, quando as três principais agências de risco alteraram a classificação do Brasil do primeiro para o segundo nível de grau de investimento;

d) elevação da capacidade produtiva do País, com a priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura; a adequação do ambiente de negócios, de forma a incentivar o investimento privado; e os incentivos para a indústria nacional, a ampliação dos instrumentos voltados para a inovação produtiva e incremento da qualificação da mão de obra; e

e) maior inclusão social, com melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Desse modo, de forma a criar ambiente propício para a continuidade do ciclo de desenvolvimento com maior justiça social, o orçamento de 2014 prioriza: a) a promoção de investimentos em infraestrutura, eliminando gargalos ao crescimento; b) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio do incentivo à inovação e à qualificação; e c) as políticas sociais redistributivas.

Cabe mencionar também que, frente ao desaquecimento da economia mundial, o Governo, para manter o ritmo de crescimento econômico do País, tem respondido prontamente aos efeitos desse ambiente de incerteza internacional sobre a economia interna. Entre as medidas adotadas estão as direcionadas para manter e incentivar o investimento e a produção industrial, no âmbito do Plano Integrado de Logística (PIL), dos novos marcos regulatórios do setor de infraestrutura, do Plano Brasil Maior e do PAC.

## RESULTADOS MACROECONÔMICOS EM 2012 E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013

O ambiente econômico, do início de 2012 ao final do primeiro semestre de 2013, pode ser dividido em dois períodos. No primeiro, que abrange o primeiro semestre de 2012, a confiança dos empresários estava abalada pelo recrudescimento da crise internacional em 2011, devido à longa negociação pela elevação do teto de endividamento dos EUA junto ao Congresso americano e à deterioração da situação financeira, resultando em restrições fiscais dos países do bloco europeu. Desse modo, com a elevação da aversão ao risco, a maioria dos países, inclusive o Brasil, passou a enfrentar, com menor ou maior intensidade, piora nas expectativas e contínua desaceleração da atividade produtiva. Essa mudança no ambiente econômico levou o Governo a adotar, tempestivamente, diversas medidas anticíclicas de forma a minorar o impacto da desaceleração econômica mundial sobre a economia interna.

Por sua vez, no segundo período, que compreende o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013, a economia brasileira começou a colher os resultados das medidas adotadas pelo Governo e a mostrar retomada da atividade econômica.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2012, a economia cresceu 0,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Os indicadores de confiança se deterioraram, inclusive os do setor industrial, tendo em vista a menor perspectiva de demanda externa e o acúmulo de estoques em diversos segmentos industriais.

Já no segundo semestre de 2012 e no primeiro trimestre de 2013, observou-se uma melhora no ritmo de crescimento do PIB de 1,1% e 1,9%, respectivamente, ante o mesmo período do ano anterior, dando continuidade ao ciclo de expansão da economia brasileira nos últimos oito anos, com média anual de crescimento do PIB de 4,2%[1]. No segundo trimestre de 2013, o indicador de atividade do Banco Central do Brasil (BCB) mostrou uma elevação de 4,8% na média de abril e maio, ante o mesmo período do ano anterior. O dinamismo da demanda interna foi o indutor do crescimento nesse período, com destaque para a retomada do investimento e a manutenção do aumento do consumo das famílias, em decorrência da elevação consistente da massa de rendimento real e da oferta de crédito.

[1] Média do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2004 a 2011.

Quanto à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), essa apresentou queda em 2012, influenciada, em boa parte, pela redução na produção de bens de capital para transporte (a exemplo dos caminhões, e ônibus). Esse recuo já era esperado, tendo em vista a antecipação do consumo, ao longo de 2010 e 2011, antes da entrada em vigor da legislação que exige a produção de modelos com motores menos poluentes, porém mais caros. Entretanto, em 2013, a FBCF voltou a crescer, com elevação de 3% no primeiro trimestre ante mesmo período do ano anterior e com crescimento, em abril e maio na mesma base de comparação, nos indicadores antecedentes: 18,3% nos bens de capital e 4,3% nos insumos típicos da construção civil.

Entre as medidas adotadas pelo Governo para manter e incentivar o investimento ressaltam-se as desonerações tributárias para a produção de bens de capital e a linha de crédito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com menor taxa de juros para máquinas e equipamentos. O sucesso desse Programa, instituído em 2009, pode ser mensurado pelo aumento nos empréstimos do BNDES Finame, que dobraram a partir do início do PSI, passando de uma média diária de R$ 66,0 milhões em 2009 para cerca de R$ 133,0 milhões em 2011 e 2012.

Ademais, como parte das medidas de estímulo ao investimento privado e à atividade econômica, o Governo ampliou o crédito, alterando linhas de financiamento do BNDES, como a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) até 2013, com redução de taxas de juros, ampliando o prazo e os níveis de participação máxima do financiamento. Reduziu o custo de energia e o custo tributário, ao desonerar a folha de pagamento de diversos setores e prorrogar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) e o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural (Repetro). Ampliou mecanismos de financiamento, como a criação de Debêntures e Fundos de Debêntures incentivadas para infraestrutura, e de garantias, como a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A (ABGF). Aprimorou marcos regulatórios do setor de infraestrutura, como o do setor portuário, que visa estimular investimentos para ampliar a capacidade de transportes, e implantou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), programa de concessões que possibilita investimentos diretos do setor privado nos projetos prioritários do País em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e energia elétrica, e retomou novas rodadas de concessões de campos de petróleo.

Também cabe destacar a maior celeridade na execução das obras do PAC, com grande aumento no valor pago entre 2011 e 2012 de 26,9% e 40,3%, respectivamente. Em 2011, em paralelo à continuidade dos projetos da primeira fase, foi iniciada a segunda fase (PAC 2 de 2011-2014), a qual compreende projetos de infraestrutura que visam: melhorar a qualidade de vida em grandes aglomerações urbanas; aumentar a cobertura de serviços públicos nos bairros populares; reduzir o déficit habitacional; universalizar o acesso à água e à energia elétrica; consolidar e ampliar a rede logística; garantir o suprimento de energia, elevando a participação de fontes renováveis e limpas; e ampliar a produção de petróleo e gás no âmbito do Pré-Sal. Nesses investimentos, estão compreendidos os preparativos para a Copa das Confederações em 2013; Copa do Mundo FIFA em 2014; e as Olimpíadas

em 2016, tais como  a implantação de projetos de mobilidade urbana e a construção e/ou a reforma de aeroportos.

O consumo das famílias, item da demanda doméstica de maior peso no PIB (62,0%), também mostrou crescimento em 2012 e no primeiro trimestre de 2013. Entre os fatores que contribuíram para fomentar o consumo, enfatizam-se o aumento da renda real, em função da manutenção de taxas de inflação dentro da meta; o crescimento da massa salarial real (6,2% em 2012 e 1,9% no primeiro trimestre de 2013[2]); a expansão do volume de crédito real (6,2% para o crédito às pessoas físicas em 2012 e 3,3% no primeiro trimestre de 2013[3]); e a ampliação das transferências de renda às famílias, como o Bolsa Família, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) entre outros. Por sua vez, o consumo do Governo, que costuma ter comportamento estável, sendo menos suscetível a choques, também contribuiu positivamente para o crescimento da demanda doméstica.

Para o segundo trimestre de 2013, os indicadores antecedentes do consumo das famílias mostram que o aumento permanecerá significativo, apesar de ter diminuído um pouco de ritmo, tendo em vista a elevação da renda real disponível no período (1,5% na massa salarial[4] e de 2,3% no crédito às pessoas físicas, ambas em termos reais) e das vendas no varejo ampliado (4,4% frente ao mesmo período de 2012).

Por outro lado, a menor demanda doméstica e internacional em 2012, levou ao fraco desempenho no comércio externo. No primeiro trimestre de 2013, o petróleo e seus derivados influenciaram, de forma significativa, a elevação das importações e queda das  exportações de bens e serviços.

Pelo lado da oferta, o **setor de serviços**, sustentado pelo consumo das famílias e do Governo, foi menos afetado pelo recrudescimento da crise internacional, com variação positiva, ante o mesmo período do ano anterior, nos dois semestres de 2012 e no primeiro trimestre de 2013 (Tabela 1).

O **setor agropecuário**, após sofrer retração em 2012, recuperou-se em 2013, com a melhora nos preços no momento do plantio e condições climáticas mais favoráveis, o que resultou em elevação no rendimento e, consequentemente, da produção. Destaque para o crescimento na produção de soja, cana-de-açúcar e milho.  Quanto à produção pecuária, os diversos tipos de carne registraram elevação da produção em 2012. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2013, observa-se crescimento em todos os tipos de carne ante o mesmo período do ano anterior, à exceção de frangos.

[2] Os dados do mercado de trabalho se referem à Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Considerou-se, como massa salarial, a massa de rendimento habitual.

[3] Operações de crédito totais, livre e direcionado, do sistema financeiro (não inclui o rural e o imobiliário).

[4] Dados referentes a maio de 2013 ante a maio de 2012.

**Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB)**

| Setor de Atividade | Variação acumulada (%) | | | | Variação ante mesmo período do ano anterior (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013[1] | 1º sem. 2012 | 2º sem. 2012 | 1º trim. 2013 |
| **PIB** | **7,5** | **2,7** | **0,9** | **1,2** | **0,6** | **1,1** | **1,9** |
| **Oferta** | | | | | | | |
| Agropecuária | 6,3 | 3,9 | -2,3 | 3,9 | -3,0 | -1,5 | 17,0 |
| Indústria | 10,4 | 1,6 | -0,8 | -1,2 | 0,3 | 0,7 | -1,4 |
| Serviços | 5,5 | 2,7 | 1,7 | 1,7 | 0,5 | 1,0 | 1,9 |
| **Demanda** | | | | | | | |
| Consumo das famílias | 6,9 | 4,1 | 3,1 | 3,0 | 2,5 | 3,6 | 2,1 |
| Consumo do governo | 4,2 | 1,9 | 3,2 | 2,8 | 3,2 | 3,2 | 1,6 |
| Formação Bruta de Capital Fixo | 21,3 | 4,7 | -4,0 | -2,8 | -2,9 | -5,1 | 3,0 |
| Exportações | 11,5 | 4,5 | 0,5 | -2,3 | 1,7 | -0,6 | -5,7 |
| Importações (-) | 35,8 | 9,7 | 0,2 | 0,6 | 3,8 | -3,0 | 7,4 |

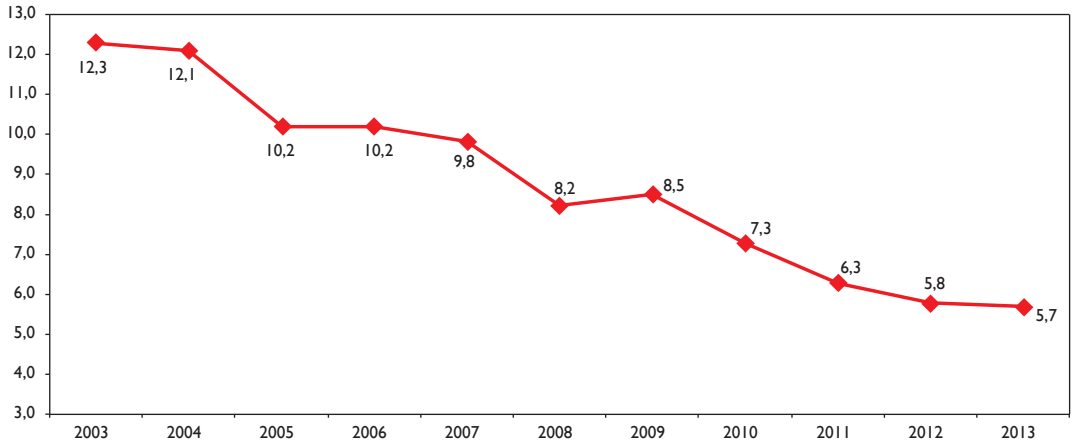
Fonte: IBGE.
Elaboração: Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Assec/MP.
Nota: [1] Acumulado em quatro trimestres até o primeiro trimestre de 2013.

Por sua vez, na **indústria**, setor mais afetado pelo recrudescimento da crise internacional e pela concorrência com os bens importados, observa-se declínio em ambos os períodos, tanto em 2012 como no 1º trimestre de 2013, comportamento explicado, principalmente, pela queda na indústria extrativa, tendo em vista a menor demanda mundial. A indústria de transformação voltou a apresentar ajuste nos estoques e crescimento frente ao período anterior (com ajuste sazonal) desde o segundo semestre de 2012. Nesse período, o Governo adotou diversas medidas para elevar a competitividade do setor industrial, entre elas, pode-se mencionar: desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra fortemente afetados pela concorrência externa; queda na taxa de juros e nos *spreads* bancários; e menor alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a linha branca e para automóveis, em especial os nacionais. Em 2013, parte desses estímulos foi minorada, mas, por outro lado, ampliou-se a desoneração na folha de pagamento e a desvalorização do Real deve incentivar os ramos ligados à exportação de manufaturados.

O **mercado de trabalho**, em contrapartida, tem se mostrado resiliente, tendo sido pouco afetado pela crise. Assim, o Brasil, mesmo com o recrudescimento da crise internacional, continuou a apresentar geração de novas vagas formais de trabalho, em 2012 (1,4 milhão[5]). Manteve também desempenho positivo, com ligeira moderação, em 2013 (0,8 milhão no acumulado de janeiro a junho), esperada em função do baixo patamar da taxa de desemprego, que atingiu os níveis mais baixos da série histórica (com início em 2003), fechando 2012 com média de 5,5% e alcançando 5,4% em junho de 2013, na média em 12 meses. Ao se comparar a série histórica da taxa de desemprego nos primeiros 7 meses de cada ano, observa-se uma queda de 12,3% para 5,7% entre os exercícios financeiros de 2003 a 2013, o que demonstra o sucesso da política adotada, no período, para a geração de emprego e renda.

[5] Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, incorporando os ajustes fora de prazo.

**Gráfico 1 – Taxa de Desempregro médio nos primeiros 7 meses de cada ano**
***(em % da População Economicamente Ativa)***




A manutenção do aquecimento no mercado de trabalho também pode ser observada pelo elevado nível de ocupação (população ocupada sobre a população em idade ativa), que alcançou 53,7% em junho de 2013, patamar próximo ao recorde histórico observado em junho de 2012 (53,8%). A menor ociosidade no mercado de trabalho, juntamente com as perspectivas de crescimento sustentado do País, torna cada vez mais necessária a intensificação de políticas de qualificação da mão de obra que elevem a produtividade do trabalho e permitam maior mobilidade de trabalhadores para setores que demandam maior qualificação. Com esse intuito, o Governo, além das políticas já em implementação, como a elevação do piso salarial dos professores, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), continua dando especial atenção ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e ao Ciência sem Fronteiras (CsF) – (Box 1).

**BOX – Pronatec e CsF**

**Pronatec**

A educação profissional é articulada pelo Pronatec com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais. O Programa é composto de seis iniciativas: expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Programa Brasil Profissionalizado; FIES Técnico e Empresa; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Com essas ações, o Governo Federal visa ofertar, entre 2011 e 2014, oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis. Em 2014, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica será intensificada com a inauguração de 128 novas unidades, alcançando cerca de 562 unidades administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Assim, até 2014, a Rede Federal alcançará 600 mil matrículas na educação profissional técnica de nível médio.

*Continua*

A Bolsa-Formação (estudante e trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas), é uma ação realizada em articulação com ministérios, secretarias estaduais de educação e com a participação das instituições de educação profissional e tecnológica. Para 2014, está prevista a oferta de 151 mil vagas em cursos técnicos, para estudantes de ensino médio e 1 milhão de vagas em cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda e estudantes de ensino médio.

**CsF**

O CsF busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e as Secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC.

O programa prevê a concessão de até 101 mil bolsas em quatro anos, de 2012 a 2015, para promover intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação em estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, e está pautado nos seguintes objetivos:

- investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; e
- atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Em 2014, o Programa CsF alcançará a meta prevista de 101 mil bolsas concedidas nas diferentes modalidades, sendo 40.982 pela Capes, 34.018 pelo CNPq e 26.000 mediante a participação da iniciativa privada.

A política de valorização do salário mínimo e o crescimento contínuo da atividade econômica contribuíram para a elevação do rendimento real[6], o qual apresentou crescimento médio de 4,1% em 2012 e mantém elevação, embora em ritmo menor, em 2013, 1,5% nos primeiros seis meses ante mesmo período de 2012. Assim, à exceção do comércio, os trabalhadores de renda menor que a média, como os das atividades de serviços domésticos e construção, tiveram ampliação no rendimento real médio no período, respectivamente de 5,4% e 4,0%, no 1º semestre de 2013.

O crescimento da população ocupada e do rendimento real permitiu que a massa salarial apresentasse aumento em todo o período (6,2% em 2012 e 2,8%[7] no primeiro semestre de 2013, ambas as variações ante o mesmo período do ano anterior), comportamento determinante para a expansão do consumo das famílias e dos serviços.

Adicionalmente, nos últimos anos, o cenário de maior crescimento econômico, conjugado à implementação de um conjunto de reformas microeconômicas[8], resultou em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego no setor privado[9], que alcançou novo recorde histórico de 64,4% ,em junho de 2013. Além dos benefícios sociais para o trabalhador e da maior efetividade de instrumentos de política social (seguro desemprego e previdência), a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo.

## SETOR EXTERNO

A primeira fase da crise financeira internacional teve seus reflexos iniciais em períodos diferentes (2007,em alguns países centrais e setembro de 2008 no resto do mundo), o que provocou ajuste nas contas externas do Brasil, com piora nas transações correntes, cujo saldo passou de superavitário em 2007 (0,1% do PIB) para deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -3,2% em junho de 2013, dados acumulados em 12 meses). Não obstante, a recuperação gradual da economia brasileira e as boas possibilidades de investimento têm atraído fluxo de capitais, os quais possibilitam o financiamento do balanço de pagamentos e a continuidade da acumulação de reservas internacionais.

A ampliação do déficit em transações correntes (dados acumulados em 12 meses) de 2012 e de junho de 2013 foi gerada, basicamente, pelo menor saldo no comércio de bens (Tabela 2),

[6] Rendimento habitual real da PME/IBGE.

[7] Dados referentes ao acumulado no ano até maio.

[8] Por exemplo, o fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), em 2003; a transferência da cobrança e da fiscalização das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a Receita Federal, em 2005; a instituição do Super Simples, em 2007; a possibilidade de o empregador doméstico abater do Imposto de Renda a contribuição patronal à Previdência Social, a partir de 2007; o enquadramento do Empreendedor Individual no Simples Nacional, a partir de meados de 2009 e; aumento das faixas de faturamento para micro e pequenos empresários que optam pelo Super Simples e para os microempreendedores individuai, em 2012. Essas medidas contribuíram para impulsionar a formalização, ao permitir que empresas contabilizassem créditos tributários de fornecedores, ao aumentar o controle do fisco sobre sonegações tributárias, e ao simplificar e/ou reduzir o pagamento de tributos por parte das pequenas e médias empresas que aderiram ao Super Simples, dos empregadores de trabalhadores domésticos e dos empreendedores individuais.

[9] Empregado com carteira de trabalho assinada no setor privado sobre a soma dos empregados com e sem carteira assinada no setor privado e os por conta própria, dados da PME/IBGE.

este último alcançou 0,4% do PIB em junho de 2013 ante 1,2% em 2011. O saldo comercial decresceu no período, apesar de ter apresentado comportamento diverso em 2012 e no primeiro semestre de 2013. Em 2012, a deterioração do saldo comercial se deveu a maior queda do valor exportado ante a queda no importado, tendo em vista o menor crescimento da economia brasileira e da demanda mundial. Já, em 2013, até junho, observa-se uma continuação do recuo no valor exportado e a elevação do valor importado, ambos os movimentos refletem, em grande parte, variações na pauta relacionada ao petróleo e seus derivados.

Por sua vez, a conta de remessa de lucros e dividendos apresentou pequena deterioração no começo de 2013, em função, principalmente, do menor recebimento de recursos de subsidiárias de empresas brasileiras no exterior. Também houve pequena elevação na remessa de recursos de subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil às matrizes (no exterior), após queda em 2012, podendo refletir a desvalorização do Real e a recuperação gradual da economia; enquanto os gastos com **viagens internacionais**, após forte elevação em 2010 e 2011, com o aumento da renda das famílias, continuam a crescer, embora em menor ritmo.

No ano de 2012 e no primeiro semestre de 2013, o déficit em conta corrente foi mais do que compensado pelo elevado fluxo de capitais estrangeiros, concentrados em três fontes: investimento direto, investimento em papéis domésticos e em ações e captações externas (papéis e empréstimos). Quanto ao Investimento Estrangeiro Direto (IED), a entrada de recursos em 2012 (US$ 65,3 bilhões, Tabela 2) ficou pouco abaixo do verificado em 2011 (US$ 66,7 bilhões). Ressalta-se, contudo, que, como o fluxo de IED caiu em termos mundiais, o Brasil não só manteve como elevou sua participação no fluxo global de investimentos de 4,0% em 2011 para 4,8% em 2012, atingindo novo recorde histórico. A entrada líquida de recursos estrangeiros continuou elevada nos dados acumulados em 12 meses até junho de 2013, decorrente da atratividade do País, ao se considerar seus bons fundamentos econômicos e as oportunidades de investimento. Segundo relatório da Unctad[10], o País ficou na 5ª posição como destino de preferência de IED de 2013 a 2015. Cabe lembrar que o maior fluxo de investimento direto pode trazer maior estabilidade ao financiamento do déficit em transações correntes, pois tende a permanecer por mais tempo no País.

**Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo**
***(Acumulados em 12 meses; US$ bilhões)***

| Discriminação | 2007 | 2012 | 2013[2] | Diferença entre 2012 e jun/2013 |
|---|---|---|---|---|
| **Conta Corrente** | **1,6** | **-54,2** | **-72,5** | **-18,2** |
| Balança Comercial (FOB) | 40,0 | 19,4 | 9,3 | -10,2 |
| Exportações | 160,6 | 242,6 | 239,8 | -2,8 |
| Importações | -120,6 | -223,2 | -230,5 | -7,4 |
| Serviços | -13,2 | -41,0 | -43,6 | -2,6 |
| Viagens Internacionais | -3,3 | -15,6 | -17,2 | -1,6 |
| Transporte | -4,4 | -8,8 | -9,4 | -0,6 |
| Rendas | -29,3 | -35,4 | -41,0 | -5,6 |
| Juros | -7,3 | -11,8 | -13,3 | -1,5 |
| Lucros e Dividendos | -22,4 | -24,1 | -28,2 | -4,1 |
| Transferências Unilaterais | 4,0 | 2,8 | 2,9 | 0,1 |

*Continua*

[10] *World Investment Report 2013*, divulgado pela *United Nations Conference on Trade and Development (Unctad)*.

*Continuação*

| Discriminação | 2007 | 2012 | 2013[2] | Diferença entre 2012 e jun/2013 |
|---|---|---|---|---|
| **Conta Capital e financeira** | **89,1** | **70,2** | **73,9** | **3,8** |
| Investimento Direto Estrangeiro | 34,6 | 65,3 | 65,6 | 0,3 |
| Inv. de Estrangeiros em Ações e em Títulos no País | 46,7 | 10,7 | 23,0 | 12,3 |
| Empréstimos e títulos de médio e longo prazo no exterior | -2,3 | 18,6 | 14,4 | -4,2 |
| Outros Capitais[1] | 4,6 | -2,8 | -12,7 | -9,9 |
| **Balanço Global** | **87,5** | **18,9** | **3,4** | **-15,5** |

Fonte: BCB.
Elaboração: ASSEC/MP.
Notas: [1] Inclui erros e omissões, ativos de brasileiros no exterior, e captações externas.
[2] Acumulado em 12 meses até junho

O **fluxo de capitais para compra de títulos e ações no mercado doméstico** teve ingresso crescente em 2012 e no acumulado em 12 meses até junho de 2013, elevando a entrada de dólares no País. Essa aceleração se deve ao decréscimo gradual da incerteza quanto ao cenário econômico internacional e às medidas do Governo, como a diminuição da alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidente nos empréstimos externos e emissões de títulos no mercado internacional de prazo médio (entre dois anos e cinco anos) e, mais recentemente (junho de 2013), nos investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa no País.

Os mercados financeiros internacionais registraram níveis elevados de liquidez, permitindo o acesso de empresas brasileiras a recursos externos a custos relativamente baixos. Com isto, aproveitando a **oferta de crédito em moeda estrangeira,** as empresas permaneceram renovando todos os débitos, embora em menor ritmo. Assim, a taxa de rolagem (captações/amortização) de médio e longo prazo passou de 460,0%, em 2011 para 188,0% em 2012 e 148,0% no acumulado do primeiro semestre de 2013.

A propósito, o endividamento externo total elevou-se em US$ 23,5 bilhões em 2012 sendo que, no primeiro semestre de 2013, esse crescimento foi relativo a dívida com vencimento no médio e longo prazos. Deste modo, o Governo conseguiu incentivar a melhora do perfil dessa dívida em 2012, como resultado do aumento para 6% do IOF incidente sobre captações externas (contratadas diretamente ou por meio de emissão de títulos) de prazo mais curto em 2011 e início de 2012, conseguiu alongar o perfil da dívida externa.

Nesse período, o País sustentou bom desempenho dos **indicadores de solvência externa**, como a manutenção da posição de credor externo líquido adquirida ao final de 2007. Assim, em junho de 2013, apesar do crescente endividamento das empresas, o elevado estoque de reservas internacionais (US$ 371,1 bilhões) tem permitido que o montante de ativos externos (reservas internacionais, haveres de bancos comerciais e créditos de brasileiros no exterior) supere em US$ 70,0 bilhões os passivos (dívida externa bruta).

Desse modo, os bons fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais (representando, em junho de 2013, 19 meses de importações), a manutenção da posição de credor externo líquido, a redução dos títulos com indexadores mais voláteis (como variação cambial e Selic) na composição da dívida interna, entre outros indicadores,

mantiveram a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil em baixo patamar e sustentaram as condições para a entrada de capitais estrangeiros.

## POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são, respectivamente, o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); da manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente com estabilidade do sistema financeiro nacional; e da preservação do regime de taxa de câmbio flutuante. O atingimento desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Nesse sentido, a **política monetária** deve contribuir para a consolidação de um ambiente macroeconômico favorável em horizontes mais longos. Em consonância com essa diretriz, o Comitê de Política Monetária (Copom), nas reuniões de janeiro a outubro de 2012, reconheceu ambiente econômico em que prevalecia nível de incerteza acima do usual, ponderando, no entanto, que o cenário prospectivo para a inflação posicionava-se em torno da meta para 2012. Nesse contexto, o Copom reduziu gradualmente a taxa Selic no período, que passou de 11,0% a.a., em dezembro de 2011, para 7,25% a.a., em outubro de 2012, a menor taxa desde a sua criação.

Ao final de 2012, o cenário central contemplava ritmo de atividade doméstica mais intenso no período relevante, com estreita margem de ociosidade no mercado de trabalho. Assim, o Copom avaliou que o cenário prospectivo para a inflação apresentava sinais favoráveis e reafirmou sua visão de que a mesma tenderia a se deslocar na direção da trajetória de metas, ainda que de forma não linear. Diante disso, o BCB decidiu manter a meta para a taxa Selic em 7,25% a.a. A taxa de inflação aferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que baliza as metas para a inflação, atingiu 5,84% em 2012, nono ano consecutivo de cumprimento da meta estabelecida pelo CMN.

Por sua vez, em abril de 2013, o Comitê decidiu elevar a taxa Selic para 7,5% a.a., considerando que o nível elevado da inflação, bem como a dispersão dos aumentos de preços, ensejavam resposta da política monetária. Devido à manutenção desse cenário, o Copom resolveu elevar em 50 pontos-base a taxa Selic em cada uma das reuniões posteriores, maio e julho, passando a taxa para 8,5% a.a.

Para 2013 e 2014, a política monetária continuará a ser pautada de forma consistente com o regime de metas para a inflação, tendo como objetivo a manutenção do poder de compra da moeda. A meta para a inflação firmada para ambos os anos é de 4,5%, com intervalo de tolerância de mais ou menos 2 p.p., conforme estabeleceram as Resoluções nºs 3.991, de 30.6.2011, e 4.095, de 28.6.2012, do CMN.

A expansão do **crédito** mantém-se em 2013, embora assinalando moderação relativamente ao ano anterior. O mercado evolui apresentando tendências de redução dos *spreads* bancários e dos indicadores de inadimplência. Destaque-se, sobretudo, a permanência das taxas de juros em patamar significativamente mais baixo que nos anos anteriores.

Neste contexto, o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R$ 2.531 bilhões em junho de 2013, com expansão de 16,4% nos últimos 12 meses e 24,5% ante dezembro de 2011. Como resultado, a relação crédito/PIB atingiu 55,2% em junho de 2013, comparativamente a 50,9% no mesmo mês do ano anterior e 49,1% ao final de 2011 (Tabela 3). O crédito direcionado ganhou participação, passando de 19,4% do PIB em 2011 para 23,7% PIB em junho de 2013. Estes recursos incluem o crédito fornecido pelo BNDES, que passou a representar 11,1% do PIB em junho de 2013 (Tabela 3).

**Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos**
***(Acumulado em 12 meses; R$ bilhões)***

| Discriminação | dez/11 | jun/12 | dez/12 | jun/13 | Variações (%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | jun/2013 ante jun/2012 | jun/2013 ante dez/2011 |
| **Total** | **2.034,0** | **2.175,2** | **2.368,4** | **2.531,5** | **16,4** | **24,5** |
| Recursos Livres | 1232,2 | 1317,7 | 1399,1 | 1445,6 | 9,7 | 17,3 |
| Recursos Direcionados | 801,8 | 857,5 | 969,2 | 1085,9 | 26,6 | 35,4 |
| BNDES | 418,2 | 433,1 | 475,9 | 510,7 | 17,9 | 22,1 |
| **Participação %** | | | | | | |
| Total / PIB | 49,1 | 50,9 | 53,8 | 55,2 | | |
| Rec.Livres/PIB | 29,7 | 30,8 | 31,8 | 31,5 | | |
| Rec.Direcionados/PIB | 19,4 | 20,1 | 22,0 | 23,7 | | |
| BNDES/PIB | 10,1 | 10,1 | 10,8 | 11,1 | | |

Fonte: BCB.
Elaboração: ASSEC/MP.

Os estoques de empréstimos destinados às pessoas jurídicas e às pessoas físicas alcançaram R$ 1.374 bilhões e R$ 1.157 bilhões em junho de 2013, respectivamente, registrando incrementos anuais, na mesma ordem, de 16,3% e 16,4%. A participação relativa dos bancos públicos no total da carteira de crédito do sistema financeiro elevou-se de 45,2% em junho de 2012, para 50,3%, contrapondo-se ao desempenho das instituições privadas nacionais e estrangeiras, cujas participações recuaram 3,6 p.p. e 1,5 p.p., para 34,2% e 15,5%, respectivamente.

A taxa média de juros das operações de crédito, concernente às operações com recursos livres e direcionados, diminuiu 4,3 p.p. desde o final de 2011, ao situar-se em 18,5%, correspondente a taxa média de juros às pessoas físicas de 24,3%, e às pessoas jurídicas de 14,0%. O *spread* bancário recuou para 10,9 p.p., após redução de 3,4 p.p. desde o final de 2011, ao passo que a taxa de inadimplência, equivalente às operações com atrasos superiores a noventa dias, alcançou 3,4% da carteira total de crédito, redução de 0,4 p.p. nos últimos 12 meses, sendo que os percentuais de inadimplência das pessoas físicas e pessoas jurídicas atingiram 5,0% e 2,1%, respectivamente.

Esse cenário sinaliza para a continuidade do crescimento sustentável do crédito bancário em 2013 e em 2014. Tal evolução permanece impulsionada principalmente pelas operações com recursos direcionados, destacando-se a manutenção do ritmo expressivo de crescimento dos financiamentos habitacionais e dos créditos com recursos do BNDES.

Quanto ao **mercado de câmbio** doméstico, verificou-se ingressos líquidos de US$ 16,8 bilhões em 2012. No primeiro semestre de 2013, o fluxo permaneceu positivo, US$ 9,5 bilhões, ante US$ 22,9 bilhões no mesmo período do ano anterior. Neste ano, o BCB não contratou operações para liquidação no mercado de câmbio à vista. As aquisições líquidas de divisas realizadas pela Autoridade Monetária totalizaram US$ 3,8 bilhões e decorreram exclusivamente de operações de recompras de US$ 5,5 bilhões, referentes a linhas concedidas em dezembro de 2012, e de vendas de US$ 1,7 bilhão de operações de linha com recompra em junho de 2013. Adicionalmente, a Autoridade Monetária retomou, em junho de 2013, as colocações de *swap* cambial, nas quais assume posição passiva em variação cambial e ativa em taxas de juros doméstica. No final do semestre analisado, essa posição atingiu R$ 40.435 milhões.

Além da atuação do BCB no mercado de câmbio, o comportamento dos fluxos de capitais externos, observado ao longo do primeiro semestre de 2013, foi influenciado pelas gradativas alterações promovidas nas medidas de caráter macroprudencial, adotadas desde meados de 2011. Destacam-se: a) a eliminação da restrição de prazo para os ingressos originados por operações de Pagamento Antecipado de Exportações; b) a redução de 6,0% para zero da alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente nas liquidações de operações de câmbio referentes a empréstimo externo ou emissão de títulos no mercado internacional com prazo acima de 360 dias; c) o estabelecimento de IOF com alíquota zero para as operações de câmbio de investidores estrangeiros na aquisição de quotas de fundo de investimento imobiliário; d) a redução de 6,0% para zero da alíquota de IOF sobre aplicações de não-residentes em títulos de renda fixa negociados no país; e e) a revogação da imposição de recolhimento compulsório em espécie, sem remuneração, às instituições financeiras que excedessem limite de posição de câmbio.

Dessa forma, os fluxos líquidos no mercado de câmbio contratado, que registraram saídas líquidas de US$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2013, passaram a ingressos líquidos de US$ 11,6 bilhões no segundo trimestre do ano. O regime de flutuação cambial, adotado pelo País desde 1999, vem demonstrando capacidade de absorver choques externos. Assim, não obstante os fluxos positivos no mercado cambial nos últimos meses, ocorreu depreciação da moeda doméstica, influenciada pelas condições do cenário internacional, no qual tem prevalecido recentemente volatilidade derivada, entre outras, das incertezas relacionadas ao momento do início da redução dos estímulos monetários adicionais implementados pelo Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve*), bem como do começo da reversão da política monetária extremamente expansionista adotada pelos EUA. A taxa de câmbio nominal, que havia encerrado dezembro em R$ 2,0778/US$, e se apreciara adicionalmente para R$ 1,9828/US$ ao final de março, atingiu R$ 2,1730/US$ ao término de junho.

Assim sendo, a evolução da conjuntura econômica interna e externa deverá orientar decisões futuras de política monetária, com vista a assegurar a convergência tempestiva da inflação para a trajetória de metas.

# PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2013 E 2014

As políticas econômicas implementadas nos últimos anos, particularmente as consolidadas nos programas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, assim como os dados sobre a economia brasileira disponíveis até o mês de junho de 2013, permitem que se projete uma evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para 2013 e criam base sólida para a sua continuidade em 2014. As projeções dos principais indicadores macroeconômicos para o período pressupõem, ainda, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, um cenário com gradual recuperação do cenário internacional, sem riscos de ruptura, e elevação paulatina na produção mundial.

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2014 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

**Tabela 4 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas**

| Discriminação | Observado | Projeção[1] | PLDO | Projeção[1] |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2014 |
| PIB: Variação % anual | 0,9 | 2,5 | 4,5 | 4,0 |
| IPCA: Variação % acumulada no ano | 5,8 | 5,7 | 4,5 | 5,0 |
| Taxa de Câmbio R$/US$: média anual | 2,0 | 2,1 | 2,0 | 2,2 |
| Taxa SELIC (% ao ano): média anual | 8,5 | 8,2 | 7,3 | 9,3 |

Fonte: SPE/MF.
Elaboração: ASSEC/MP.
Nota: [1] Projeções para 2013 e 2014, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

Em 2013, a variação esperada do produto interno é positiva (2,5%), com manutenção do crescimento em nível mais moderado, refletindo o impacto do conturbado quadro internacional. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna robusta, com ampliação do mercado consumidor do País, decorrente do aumento do rendimento real e da disponibilidade de crédito, permitirão que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2014, estimada em 4,0%, mais próxima da taxa pré-crise internacional.

A taxa de inflação deverá convergir gradualmente para o centro da meta fixada pelo CMN[11] e, apesar da perspectiva de fluxo de capital positivo para o País e de entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos, ambos em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta corrente, a taxa de câmbio tende a ser afetada também por outros fatores, por exemplo, perspectiva de retirada dos estímulos monetários da economia dos EUA e menor crescimento da China. A taxa de juros considera que a política monetária mais restritiva, adotada pelo Governo até meados de 2013, e as medidas para elevar a competitividade do setor produtivo e para criar ambiente propício ao consumo, principalmente de bens nacionais, criaram as condições necessárias para que o País retorne nível de crescimento sustentado em 2014, sem gerar pressões inflacionárias.

[11] Conforme estabeleceram resoluções do CMN, o centro da meta para a inflação firmada para 2011, 2012 e 2013 é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 2 p.p. acima ou abaixo.

# GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2013 E 2014

A política fiscal praticada nos últimos anos obteve resultados primários capazes de levar a economia brasileira a um novo patamar de equilíbrio macroeconômico, com juros menores, dívida sustentável e em trajetória declinante, e inflação dentro do intervalo da meta.

Os dados referentes a 2012 mostraram a continuidade de cenário positivo para a gestão fiscal. A coordenação das políticas monetária e fiscal permitiu a redução da taxa Selic de 11,0% a.a. para 7,25% a.a., criando círculo virtuoso, com queda nos juros pagos sobre a dívida de 5,7% do PIB em 2011 para 4,8% do PIB em 2012. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) caiu de 36,4% para 35,2% do PIB, enquanto o IPCA desacelerou de 6,5% a.a. para 5,8% a.a..

O superávit primário do setor público consolidado somou R$ 104,9 bilhões em 2012 (2,38% do PIB). Considerando que a meta cheia prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2012) era de R$ 139,8 bilhões, e havia a possibilidade de abater até R$ 40,6 bilhões, verificou-se que o resultado do setor público ficou dentro da meta estipulada.

Para 2013, a LDO fixou a meta de resultado primário do setor público consolidado em R$ 155,9 bilhões, o que equivale a 3,1% do PIB projetado para o ano, com a possibilidade de se abater até R$ 65,2 bilhões em face da realização de investimentos prioritários e desonerações tributárias.

Até junho de 2013, o resultado primário do setor público somou R$ 52,1 bilhões, o que representa 33,0% da meta cheia para o ano. O Governo Central contribuiu com R$ 33,5 bilhões, o equivalente a 31,0% da sua meta de primário para 2013 (R$ 108,1 bilhões).

Cabe destacar que a política fiscal adotada pelo Governo concilia o compromisso da solidez fiscal com a manutenção dos programas sociais e dos investimentos públicos do Governo Central e das estatais federais, o que cria a base sólida para o crescimento sustentado, atacando gargalos existentes e fortalecendo o mercado interno mais forte.

Os programas sociais são instrumentos que melhoram a qualificação educacional e as condições de saúde, reduzem as desigualdades e incluem parcela da população no mercado consumidor, ou seja, combatem a pobreza e ampliam a demanda efetiva no curto prazo lançando base para o desenvolvimento futuro, através da elevação na escolarização e na melhora da saúde da população.

O crescimento mais vigoroso e sustentado dos investimentos também é essencial, não apenas por seu peso como componente da demanda agregada, mas porque os investimentos têm efeitos importantes sobre a produtividade e, consequentemente, sobre a competitividade do País e sobre a sua capacidade de crescimento. Além disso, ao melhorar a infraestrutura de transporte e logística, reduz custos da cadeia produtiva e torna-se elemento importante no combate à inflação.

O cenário externo não tem contribuído para o crescimento da economia brasileira. A situação econômica internacional continuou a preocupar, especialmente com o baixo

crescimento das economias desenvolvidas, sobretudo as situadas na Zona do Euro, e com os sinais de desaquecimento da economia chinesa. Nesse cenário, internamente foram mantidas algumas medidas de política fiscal, adotadas desde agosto de 2011, com vistas a alavancar o investimento, a produção e o consumo:

a) **mecanismos de incentivo ao investimento e à produção**, do qual fazem parte o Programa Brasil Maior (PBM), que ampliou em 2012 o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), o Programa de Revitalização de Empresas (Revitaliza), o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren) e o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), além de outras medidas. Dentre os programas ampliados, o PSI visa estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica. O Revitaliza tem por objetivo financiar a revitalização das empresas brasileiras que atuam em setores afetados negativamente pela conjuntura econômica internacional, priorizando a agregação de valor ao produto nacional, a adoção de métodos de produção mais eficientes, o fortalecimento da marca das empresas e a ampliação da inserção de bens e serviços brasileiros no mercado internacional. O Progeren busca aumentar a produção, o emprego e a massa salarial, por meio do apoio financeiro para capital de giro. Por fim, o PROEX proporciona às exportações brasileiras condições de financiamento equivalentes as do mercado internacional; e

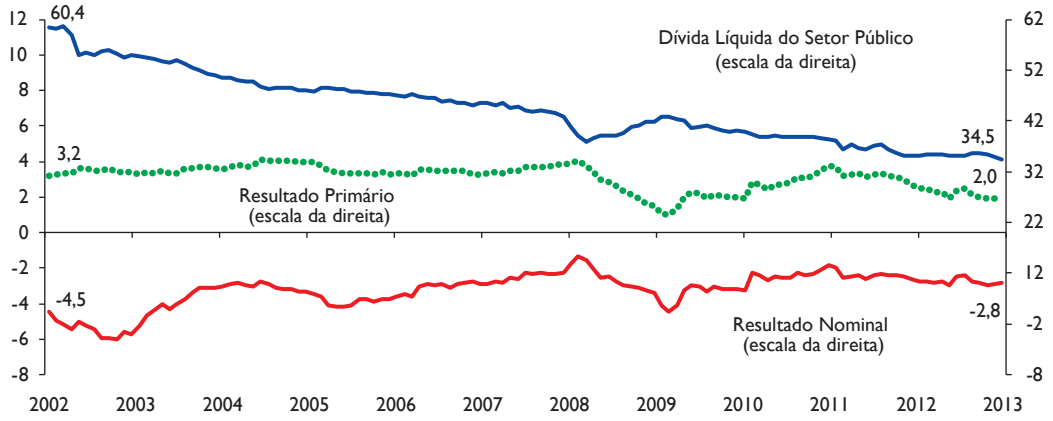
b) **mecanismos de incentivo ao consumo**, do qual fazem parte as políticas de desoneração fiscal, como, por exemplo, a redução do IPI em diversos setores do varejo; e as políticas de redistribuição de renda, associadas aos aumentos reais concedidos ao salário mínimo, ao Programa Bolsa Família (PBF), etc.

## A POLÍTICA FISCAL DOS ÚLTIMOS ANOS

A política fiscal tem como objetivo a gestão equilibrada dos recursos públicos a fim de assegurar crescimento sustentável da economia. A dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB) apresenta uma tendência de queda desde 2003, com exceção do crescimento ocorrido entre dezembro de 2008 e outubro de 2009, como consequência das medidas anticíclicas de combate à crise internacional.

Assim, comparando-se o indicador da DLSP/PIB de junho de 2013 (34,5%) como verificado em dezembro de 2002 (60,4% do PIB), verifica-se uma redução de 25,9 p.p. Tal redução decorreu de superávits primários médios superiores a 3,0% do PIB ao ano e da redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,6% do PIB, em agosto de 2003, para 4,8% do PIB, em junho de 2013.

**Gráfico 2 – Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, Resultado Primário e Nominal, de 2002 a 2013[1]**
***(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)***




Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Assec/MP.
Nota: [1] Os dados observados excluem Petrobras e Eletrobras. Dados observados até junho de 2013;

Logo após a crise internacional, o resultado primário do setor público voltou a se elevar, retornando a patamar próximo a 3,0% do PIB. Por sua vez, para 2014, a meta foi fixada no PLDO-2014 em termos nominais em R$ 167,4 bilhões, o que corresponde a 3,2% da estimativa do PIB para o próximo ano.

Considerando-se as estimativas para os resultados primários de 2013 e 2014, projeta-se que a DLSP/PIB será reduzida de 35,2% ao final de 2012 para 33,9% ao final de 2014. (Tabela 5). O déficit nominal também deve seguir a trajetória de queda, passando de 2,5% em 2012 para 2,4% em 2014.

**Tabela 5 – Projeção dos Principais Resultados Fiscais**
***(% do PIB)***

| | Observado 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|
| Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro | 2,4 | 2,3 | 2,1 |
| Dívida Líquida do Setor Público | 35,2 | 34,8 | 33,9 |
| Resultado Nominal do Setor Público | -2,5 | -2,4 | -2,4 |

Fonte: MF e Bacen.
Elaboração: ASSEC/MP.

## A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2012, o Tesouro Nacional seguiu as seguintes diretrizes para os títulos emitidos:

a) Títulos prefixados: aumento na participação de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F) no estoque total da dívida pública federal: emissões de LTN como *benchmarks* de curto e médio prazos (até quatro anos) e de NTN-F com prazos entre cinco e dez anos;

b) Títulos remunerados a índices de preços: aumento na participação da NTN-B no estoque total da dívida pública federal e emissão de seis *benchmarks* (três com prazos até dez anos e os outros com prazos mais longos - 20, 30 e 40 anos); e

c) Títulos indexados à taxa Selic - Letras Financeiras do Tesouro (LFT): emissões com prazo médio superior ao prazo médio do estoque da Dívida Pública Federal (DPF).

É importante ressaltar que os títulos prefixados aumentam a previsibilidade dos custos e dos fluxos de pagamento, enquanto os títulos remunerados por índices de preços oferecem proteção, dada a correlação positiva entre as receitas do governo e a inflação, bem como alinham os objetivos de política fiscal e monetária.

Por outro lado, os títulos indexados a juros flutuantes e os denominados em moeda externa estão sujeitos à maior volatilidade, adicionando imprevisibilidade à trajetória da dívida.

Sobre os títulos indexados à taxa flutuante (compostos em quase sua totalidade por títulos remunerados pela taxa Selic), o Tesouro Nacional deu continuidade à política de redução de sua participação no estoque da dívida, na direção de quebrar a cultura de indexação à taxa de juros *overnight* em diversos segmentos da indústria financeira.

Quanto ao estoque da **Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi)**, verificou-se aumento de 7,48% ao longo de 2012, principalmente devido à apropriação de juros no período, que mais que compensou o resgate líquido ocorrido. Contribuíram também para esse resultado, as emissões diretas realizadas em favor dos bancos públicos - BNDES, Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), no total de R$ 76,10 bilhões.

Em relação à **Dívida Pública Federal externa (DPFe)**, a estratégia do PAF 2012 se apoiou nas seguintes diretrizes:

a) Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) nas estruturas a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas, em dólares ou em reais;

b) Manutenção do programa de resgate antecipado (*buyback*) para títulos denominados em dólares, euros e reais;

c) Possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e

d) Acompanhamento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

O estoque **DPFe** aumentou de R$ 83,3 bilhões (US$ 44,4 bilhões) ao fim de 2011, para R$ 91,3 bilhões (US$ 44,7 bilhões) ao final de 2012 (acréscimo de 9,6%, em reais, e de 0,7%, em dólares). O aumento do estoque medido em dólares ocorreu porque o vencimento de dívida no ano, somado aos resgates antecipados, foi inferior às emissões acrescidas da apropriação de juros. Quanto ao valor da DPFe em reais, sua elevação ocorreu, sobretudo, devido à desvalorização cambial do real em relação à cesta de moedas que compõem a DPFe.

Quanto aos resgates antecipados, em 2012, foram recomprados, em valor de face, US$ 675,36 milhões de títulos denominados em dólares, US$ 12,50 milhões de títulos denominados em euros e US$ 706,32 milhões denominados em reais, somando US$ 1,39 bilhão, montante

equivalente a US$ 1,77 bilhão em valor financeiro. O resgate antecipado dos títulos reduz a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo seu risco de refinanciamento, e melhora o perfil da curva, pela retirada dos títulos que não refletem adequadamente o custo atual de financiamento da dívida externa.

Em 2012, o Tesouro Nacional efetuou duas operações externas em dólares e uma em reais, captando US$ 3,8 bilhões. As emissões em dólares se referiram às operações com o *benchmark* de dez anos, consistindo na reabertura do Global 2021 e na emissão de um novo título com vencimento em 2023. Com relação à operação em reais, a emissão do novo título, o Global BRL 2024, foi feita de forma associada à operação de *tender offer* - oferta pública de recompra de um passivo (nessa operação em questão, o Tesouro Nacional recomprou títulos existentes em mercado, os Globais BRL 2016 e 2022).

Respeitando os limites do PAF 2012, o estoque da DPF aumentou nominalmente 7,6%, passando de R$ 1.866,4 bilhões, em 2011, para R$ 2.008,0 bilhões em dezembro de 2012.

## O PLANEJAMENTO PARA 2013

A evolução dos indicadores da **DPF,** que corresponde à soma da **DPMFi** e da **DPFe,** ao longo dos últimos anos, está apresentada na tabela abaixo, com destaque para a comparação entre as estatísticas ao final de maio de 2013 e os limites assinalados pelo PAF, para 2013.

**Tabela 6 – Resultados e Projeções – Dívida Pública Federal**

| Indicadores | 2002 | 2010 | 2011 | 2012 | mai/13 | Limites para 2013 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Mínimo | Máximo |
| Estoque da DPF* em Mercado (R$ bilhões) | | | | | | | |
| | 893,3 | 1.694,0 | 1.866,4 | 2.008,0 | 1.935,2 | 2.100,0 | 2.240,0 |
| Composição da DPF (%) | | | | | | | |
| Prefixados | 1,5% | 36,6% | 37,2% | 40,0% | 39,2% | 41,0% | 45,0% |
| Índices de Preços | 8,8% | 26,6% | 28,3% | 33,9% | 34,6% | 34,0% | 37,0% |
| Taxa Flutuante | 42,4% | 31,6% | 30,1% | 21,7% | 21,5% | 14,0% | 19,0% |
| Câmbio | 45,8% | 5,1% | 4,4% | 4,4% | 4,8% | 3,0% | 5,0% |
| Estrutura de vencimentos da DPF | | | | | | | |
| % Vincendo em 12 meses | 34,6% | 23,9% | 21,9% | 24,4% | 23,4% | 22,0% | 26,0% |
| Prazo Médio (anos) | 3,6 | 3,5 | 3,6 | 4,0 | 4,3 | 4,1 | 4,3 |
| Vida Média (anos) | - | 5,5 | 5,7 | 6,4 | 6,9 | - | - |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF
* Inclui a Dívida Doméstica (R$ 1.840,61 bilhões - Mai/13) e da Dívida Externa (R$ 94,59 bilhões - Mai/13) de responsabilidade do Tesouro Nacional.

O **PAF para 2013** aponta para os parâmetros que o Tesouro Nacional espera atingir quanto à estrutura e à composição da DPF, conforme resumido na Tabela 6. Tendo em vista o objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional continuarão as seguintes:

- substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;

- promover a redução do risco de refinanciamento da DPF;
- ampliar sua base, interna e externa, de investidores; e
- fomentar o desenvolvimento da estrutura a termo de taxa de juros.

Ressalta-se que atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, pela introdução de vértices mais longos, e à suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

Como apresentado, ao final de 2013, espera-se que o estoque da DPF situe-se entre R$ 2,1 trilhões e 2,24 trilhões, após alcançar R$ 2,0 trilhões em dezembro de 2012.

Em relação ao **Tesouro Direto**, o Tesouro Nacional tem buscado sua ampliação possibilitando a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas, pela Internet. O Programa terminou o ano com 328.839 investidores cadastrados e estoque de R$ 9.584,8 milhões (crescimento de 28,8% em relação ao estoque do final do ano anterior, que era de R$ 7.508,31 milhões). Desde a sua criação, em 2002, o Programa tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança sob a forma de títulos públicos.

# II – DESAFIOS PARA 2014

- Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
- Programa de Investimentos em Logística
- Reforma Agrária
- Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016
- Programa Mais Médicos
- Plano Brasil Sem Miséria
- Segurança Pública

# PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

No exercício de 2014, o PAC dará prosseguimento aos investimentos relacionados ao setor de infraestrutura e permanecerá alocando recursos destinados a sanar os problemas históricos sociais e urbanos que acometem a população brasileira.

Nesse sentido, o conjunto de empreendimentos do PAC constitui um importante instrumento para a consolidação do crescimento nacional e de resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e de investimentos oriundos dos setores público (Governo Federal, empresas estatais e contrapartidas estaduais) e privado, agrupados em seis eixos, conforme discriminado na Tabela 7, que detalha o volume de recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o exercício de 2014:

**Tabela 7 – Recursos destinados ao PAC, estruturado por eixos, 2014.**
***(Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)***
***(R$ milhões)***

| EIXO | Valor |
|---|---|
| **Eixo Transportes** | **18.830** |
| Rodovias | 13.083 |
| Ferrovias | 2.213 |
| Aeroportos | 2.272 |
| Portos | 1.018 |
| Hidrovias e Terminais Fluviais | 244 |
| **Eixo Minha Casa, Minha Vida** | **15.770** |
| Minha Casa, Minha Vida | 14.770 |
| Urbanização de assentamentos precários | 1.000 |
| **Eixo Comunidade Cidadã** | **9.148** |
| Creches, pré-escolas e educação básica | 5.617 |
| Quadras esportivas nas escolas | 1.001 |
| Unidades Básicas de Saúde - UBS e de Pronto Atendimento - UPA | 1.765 |
| Praças dos esportes e da cultura | 100 |
| Olimpíadas | 500 |
| Cidades históricas | 165 |
| **Eixo Cidade Melhor** | **7.339** |
| Prevenção em áreas de risco | 2.806 |
| Saneamento | 1.819 |
| Mobilidade urbana | 2.714 |
| **Eixo Água e Luz para Todos** | **7.099** |
| Recursos hídricos | 6.275 |
| Água em áreas urbanas | 824 |
| **Eixo Energia** | **243** |
| **Defesa** | **4.629** |
| **Subtotal dos eixos** | **63.058** |
| **Subtotal das despesas com GAP** | **230** |
| **Total** | **63.288** |

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF (elaboração própria).

O crescimento dos investimentos em infraestrutura, principalmente os relativos ao eixo **Transportes**, que abrange os modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário e hidroviário, é condição necessária para o desenvolvimento do Brasil e continua sendo uma das prioridades do Governo para redução dos custos logísticos, garantia do escoamento da produção, melhoria da competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno quanto no externo, apoio à indústria do turismo e promoção da integração das diversas regiões, dinamizando a economia e facilitando a circulação da população.

Nesse contexto, as rodovias têm papel importante tanto para o transporte de bens e pessoas quanto para a integração. Os investimentos previstos para 2014 no setor visam aumentar a cobertura geográfica das rodovias pavimentadas, manter os trechos que se encontram pavimentados, bem como melhorar e ampliar as condições de rodagem e segurança dos usuários, por meio da manutenção de 62,7 mil km da malha rodoviária federal e da execução de obras de construção e adequação de trechos rodoviários, com prioridade para BR-101, nos Estados de Santa Catarina e da Região Nordeste; Rodoanel, no Estado de São Paulo; BRs 163/230, no Estado do Pará; BR-116, no Estado do Rio Grande do Sul; BRs 280 e 470, no Estado de Santa Catarina; BR-163, no Estado do Mato Grosso; e BR-381, no Estado de Minas Gerais.

Ainda no modal rodoviário, serão destinados recursos para execução de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, com vistas a assegurar o desenvolvimento do setor e atender às exigências estabelecidas em lei, e para ações voltadas à segurança nas estradas, mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos, de forma a evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, e reduzir acidentes em rodovias federais.

No que tange ao transporte ferroviário, o Governo Federal tem focado no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção, promovendo a interação com o sistema portuário, com o objetivo de otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos. Destaca-se a construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho que se inicia em Açailândia, no Estado do Maranhão, e segue até o Município de Estrela d'Oeste, no Estado de São Paulo, e da Ferrovia da Integração Oeste-Leste que, partindo de Ilhéus, no Estado da Bahia, chega a Caetité, num total de 1.022 km.

Em relação ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, acompanhando o desenvolvimento da economia. Há expectativa de aumento ainda maior no tráfego aéreo de passageiros e cargas em face dos preparativos e da realização dos grandes eventos a serem sediados pelo País nos próximos anos, que impõe a necessidade de assegurar confiabilidade e segurança, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2014, cerca de R$ 2,3 bilhões, para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação dos aeroportos, a segurança e o conforto de passageiros. Em dezembro de 2012, foi lançado, pelo Governo Federal, o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, que prevê investimentos de R$ 7,3 bilhões com a construção, reforma e ampliação de aeroportos públicos regionais, por meio de parcerias com os governos, estaduais ou municipais, responsáveis pelos terminais.



A atividade portuária, além de crucial para o equilíbrio da balança comercial, é uma das principais indutoras de desenvolvimento do País. O Governo Federal deverá investir, em 2014, cerca de R$ 1,1 bilhão no setor portuário. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade, por meio do Plano Nacional de Dragagem (PND II), que integra o Programa de Investimento em Logística (PIL); a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Com essas ações, busca-se imprimir maior dinamismo à economia, aumentar a competitividade, reduzir o "custo Brasil" e alcançar ganhos de produtividade operacional.

No setor hidroviário, estão em andamento projetos que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

O eixo **Minha Casa, Minha Vida** tem como objetivo reduzir o déficit habitacional no Brasil por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda, de forma a assegurar o acesso à moradia digna a milhares de brasileiros. A primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançada em 2009 e, em 2011, a segunda, tendo por meta a contratação, até 2014, de um total de 3,75 milhões de unidades habitacionais.

Adicionalmente, serão destinados recursos federais ao apoio de planos municipais relacionados à urbanização de assentamentos precários que envolvem intervenções integradas de habitação, regularização fundiária, infraestrutura e inclusão socioambiental, tais como urbanização de favelas, recuperação ambiental de mananciais, ordenação urbanística, implantação de sistemas de saneamento básico, construção de equipamentos comunitários, reassentamento de famílias residentes em áreas com riscos de desastres, desenvolvimento de trabalho social comunitário e implantação e parcelamento de glebas. Entre as obras do setor destacam-se a produção de unidades habitacionais e a urbanização integrada de bacias de rios, que incluem dragagem de rios, construção de barragens de contenção de cheias e remoção de moradias localizadas em áreas com risco de alagamento.

Visando assegurar melhor qualidade de vida à população, o Governo Federal continuará investindo no eixo **Comunidade Cidadã**, que engloba as áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Os investimentos no PAC na área de educação visam melhorar a qualidade da educação. Para tanto, conta com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), que surgiu para adquirir equipamentos e garantir a construção e a reforma de creches e pré-escolas públicas no País. Em 2014, a fim de atingir a meta de apoio a 1.500 novas unidades, além do atendimento de municípios que já tiveram obras aprovadas nos anos anteriores, prevê-se o investimento da ordem de R$ 3,5 bilhões.

O Programa de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares, por sua vez, tem o objetivo de melhorar a estrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 12.116 escolas até 2015, sendo 7.116 com a construção de

novas quadras cobertas e 5.000 com a cobertura de quadras já existentes. O investimento total será de R$ 1,0 bilhão.

O Programa Caminho da Escola objetiva adquirir veículos padronizados para o transporte escolar, inclusive acessórios de segurança e apoio às atividades inerentes à certificação desses veículos, com o intuito de garantir qualidade e segurança no deslocamento dos estudantes matriculados na educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, prioritariamente da zona rural. Além disso, por meio do Programa são adquiridos ônibus acessíveis para transporte urbano de estudantes com deficiência. A meta é assegurar o acesso e a permanência nas escolas; reduzir a evasão escolar; renovar a frota de veículos escolares das redes públicas de educação básica e reduzir o preço de aquisição. Em 2014 objetiva-se a aquisição de cerca de 2 mil ônibus, 120 mil bicicletas e 500 lanchas escolares, totalizando um investimento de R$ 479 milhões.

Serão desenvolvidas, ainda, ações que visam ao apoio técnico, material e financeiro para construção, ampliação, reforma, adequação e adaptação de espaços escolares, aquisição de mobiliário e equipamentos para a educação básica, inclusive o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), garantindo acessibilidade e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica e educação integral. A proposta é investir R$ 1,6 bilhão no apoio à infraestrutura da educação básica.

No âmbito do setor de saúde, o PAC 2 prevê, para 2014, iniciar a construção de mais quatro mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a ampliação de mais de 1,8 mil unidades selecionadas em 2013, com investimentos estimados em R$ 1,7 bilhão. Quando devidamente estruturadas e em pleno funcionamento, as UBS possibilitam o atendimento das demandas primárias da comunidade em atendimento de saúde e a melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade. Há previsão, ainda, em 2014, de dar continuidade à ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h, selecionadas em 2013, com investimentos estimados em R$ 86,2 milhões. As UPA são estruturas de complexidade intermediária entre as UBS e as portas de urgências hospitalares, onde, em conjunto com essas, compõem a Rede de Atenção às Urgências e Emergências. As UPA oferecem estrutura simplificada, contando com equipamentos de raio x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas. Ao resolver problemas que seriam encaminhados diretamente aos hospitais, as UPA possibilitam a redução nas filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

No que se refere ao setor de esporte e lazer, em 2014, serão ampliados os investimentos em infraestrutura, com a contratação de mais 34 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), que compõem o eixo Comunidade Cidadã do PAC 2. Trata-se de equipamentos públicos multiusos voltados à prática do esporte e lazer e à formação cidadã que serão implantados em áreas urbanas em situação de vulnerabilidade social.

Em 2014 espera-se, ainda, dar continuidade à implantação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) contratados, os quais também constituem o eixo Comunidade Cidadã. Os referidos Centros possuem como alvo os territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras e objetivam integrar, em um mesmo espaço físico, diversas iniciativas sociais.



Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, serão gastos R$ 500,0 milhões com a implantação de infraestruturas esportivas, tais como a construção do Centro Olímpico de Treinamento (COT) da Barra, do Centro Paraolímpico Brasileiro e do Centro Olímpico de Treinamento do Nordeste Brasileiro, entre outros. Ainda no que concerne ao eixo Comunidade Cidadã do PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que contará com o valor de R$ 165,0 milhões para 2014. Seu objetivo é planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo pactuado, prioritariamente, por meio de acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

O eixo **Cidade Melhor** está estruturado em investimentos fundamentais à oferta de serviços e infraestrutura social à população das cidades brasileiras, com vistas à universalização dos serviços de saneamento, à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade nos principais centros urbanos do País, à prevenção de tragédias provocadas por desastres naturais em áreas de risco, cujas obras são realizadas em parceria com Estados e Municípios.

As intervenções de saneamento visam melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mediante oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, para 2014, mais famílias serão beneficiadas com recursos da União para o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água, gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos) e ações de saneamento integrado.

Em relação à mobilidade urbana no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos estruturantes para melhoria da qualidade do transporte público e redução do tempo de deslocamento das pessoas nos centros urbanos mais populosos. Os investimentos destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta capacidade, caso dos empreendimentos de transporte sobre trilhos, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho, trem urbano e aeromóvel, e dos empreendimentos que priorizam o transporte coletivo sobre pneus, como *Bus Rapid Transit* (BRT), *Bus Rapid Service* (BRS) e corredor exclusivo de ônibus. Outras intervenções, como terminais de integração e corredores fluviais, que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos, também estão previstas. Para 2014, as obras da Linha Sul do metrô de Recife, no Estado de Pernambuco, e da Linha Sul do sistema metroviário de Fortaleza, no Estado do Ceará, entram em sua fase final de execução.

Com o objetivo de proteger a população de deslizamentos e inundações, serão realizadas ações de prevenção em áreas de risco, tais como construção de reservatórios de amortecimento e execução de obras de dragagem, retificação e canalização de rios, implantação e/ou ampliação dos sistemas de manejo de águas pluviais, obras de contenção de encostas e ações de incentivo ao reuso das águas pluviais. Em 2014, destacam-se as intervenções na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, cuja meta é beneficiar 500 mil famílias por meio de obra de macrodrenagem, recuperação ambiental e reassentamento de famílias, e no Igarapé do Mindu, no Estado do Amazonas, que visam atender 48 mil famílias por meio do reassentamento da população ribeirinha, da execução de obras de macrodrenagem, da urbanização e recuperação ambiental, além da construção de parques lineares, corredor ecológico, pontes e reservatórios de acumulação de cheias.

O eixo **Água e Luz para Todos** desenvolve as atividades econômicas e expande o abastecimento de água para consumo humano em áreas urbanas e rurais, realizando obras que contribuem para o aumento da produção, cobertura e regularidade da oferta de água e reduzem as perdas no seu armazenamento e transporte. Para tanto, serão executadas obras necessárias à implementação de perímetros de irrigação, à construção de cisternas e de sistemas simplificados de abastecimento de água, inclusive integrantes do Plano Brasil Sem Miséria, à construção e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água e à integração e revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Para incremento da oferta de água, será dado prosseguimento à construção do Canal Vertente Litorânea, no Estado da Paraíba, da Adutora do Agreste, no Estado de Pernambuco, do Canal Adutor do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas, e de barragens, tais como as de Lontras e de Fronteiras, no Estado do Ceará, de Congonhas e de Jequitaí, no Estado de Minas Gerais, e de Arroio Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul. Também será dada continuidade às obras de diversos perímetros de irrigação, o que permite o desenvolvimento de culturas fora de época, melhorando e diversificando a produção. Entre as obras, destacam-se os casos de Pontal, no Estado de Pernambuco, de Flores de Goiás, no Estado de Goiás, e de Salitre, no Estado da Bahia.

Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar a oferta de água em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento e o combate ao desperdício de água. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até as ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas e substituição de equipamentos obsoletos. Entre as intervenções nesse setor destaca-se a ampliação do sistema de produção e tratamento de água em João Pessoa, no Estado da Paraíba, com a construção de canal de aproximação e captação, duas estações elevatórias, três adutoras, um reservatório semienterrado e a ampliação da automação da estação de tratamento de água, de forma a universalizar o abastecimento e beneficiar 66 mil famílias.

No eixo **Energia**, essencial para a garantia do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos geológicos, geofísicos e da geodiversidade do território brasileiro e de águas internacionais, voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados para as diversas regiões brasileiras e gerar divisas para o País. As informações obtidas são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas na exploração, produção e transformação dos recursos minerais, do petróleo e do gás natural. Para 2014, estão previstos investimentos suficientes para viabilizar os conhecimentos geológico, geofísico e da geodiversidade de uma área aproximada de 256 mil km², por meio de mapeamento geológico, e de 7 mil km lineares, por meio de utilização de pesquisa sísmica 2D.

Cabe ressaltar que em 2014, além dos eixos acima explicitados, o Governo Federal alocará recursos do PAC 2 para o desenvolvimento de diversas ações na área de Defesa. Nesse contexto, a aquisição de 50 helicópteros franceses de médio porte (HX-BR), os quais estão sendo construídos na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia, tem permitido a geração de empregos e capacitação da indústria nacional na construção de aeronaves de asas rotativas de emprego militar, com possibilidade também de uso civil.



O desenvolvimento da aeronave KC-X, de emprego militar, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) em parceria com o Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Aeronáutica, permitirá suprir a necessidade de aeronaves de transporte militar, além de possibilitar a inserção dessa empresa brasileira no mercado internacional, com potencial de venda, nos próximos dez anos, de cerca de 250 unidades. Seu desenvolvimento ocorre em fábrica no Estado de São Paulo, permitindo, além da geração de empregos, o domínio de tecnologia que poderá ser utilizada, também, em aeronaves civis.

A tecnologia nuclear não é compartilhada internacionalmente, cabendo a cada país desenvolvê-la com vistas a alcançar um patamar de acesso a uma fonte energética estratégica. O Programa Nuclear da Marinha (PNM) tem sido pioneiro no desenvolvimento da tecnologia do ciclo do combustível nuclear, que agora está sendo utilizada na construção do reator do primeiro submarino nuclear brasileiro. Esse Programa tem possibilitado agregar conhecimento que permitirá, também, a construção de geradores que poderão atuar no fornecimento energético às diversas demandas do País, além de criar a independência em relação a um conhecimento sensível, o qual tem acarretado número significativo de empregos de alto conhecimento tecnológico, preservando a capacidade tecnológica no País.

O Comando da Marinha desenvolve, também, junto com o Programa Nuclear, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), em parceria com a França, que proporcionará o projeto e a construção do submarino nuclear e a construção de mais quatro submarinos convencionais. O projeto encontra-se a pleno vapor, com a construção do estaleiro e da base naval para submarinos, no Estado do Rio de Janeiro. O PROSUB permitirá, além da geração de empregos no País, o conhecimento da tecnologia envolvendo o projeto e a construção do submarino nuclear por técnicos brasileiros, tornando-os aptos à continuidade de novos projetos envolvendo a tecnologia nuclear.

O projeto ASTROS 2020 trata do desenvolvimento de mísseis de médio alcance, até 300 km, com tecnologia nacional, permitindo melhorar a capacidade de defesa de pontos estratégicos no território nacional. Adicionalmente, a fabricação da família de blindados Guarani, também realizado por meio de tecnologia nacional, possibilitará ao Comando do Exército melhorar sua mobilidade em ações de defesa territorial e de garantia da lei e da ordem. O Sistema Integrado de Fronteiras (SISFRON) é essencial para o combate de ilícitos transnacionais, aumentando a segurança nacional e inibindo crimes presentes em áreas da fronteira terrestre do País.

# PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

O Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal em agosto de 2012, junta-se ao PAC na tarefa de atacar os gargalos de infraestrutura existentes no País. O investimento em infraestrutura favorecerá a sustentação do crescimento e do desenvolvimento do país.

O programa prevê investimentos de R$ 213,0 bilhões a serem realizados por meio de parcerias estratégicas com o setor privado, tendo sido construído com base em três diretrizes: a disponibilização de uma ampla e moderna rede de infraestrutura; cadeias logísticas eficientes e competitivas; e a modicidade tarifária. Destaca-se, na concepção do programa, a integração entre as malhas rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias, além de portos e aeroportos, assim como a articulação desses modais com as cadeias produtivas.

No modal rodoviário, o PIL prevê a concessão para a iniciativa privada de 7,5 mil km de rodovias, dos quais 5 mil km serão duplicados. O investimento previsto será da ordem de R$ 52,0 bilhões.

Um ponto de destaque dessas concessões é que primeiro o usuário recebe os benefícios com 10% das obras de duplicação concluídas e depois a tarifa de pedágio passa a ser cobrada.

O modelo de concessão prevê a duplicação de todo o trecho concedido, que deverá ser executada nos primeiros cinco anos de contrato. O concessionário será selecionado pelo menor valor de tarifa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) proporcionará condições de financiamento bastante favoráveis, compatíveis com a dimensão dos diferentes projetos e financiará até 70% dos investimentos.

As rodovias beneficiadas são: BR-101, no trecho entre Feira de Santana no Estado da Bahia até a divisa com o Estado do Espírito Santo; BR-262, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais; BR-153, no trecho entre Palmas no Estado de Tocantins e estendendo-se pelos Estados de Goiás e Minas Gerais; BR-050, nos Estados de Minas Gerais e Goiás; BR-060, no trecho entre Anápolis no Estado de Goiás até Brasília; BR-163, no trecho entre Sinop no Estado de Mato Grosso até a Divisa dos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo; BR-116, no Estado de Minas Gerais; e BR-040, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, e no Distrito Federal.

Os investimentos em rodovias impulsionarão o crescimento econômico do país, favorecendo a produtividade dos serviços de transporte rodoviário. Cabe à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) acompanhar a elaboração dos estudos que orientarão os processos de concessão. Além disso, a empresa é responsável pela contratação dos estudos necessários à obtenção das licenças ambientais, acompanhando a obtenção da licença prévia e a licença de instalação.

No modal ferroviário, o PIL garantirá investimentos da ordem de R$ 99,6 bilhões na construção e modernização de 11 mil km de linhas férreas. As obras de construção dessas ferrovias deverão ser concluídas durante os primeiros cinco anos de contrato.

O novo modelo de concessão proporcionará a expansão da malha ferroviária em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada, promovendo a interiorização da ferrovia e o acesso a partir de regiões do país que atualmente não são atendidas por esse modal. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução do frete.

Nesse modelo, o concessionário será responsável pela construção, manutenção, sinalização e controle da circulação de trens, enquanto a empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. comprará a capacidade integral de transporte da ferrovia e fará ofertas públicas, assegurando o direito de passagem dos trens em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária.

A venda da capacidade de ferrovias será destinada aos usuários que quiserem transportar carga própria, aos operadores ferroviários independentes e aos concessionários de transporte ferroviário.

As ferrovias a serem concedidas são: Ferroanel de São Paulo - Tramos norte e sul, Acesso ao Porto de Santos (SP), Lucas do Rio Verde (MT) - Campinorte (GO) – Palmas (TO) - Anápolis (GO), Ouro Verde (GO) - Estrela d'Oeste (SP) – Panorama (SP) - Dourados (MS), Açailândia (MA) - Barcarena(PA), Uruaçu (GO) - Corinto (MG) - Campos (MG), Salvador (BA) - Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) - Vitória (ES), Belo Horizonte (MG) - Salvador (BA), Maracaju (MS) - Lapa (PR) - Paranaguá (PR), São Paulo (SP) - Rio Grande (RS), Feira de Santana (BA) - Parnamirim (PE).

As ações do PIL no modal aéreo foram lançadas em dezembro de 2012, tendo por objetivos: reconstruir a rede de aviação regional; ampliar a oferta de transporte aéreo no País; e melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para os usuários.

Entre as medidas adotadas para assegurar que os objetivos sejam atingidos destacam-se:

- celebração de novas parcerias com o setor privado através das concessões dos aeroportos de Galeão e Confins e da criação da Infraero Serviços em parceria com operador internacional;
- fortalecimento e ampliação da aviação regional por meio de investimentos na construção de novos aeroportos; concessão de subsídio para rotas entre cidades pequenas e médias do interior e destas cidades para as capitais; estabelecimento de parcerias com estados e municípios; e uso de concessão administrativa;
- aprimoramento regulatório com a previsão de distribuição anual dos *slots* de acordo com critérios de eficiência, dentre outras medidas; e
- fomento à aviação geral  a exemplo da regulamentação da autorização para exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral.

Com relação à concessão dos aeroportos de Galeão e Confins, a licitação está prevista para o segundo semestre de 2013 e estimam-se investimentos da ordem de R$ 8,7 bilhões, sendo R$ 5,2 bilhões no Galeão e R$ 3,5 bilhões em Confins.

As ações do PIL no modal portuário também foram lançadas em dezembro de 2012 com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura e modernizar a gestão portuária; promovendo-se o aumento da movimentação de cargas com redução de custos. Estão previstos investimentos da ordem de R$ 54,0 bilhões.

As medidas adotadas para a consecução dos objetivos seguem três linhas de ação, a saber: retomada da capacidade de planejamento no setor portuário; aprimoramento do marco regulatório; e realização de novos investimentos.

Na retomada do planejamento do setor portuário destaca-se a atuação da Secretaria de Portos, com o objetivo de realizar o planejamento logístico integrado dos outros meios de transporte com o portuário, o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II (PND II) e a criação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos) com a finalidade de integrar as atividades desempenhadas pelos órgãos e entidades públicos com atuação nos portos e instalações portuárias.

No aprimoramento do marco regulatório destacam-se: fim da diferenciação entre carga própria e de terceiros; licitações para arrendamentos de terminais em portos organizados e concessões de portos públicos; e arrendamentos com base no critério de maior movimentação de carga com a menor tarifa.

Na realização de novos investimentos enfatiza-se a coordenação com as ações do PAC, responsáveis por investimentos de R$ 6,4 bilhões em acessos, sendo R$ 3,8 bilhões em acessos aquaviários e R$ 2,6 bilhões em acessos terrestres.

Nos acessos aquaviários o destaque é o PND II, com licitações previstas para o segundo semestre de 2013, para dragagem nos portos de Santos, Vitória, Rio Grande, Paranaguá, Recife, Salvador e outros.

Nos acessos terrestres são 45 intervenções em 18 portos, com R$ 2,2 bilhões de investimentos em acessos rodoviários e R$ 436,0 milhões em acessos ferroviários, todos no âmbito do PAC.



# REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária atualmente desenvolvida no País pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) busca a implantação de novo modelo de assentamento, com base na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Nos últimos anos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) incorporou, entre suas prioridades, a fixação de modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial e de apoio financeiro à instalação e de fomento produtivo às famílias assentadas. O objetivo é adotar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos, além de promover o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no Brasil.

Desde 1994, foram assentadas mais de 1 milhão de famílias. Nos últimos seis anos, foram cerca de 255 mil famílias e a meta para 2014 é assentar 27 mil famílias.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) visam melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção e de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Além disso, abrange um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de bens e de serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Para o próximo ano, a meta é atender 353 mil famílias pelo programa com a aplicação de R$ 356,0 milhões.

A Reforma Agrária pressupõe não apenas a distribuição da terra, mas a oferta de condições necessárias ao desenvolvimento das famílias assentadas, entre elas, a educação. Desde que foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) já beneficiou aproximadamente 450 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, sendo cerca de 347 mil no período de 2003 a 2010, quando foram investidos aproximadamente R$ 201,7 milhões. O programa oferece cursos de educação básica, como alfabetização e ensinos fundamental e médio, técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização. Entre os beneficiados, além dos assentados, estão: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, acampados, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos. As ações de educação no campo visam beneficiar 12 mil alunos em 2014, com o direcionamento de R$ 30,0 milhões para esse fim.

O MDA tem por objetivo criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar-lhe o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Nesse âmbito, serão investidos aproximadamente R$ 201,3 milhões em ações voltadas para a infraestrutura básica, beneficiando 20 mil famílias.

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Permite também o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para

o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica. São beneficiários do Programa os pequenos posseiros e os proprietários dos imóveis rurais objetos da ação de cadastro e regularização fundiária. As áreas prioritárias são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de "grilagens" e concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local. Na regularização fundiária serão investidos R$ 33,7 milhões com a meta de regularizar 20 mil imóveis.



# COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS 2016

Com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 haverá um leque significativo de oportunidades para diversos setores da economia. A cadeia produtiva do esporte servirá como alavanca de geração de empregos, negócios e renda. Na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, documento que define as responsabilidades de cada ente público no que tange às ações referentes à Copa, estão elencados recursos financeiros em projetos de mobilidade urbana, aeroportos, portos, estádios, telecomunicações, turismo e segurança. Com o aumento de investimentos em obras e serviços, a demanda por novos empregos deverá crescer consideravelmente e gerar oportunidades de trabalho para a população brasileira, o que deverá estimular a procura por capacitação profissional.

Para a Copa 2014 serão desenvolvidas ações de comunicação e promoção do País com a finalidade de expor as potencialidades turísticas do Brasil e desenvolver o interesse dos brasileiros pelo evento.

O Brasil Voluntário, Programa Nacional de Voluntariado Público, coordenado pelo Ministério do Esporte, prevê para todo o período da Copa do Mundo FIFA 2014, nas doze cidades-sede, a presença de voluntários em aeroportos, pontos de fluxo e no entorno das arenas. Eles atuarão oferecendo informações turísticas e sobre a competição para os visitantes e demais torcedores, além de apoiarem as equipes de mobilidade locais na orientação aos espectadores na chegada e saída dos estádios. Nas cidades-sede da Copa das Confederações FIFA 2013 já foram capacitados e testados aproximadamente seis mil, de um total previsto de 30 mil voluntários.

Além disso, a elaboração e a implementação de planos operacionais para o período da Copa do Mundo incorporarão a experiência adquirida nas cidades-sede da Copa das Confederações. Os planos operacionais envolvem as seguintes áreas: telecomunicações, energia, coleta e controle de ingressos, segurança, transporte e mobilidade, aeroportos, acomodação e receptivo turístico, saúde, meio ambiente, cultura, comunicação e voluntariado.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, as despesas a serem realizadas preveem a continuidade das atividades já programadas para a realização do evento, coordenadas pelo Comitê Gestor da Copa e pelo Grupo Executivo da Copa, além do monitoramento da Matriz de Responsabilidades, e posterior avaliação de seus itens.

Em 2014, para essas ações de apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 serão alocados R$ 70,0 milhões.

Em relação aos Jogos Olímpicos e aos Jogos Paraolímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte tem como um de seus objetivos prover condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro, mas principalmente garantir que as duas competições deixem ao Brasil amplo e duradouro legado esportivo. Entre as principais atribuições do Ministério está a preparação dos atletas brasileiros.

As ações de preparação englobam financiamento de competições e treinamento no Brasil e no exterior; contratação de comissões técnicas e equipes multidisciplinares; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; bolsas para atletas; procedimentos médico-científicos; controle de dopagem; e construção e reforma de centros de treinamento. No que tange ao apoio direto aos atletas, destaca-se o Programa Bolsa-Atleta, que, desde seu início, em 2005, já concedeu mais de 24 mil bolsas a atletas que representam o Brasil em competições locais, nacionais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas.

Em 2014, o Ministério dará continuidade à formação da Rede Nacional de Treinamento, que interliga instalações esportivas em âmbitos local, regional e nacional para garantir encadeamento do processo de detecção, lapidação e desenvolvimento de talentos para o esporte de alto rendimento. Como parte do legado olímpico, e atrelados à Rede Nacional, estão sendo construídos e renovados dezenas de centros de treinamento em diversos estados, entre os quais se destacam pistas de atletismo certificadas, em parceria com universidades federais, governos estaduais e prefeituras.

O Ministério também dará continuidade ao Plano Brasil Medalhas e ao Programa Atleta Pódio, ambos destinados a oferecer às seleções nacionais as melhores condições de treinamento e apoio às competições para lutar por medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paraolímpicos de 2016. O Governo Federal se comprometeu a garantir aos atletas brasileiros toda a estrutura para que o País alcance a meta de classificar-se entre os dez primeiros nos esportes olímpicos e entre os cinco primeiros paraolímpicos nos Jogos do Rio de Janeiro em 2016. Esse esforço, que aporta recurso adicional ao orçamento do esporte de alto rendimento, conta com engajamento das entidades de esportes olímpicos e paraolímpicos e das empresas estatais patrocinadoras de diversas modalidades esportivas.

Para 2014, está previsto o valor de aproximadamente R$ 961,5 milhões para atender estas responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, sendo que, deste montante, R$ 500,0 milhões correspondem a despesas com a implantação de infraestrutura para os Jogos, programação que compõe o PAC.



# PROGRAMA MAIS MÉDICOS

O Governo Federal, por intermédio da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, instituiu o **Programa Mais Médicos**, que visa ampliar a capacidade de atendimento da atenção básica nas periferias de grandes cidades e nos Municípios do interior brasileiro. Regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013, editada pelos Ministérios da Saúde e da Educação, o programa ofertará bolsa federal de R$ 10,0 mil a médicos que atuarão na atenção básica da rede pública de saúde.

Será aceita a participação de médicos formados no Brasil e graduados em outros países, que só serão chamados a ocupar os postos não preenchidos pelos brasileiros, sendo prioridade nesse grupo os brasileiros que fizeram faculdade no exterior. Só poderão participar estrangeiros egressos de faculdades de Medicina com tempo de formação equivalente ao brasileiro, com conhecimentos em Língua Portuguesa, com autorização para livre exercício da Medicina em seu país de origem e vindos de países onde a proporção de médicos para cada grupo de mil habitantes é superior à brasileira, hoje de 1,8 médico/mil habitantes. Todos os profissionais vindos de outros países cursarão especialização em Atenção Básica e serão acompanhados por uma instituição de ensino.

O programa Mais Médicos é um estímulo para a ida de profissionais para os Municípios do interior e as periferias das grandes cidades, onde é maior a carência por este serviço. Todas as prefeituras podem se inscrever no programa, apesar de o foco do programa ser as 1.582 áreas prioritárias em Municípios de grande vulnerabilidade, sendo 1.290 Municípios de alta vulnerabilidade social, 201 cidades de regiões metropolitanas, 66 cidades com mais de 80 mil habitantes de baixa receita pública *per capita* e 25 distritos de saúde indígena. Para o orçamento de 2014, estão previstos para o programa recursos totais da ordem de R$ 2.867,9 milhões.

# PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Visando atender 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País, foi criado, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia as ações na área social e tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres.

O **Programa Bolsa Família,** um dos principais eixos do Plano, tornou-se um marco como programa de transferência direta de renda, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda *per capita* de até R$ 140,00 mensal) e de extrema pobreza (renda *per capita de* até R$ 70,00 mensal). Esse é o maior programa de transferência de renda direta condicionada da América Latina. O benefício financeiro, cujo valor médio no mês de agosto de 2013 é de R$ 152,75, é associado a contrapartidas que funcionam como mecanismos para melhorar a condição de saúde e de educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social.

Em 2014, o Programa deverá atender cerca de 13,8 milhões de famílias, com recursos da ordem de R$ 23,9 bilhões, incluídos os recursos destinados ao pagamento do benefício para a superação da pobreza extrema na infância.

As ações sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) direcionadas para a área rural preveem investimentos de R$ 375,5 milhões beneficiando 153 mil famílias. Também serão investidos R$ 643 milhões para a construção de 160 mil cisternas e/ou estruturas de acesso à água. Adicionalmente, serão investidos, com vistas à superação da pobreza, recursos da ordem de R$ 245,0 milhões para: orientação profissional, encaminhamento de mão de obra para empregos, fomento a atividades empreendedoras, micro e pequenas empresas, estímulo à formalização do microempreendedor individual e oferta de cursos técnicos gratuitos com bolsas de auxílio, inclusive para catadores de materiais recicláveis.

Vale salientar que, a partir de 2014, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) será financiado pelas ações do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e não mais por uma ação específica, a partir de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovação no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estrutura as ações de combate ao trabalho infantil em cinco eixos: informação e mobilização; identificação de crianças e adolescentes; apoio e acompanhamento das ações; monitoramento; e proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias.

A grande inovação, contudo, está na estruturação de ações estratégicas visando ampliar as condições de realização de diagnósticos territorializados, identificação/busca ativa das situações e monitoramento da efetividade desses esforços, nos Municípios e Estados com elevada concentração dessas situações, a fim de fortalecer a intersetorialidade no enfrentamento ao trabalho infantil, incluindo a articulação e participação de diversos parceiros como Superintendências Regionais do Trabalho, Ministérios Públicos, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário e órgãos das políticas de saúde, educação, trabalho e renda e direitos humanos,

dentre outros. Em 2014 tais ações estratégicas deverão ser implementadas em 800 Municípios, Estados e Distrito Federal, a partir de adesão ao cofinanciamento federal.

No âmbito do Ministério da Educação (MEC), o **Programa Mais Educação**, estratégia indutora da política de educação integral, atenderá, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para 2014, o orçamento previsto é de aproximadamente R$ 1,0 bilhão, atendendo 60 mil escolas.

No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), serão desenvolvidas ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

Na Saúde, o Plano Brasil Sem Miséria está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Sorridente.

Com o Programa Saúde da Família (PSF), haverá o aumento das equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza. No Programa Rede Cegonha, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e pelo parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

O Programa Saúde Não Tem Preço, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão, diabetes e asma nas farmácias credenciadas da rede "Aqui Tem Farmácia Popular". Para o orçamento de 2014, estão previstos recursos da ordem de R$ 1.729,7 milhões. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal, por intermédio de um acordo entre o Ministério da Saúde e sete entidades da indústria e do comércio e em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente. É importante ressaltar que 33 milhões de brasileiros são hipertensos e 7,5 milhões diabéticos, o que acarreta em impactos negativos para o orçamento das famílias, principalmente das mais humildes. Esse Programa beneficia cerca de 4,5 milhões de brasileiros por mês. Com exceção dos medicamentos para hipertensão, diabetes e asma (gratuitos), o Governo Federal financia ainda 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2014 será de R$ 939,9 milhões.

Já o Programa Olhar Brasil é uma ação conjunta dos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) para identificar problemas visuais em alunos da rede pública, em cidadãos inscritos no programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Ainda na área da Saúde, o Governo continuará a aperfeiçoar a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do Programa Brasil Sorridente. Esse programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), **o Programa Bolsa Verde** atenderá pelo menos 123 mil famílias em áreas definidas como prioritárias para a conservação ambiental, tais como unidades de conservação e projetos de assentamento, com recursos da ordem de R$ 106,2 milhões, por meio da transferência trimestral de R$ 300,00 a cada família que desenvolva atividade de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável da floresta. Ademais, serão investidos R$ 93,3 milhões na instalação de 740 sistemas de dessalinização de águas subterrâneas captadas por meio de poços, de forma ambiental e socialmente sustentável, com vistas ao atendimento das populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), estão previstos recursos da ordem de R$ 169,6 milhões destinados ao apoio a iniciativas de aprimoramento da produção e inserção mercadológica, com o objetivo de elevar a renda familiar, ampliar o acesso à água e propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), será aplicado um total de R$ 90,8 milhões para benefícios a 18 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 580 mil agricultores familiares e a 353 mil famílias residentes em assentamentos; e para apoio a 2 mil empreendimentos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar.



# SEGURANÇA PÚBLICA

A política nacional de segurança pública está voltada não apenas à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com Estados, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal tem desenvolvido ações que atacam as causas da violência e da criminalidade, em todos os níveis, no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição das taxas de crime e de violência. Com esse intuito, o Ministério da Justiça (MJ) coordena e promove esforços no campo da prevenção, do controle e da repressão da criminalidade, além de incrementar a qualificação dos profissionais de segurança pública e de justiça criminal.

As políticas de prevenção à violência e à criminalidade consistem em ações que articulam segurança pública e políticas sociais, de natureza estrutural e outras de caráter local. Envolvem áreas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, ao fortalecimento de instituições de segurança pública, à construção e à modernização de estabelecimentos penais, à valorização dos profissionais e operadores de segurança pública e à realização de campanha nacional de recadastramento e desarmamento, entre outras. Para o desenvolvimento dessas atividades serão disponibilizados, em 2014, o montante de R$ 958,0 milhões, visando capacitar 343.217 profissionais e apoiar 120.460 projetos voltados ao fortalecimento de instituições de segurança pública.

As Polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) são instituições por meio das quais a União atua diretamente no combate à criminalidade, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e os transnacionais.

A PF mantém seus esforços no fortalecimento do órgão e na intensificação das ações de cooperação com outras instituições dos Poderes Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público da União (MPU). O objetivo é aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Será disponibilizado, no exercício de 2014, o montante de R$ 812,0 milhões, viabilizando o aprimoramento da PF, a realização de 724 operações e a emissão de 2.302.000 passaportes.

A PRF atua de forma ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nas regiões fronteiriças, ligadas por rodovias federais, intensificará a fiscalização para o combate ao tráfico de drogas e armas, ao contrabando e ao descaminho. Para isso, será destinado, em 2014, o montante de R$ 367,0 milhões.

Com atenção à atuação dos órgãos de segurança pública na região de fronteira, foi lançado em 2011 o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), iniciativa que prevê uma série de operações integradas entre os órgãos de segurança pública federais, como a Polícia Federal, Polícia

Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e as Forças Armadas, para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais, em cooperação com os países que fazem fronteira com o Brasil.

O PEF abrangerá uma área de 2,357 milhões de km², o que equivale a 27% do território nacional, em ações que cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 km. A faixa de fronteira projeta-se por 150 km para dentro do território nacional, a partir da linha divisória com os dez países vizinhos, e compreende 11 Estados e 710 Municípios, abrangendo uma população de mais de 10,9 milhões de pessoas. Para a realização do Plano, será disponibilizado em 2014 o total de R$ 307,0 milhões, visando o apoio de 14 operações nas regiões de fronteira.

O elevado déficit prisional no País impõe-se como outro grande desafio para o Governo Federal na área de segurança pública no que diz respeito ao apoio financeiro aos Estados na geração de novas vagas. Visando amenizar esse déficit, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de unidades prisionais com base nas realidades regionais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica, voltado à conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação aos direitos humanos; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe de apoio da Defensoria Pública na assistência judiciária dos presos, e equipe multidisciplinar para orientação e acompanhamento dos réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Para o desempenho das atividades supracitadas, serão aplicados R$ 282,0 milhões, para a contratação de 8.600 vagas em estabelecimentos penais estaduais e o apoio de 32 iniciativas voltadas à reintegração social, às alternativas penais e ao controle social.

## SEGURANÇA PÚBLICA NOS GRANDES EVENTOS

O Brasil sediará grandes eventos nos próximos anos, em especial, a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O País deverá contar com estrutura física e organizacional com bases sólidas, visando uma complexa operação de logística e segurança para recepcionar delegações de atletas e dirigentes, convidados, autoridades, profissionais de imprensa e turistas nas cidades que sediarão os eventos.

Para tanto, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), que será a responsável pela coordenação das ações preventivas de segurança pública, atuando em conjunto com o Ministério da Defesa. A Secretaria promoverá a integração de forças policiais federais, estaduais e municipais, de entidades policiais estrangeiras, como a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), e de órgãos federais, estaduais e municipais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os bombeiros, a defesa civil, e concessionárias de energia, luz e gás, entre outros.

O Ministério da Defesa desenvolverá iniciativas relacionadas à defesa cibernética, ao monitoramento do espaço aéreo e do espaço marítimo, à defesa química, biológica, radiológica e nuclear, à implantação de Centros de Comando e de Força de Contingência, à defesa de infraestruturas críticas e estratégicas, à execução de medidas de contraterrorismo e à implantação de força para atuação subsidiária, quando necessária no apoio às estruturas ordinárias de segurança pública.

A atuação do Governo Federal prevê a criação de padrões de atendimento e treinamento em conformidade com as políticas de segurança preconizadas pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), a estruturação de centros de comando e controle, que consistem no sistema de inteligência e de gestão da informação nas cidades-sede, bem como a entrega de laboratórios móveis de criminalística, de equipamentos e de armamentos às secretarias de segurança pública e a qualificação profissional de todos os agentes envolvidos. Ademais, o Governo Federal vem investindo na integração dos sistemas de telecomunicações das instituições de segurança federais e estaduais e no aparelhamento das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública.

Em 2014, serão destinados R$ 428,0 milhões para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à preparação das instituições de segurança pública para esses eventos, à implementação de ações de inteligência e a trabalhos preventivos de segurança pública.

# III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados
- Resultado Primário das Empresas Estatais Federais
- Receita Orçamentária
- Pessoal e Encargos Sociais – 2014
- Sistemas Previdenciários

# METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 8 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2012, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2013 e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014 (PLOA-2014).

**Tabela 8 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central**

| Discriminação | Realizado 2012 | | LOA 2013 | | Reprogramação 2013 | | PLOA 2014 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB |
| **I. Receita Primária Total** | **1.060.245,0** | **24,1** | **1.253.366,0** | **25,1** | **1.184.993,6** | **24,5** | **1.315.353,7** | **25,1** |
| I.1. Receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS) | 647.392,9 | 14,7 | 754.785,0 | 15,1 | 702.070,1 | 14,5 | 791.495,4 | 15,1 |
| I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social | 275.764,7 | 6,3 | 315.966,1 | 6,3 | 312.966,1 | 6,5 | 356.839,4 | 6,8 |
| I.3. Receitas não administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil | 137.087,4 | 3,1 | 182.614,9 | 3,7 | 169.957,3 | 3,5 | 167.018,9 | 3,2 |
| **II. Transferências a estados e municípios por repartição de receita (empenho liquidado)** | **169.937,2** | **3,9** | **201.643,7** | **4,0** | **181.674,7** | **3,8** | **214.141,8** | **4,1** |
| **III. Receita Líquida de Transferências (I - II)** | **890.307,8** | **20,2** | **1.051.722,3** | **21,0** | **1.003.318,9** | **20,8** | **1.101.212,0** | **21,0** |
| **IV. Despesa Primária Total (empenho liquidado)** | **854.530,6** | **19,4** | **964.547,8** | **19,3** | **929.500,1** | **19,2** | **1.040.816,0** | **19,9** |
| IV.1. Pessoal e Encargos Sociais | 190.641,7 | 4,3 | 208.000,0 | 4,2 | 203.512,6 | 4,2 | 224.381,5 | 4,3 |
| IV.2. Benefícios da Previdência | 318.830,3 | 7,2 | 349.164,7 | 7,0 | 349.164,7 | 7,2 | 388.035,2 | 7,4 |
| IV.3. Outras Despesas Obrigatórias (*) | 126.407,4 | 2,9 | 135.294,3 | 2,7 | 131.340,5 | 2,7 | 162.155,5 | 3,1 |
| IV.4. Despesas Discricionárias & PAC | 218.651,2 | 5,0 | 272.088,8 | 5,4 | 245.482,4 | 5,1 | 266.243,9 | 5,1 |
| **V. Fundo Soberano do Brasil** | **12.400,0** | | | | | | | |
| **VI. Resultado Primário - Regime Orçamentário (III - IV + V)** | **48.177,2** | **1,1** | **87.174,5** | **1,7** | **73.818,7** | **1,5** | **60.395,9** | **1,2** |

*Continua*

*Continuação*

| Discriminação | Realizado 2012 | | LOA 2013 | | Reprogramação 2013 | | PLOA 2014 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB | R$ milhões | % PIB |
| **VII. Outros fatores que afetam o resultado** | **8.899,8** | **0,2** | **5.235,3** | **0,1** | **4.492,0** | **0,1** | **6.538,0** | **0,1** |
| VII.1. Empréstimos Líquidos | 1.753,1 | 0,0 | 382,9 | 0,0 | 382,9 | 0,0 | 631,4 | 0,0 |
| VII.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias | 7.146,7 | 0,2 | 4.852,4 | 0,1 | 4.109,1 | 0,1 | 5.906,5 | 0,1 |
| **VIII. Ajuste Regimes Caixa / Orçamentário** | **48.985,2** | **1,1** | **1.151,8** | **0,0** | **3.709,4** | **0,1** | **4.214,0** | **0,1** |
| **IX. Resultado Primário acima da linha (VI-VII+VIII)** | **88.262,6** | **2,0** | **83.090,9** | **1,7** | **73.036,1** | **1,5** | **58.072,0** | **1,1** |
| **X. Discrepância estatística/ajuste metodológico** | **-2.176,6** | **0,0** | | | | | | |
| **XI. Resultado Primário do Governo Central abaixo da linha (IX + X)** | **86.086,0** | **2,0** | **83.090,9** | **1,7** | **73.036,1** | **1,5** | **58.072,0** | **1,1** |
| **XII. Recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC** | **39.306,9** | **0,9** | **25.000,0** | **0,5** | **35.053,9** | **0,7** | **58.000,0** | **1,1** |
| **XIII. Resultado Primário do Governo Central conforme art. 3º da LDO-2012 (XI + XII)** | **125.392,9** | **2,8** | **108.090,9** | **2,2** | **108.090,0** | **2,2** | **116.072,0** | **2,2** |
| **XIV. Juros Nominais** | **-147.267,6** | **-3,3** | **-140.297,0** | **-2,8** | **-168.493,0** | **-3,5** | **-173.709,0** | **-3,3** |
| **XV. Resultado Nominal do Governo Central (XI + XIV)** | **-61.181,6** | **-1,4** | **-57.206,1** | **-1,1** | **-95.456,9** | **-2,0** | **-115.637,0** | **-2,2** |
| **XVI. Receitas Financeiras** | **858.900,0** | **19,5** | **910.743,1** | **18,2** | **910.743,1** | **18,8** | **1.046.630,6** | **20,0** |
| XVI.1. Refinanciamento da Dívida | 383.260,6 | 8,7 | 610.065,7 | 12,2 | 610.065,7 | 12,6 | 654.746,9 | 12,5 |
| XVI.2. Emissão de Títulos | 172.624,9 | 3,9 | 124.253,2 | 2,5 | 124.253,2 | 2,6 | 189.819,7 | 3,6 |
| XVI.3. Operações Oficiais de Crédito | 64.408,8 | 1,5 | 66.358,6 | 1,3 | 66.358,6 | 1,4 | 67.010,0 | 1,3 |
| XVI.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 47.914,9 | 1,1 | 40.270,7 | 0,8 | 40.270,7 | 0,8 | 44.182,2 | 0,8 |
| XVI.5. Demais | 190.690,7 | 4,3 | 69.794,8 | 1,4 | 69.794,8 | 1,4 | 90.871,8 | 1,7 |
| **XVII. DESPESAS FINANCEIRAS** | **815.327,8** | **18,5** | **967.896,9** | **19,4** | **967.896,9** | **20,0** | **1.107.026,5** | **21,1** |
| XVII.1. Juros e Encargos da Dívida | 135.057,6 | 3,1 | 152.888,1 | 3,1 | 152.888,1 | 3,2 | 189.474,7 | 3,6 |
| XVII.2. Amortização da Dívida | 620.522,7 | 14,1 | 747.165,8 | 14,9 | 747.165,8 | 15,5 | 812.476,2 | 15,5 |
| XVII.3. Demais | 59.747,5 | 1,4 | 67.843,0 | 1,4 | 67.843,0 | 1,4 | 105.075,7 | 2,0 |

(*) Considera: Abono e Seguro Desemprego, Anistiados, Apoio Financeiro aos Municípios, Auxílio à CDE, Benefícios de Legislação Especial, Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV, Complemento do FGTS, Créditos Extraordinários, Compensação das Desonerações Previdenciárias, Despesas Custeadas com Convênios/Doações, Complementação ao Fundeb, Custeio do Fundo Constitucional do Distrito Federal, Despesas Discricionárias dos Poderes Legislativo/Judiciário/MPU, Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência Primária, Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis, Sentenças Judiciais de Custeio e Capital, Subsídios, Subvenções, Proagro, Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos e Transferência CDE (Acórdão TCU nº 3.389/2012).

Em observância ao art. 11, inciso IV, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (PLDO-2014), cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil (Bacen) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais do PLDO-2014.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

a) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou

b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado "acima da linha", é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal estabelecida no art. 2º do PLDO-2014, que pressupõe um volume de receitas compatível com essa e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias primárias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2014, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2014, as receitas primárias atingem o montante de R$ 1.315,4 bilhões, sendo R$ 791,5 bilhões relativos à receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB/MF), líquida de incentivos fiscais. Desse total, R$ 356,8 bilhões referem-se à arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS). As demais receitas primárias, por sua vez, somam R$ 167,0 bilhões.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, mediante a emissão de títulos, a contratação de operações de crédito por organismos oficiais, as receitas de aplicações financeiras da União, as privatizações e outras mais.

O PLDO-2014 exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza – primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado um código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerado primário.

Para o PLOA-2014, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R$ 1.255,0 bilhões, sendo R$ 214,1 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R$ 224,4 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R$ 388,0 bilhões para benefícios previdenciários, R$ 151,2 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R$ 277,2 bilhões para despesas discricionárias dos Poderes e do Ministério Público da União (MPU), inclusive despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A esses valores acrescentam-se R$ 6,5 bilhões de despesas financeiras e extra-orçamentárias com impacto primário.

O PLDO-2014 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminem a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

## RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos.

## ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas, de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

## ARRECADAÇÃO LÍQUIDA PARA O RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado

sistema "S". Uma vez que tal receita é relativa às contribuições incidentes sobre a folha salarial e sobre os trabalhadores, tem como parâmetro mais importante para sua estimativa o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Compõem ainda as receitas do RGPS, o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da alteração da alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS, conforme estabelecido do inciso IV do artigo 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social por essas desonerações.

## RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2014 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas: constituem receitas vinculadas às despesas e aos órgãos específicos.

## TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram este item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição do Salário-Educação, da Cota-Parte de Compensações Financeiras e da receita de Concursos de Prognósticos e de Concessões de Florestas Nacionais. Destaca-se que Decreto nº 7.764, de 22 de junho de 2012, reduz a zero as alíquotas específicas da Contribuição no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), não havendo, por essa razão, previsão para 2014 de transferências constitucionais dessa contribuição.

Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário, em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão do empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente ao 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituído pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2013, e repassados em 2014, e os de 2014, a serem repassados em 2015. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2014, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R$ 1,9 bilhões.

## DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

## PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2013 e 2014, haja vista que tais despesas são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de

acordo com o regime orçamentário), mas são pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2014 é de R$ 2,4 bilhões.

## BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Engloba todos os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme a regra estabelecida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Essa regra consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2013, estimado em 5,70%, mais a taxa de crescimento anual do PIB apurado para o período de 2012 a título de aumento real, que foi de 0,87%. Desse modo, o salário mínimo previsto nesta proposta orçamentária está estimado em R$ 722,90, refletindo um aumento de 6,62% frente ao valor vigente em 2013.

## OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias do PLDO-2014, inclusive os Subsídios e as Subvenções Econômicas listados do Anexo V do PLDO-2014.

Destacamos a criação de três novas despesas que passaram a integrar esse grupo de Outras Despesas Obrigatórias; são elas: auxílio aos Municípios, auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compensação ao RGPS pelas desonerações promovidas pelas Medidas Provisórias nº 540, de 02 de agosto de 2011; nº 563 de 03 de abril de 2012 e nº 582 de 20 de setembro de 2012, convertidas respectivamente nas Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e nº 12.794, de 02 de abril de 2013.

O auxílio aos Municípios refere-se à transferência de recursos aos municípios com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados por esses entes. O auxílio à CDE, por sua vez, se destina a complementar os recursos destinados a essa Conta, visando atender as finalidades previstas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Por fim, a Compensação ao RGPS visa a não prejudicar tal Fundo pelas perdas de receita decorrentes das desonerações dos tributos que incidem sobre a folha de pagamento, como já comentado no parágrafo anterior.

Cumpre ressaltar que, em 2012, fazem parte das despesas obrigatórias os pagamentos realizados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e o Fundo de

Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). No entanto, a partir da programação do PLOA-2013, essas despesas deixaram de impactar o resultado primário e passaram a ser classificadas como despesas financeiras em virtude da revisão em seus mecanismos de financiamento, conforme Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012. A partir dessa data, os empréstimos ao setor produtivo serão realizados sem risco para o Tesouro Nacional.

## DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o PAC possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo do PLDO-2014, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício até o valor de R$ 67,0 bilhões, considerando os respectivos restos a pagar. Para 2014, os projetos totalizam R$ 63,3 bilhões, valor correspondente a 1,2% do PIB, mas o Poder Executivo estima abater R$ 58,0 bilhões da meta fiscal definida no art. 3º do PLDO-2014.

## OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo positivo em R$ 547,4 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e positivo em R$ 84,0 milhões no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além dessas despesas, também impacta o resultado primário o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R$ 454,0 milhões.

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido

pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2014, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz o montante de R$ 11,0 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2014, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e com Transferências, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2015. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

## PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2014 são apresentados a seguir:

**Tabela 9 – Parâmetros Macroeconômicos**

| PIB | | | Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| R$ milhões | Var. Real | Deflator | Massa Salarial Nominal | Ocupação | PEA | Rend. Nominal |
| 5.242.913 | 4,00% | 5,62% | 10,09% | 2,50% | 1,45% | 7,41% |
| **Inflação - IGP/DI** | | **Inflação - IPCA** | | **Câmbio - Taxa Média** | | |
| Var. Média | Var. Acum. | Var. Média | Var. Acum. | Variação | | R$ / US$ |
| 5,83% | 5,50% | 5,26% | 5,00% | 4,36% | | 2,19 |

# RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

## METODOLOGIA DE CÁLCULO

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito "acima da linha", é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", na qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2014, conforme disposto no art. 2º, § 1º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2014, a programação orçamentária das empresas estatais federais, conforme disposto no caput do art. 2º do PLDO-2014, indica a geração de superávit primário em equilíbrio, ou seja, "zero real" (Tabela 10).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2014.

A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar, etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2014.

Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo einversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), no exercício de 2014, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) como despesas primárias, além do registro da exclusão do grupamento todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das "Demais Empresas", uma vez que o Banco Central considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais, e, ainda as amortizações de dívidas da empresa Itaipu junto à Eletrobras.

**Tabela 10 – Resultado Primário das Empresas Estatais Federais**

| DISCRIMINAÇÃO | PDG - Programação |
|---|---|
| | R$ milhões |
| **I - RECEITAS TOTAIS** | **58.083** |
| - Operacionais | 50.137 |
| • Venda de Bens/Serviços | 43.711 |
| • Demais Operacionais | 6.426 |
| - Financeiras | 1.759 |
| - Demais não Operacionais | 3.272 |
| - Outras Receitas | 0 |
| - Transferências do Tesouro Nacional | 2.916 |
| **II - DESPESAS TOTAIS** | **60.275** |
| - Pessoal e Encargos Sociais | 14.839 |

*Continua*

*Continuação*

| DISCRIMINAÇÃO | PDG - Programação<br>R$ milhões |
|---|---|
| - Encargos Financeiros | 3.113 |
| - Outros Custeios | 22.348 |
| • Materiais e Produtos | 1.491 |
| • Serviços de Terceiros | 12.788 |
| • Utilidades e Serviços | 886 |
| • Tributos e Encargos Parafiscais | 3.228 |
| • Demais Custeios | 3.956 |
| - Investimentos | 5.599 |
| - Outros Dispêndios de Capital | 4.468 |
| - Ajuste Metodológico | 9.907 |
| **III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA** | **757** |
| - Variação de Contas a Pagar (vincendo) (+) | 2.405 |
| - Variação de Contas a Receber (vincendo) (-) | 1.566 |
| - Variação Receitas/Despesas Financeiras (+) | -82 |
| **IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)** | **-1.436** |
| **V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)** | **-1.436** |
| **VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)** | **0** |

Obs.:Valores positivos = superávit.



# RECEITA ORÇAMENTÁRIA

## RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

Com base na legislação tributária vigente em agosto de 2013, estima-se para o ano de 2014 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R$ 791,5 bilhões.

Tal projeção adotou como base de cálculo os valores arrecadados no segundo semestre do exercício de 2012 e no primeiro semestre de 2013, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), de 2 de julho de 2013. Dentre os parâmetros, destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2014:

a) o crescimento real da economia (estimado em 4,00%, para 2014);

b) a inflação média medida pelo IPCA (5,26%, para 2014) e pelo IGP-DI (5,83%, para 2014);

c) a expansão na quantidade importada, sem combustível (4,10%, em 2014);

d) a variação da massa salarial nominal (10,09%, em 2014); e

e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (4,36%, em 2014).

## ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2014, líquida dos valores correspondentes a transferências, totaliza R$ 356,8 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados no segundo semestre do exercício de 2012 e no primeiro semestre de 2013. Levou-se em consideração o crescimento esperado da massa salarial, bem como o seu efeito acumulado nos últimos 12 meses. Além da previsão normal, considerou-se também um aporte de R$ 17,0 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento.

## RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS

Esse grupo de receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB/MF, pelas taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços públicos, pelas receitas próprias e demais receitas. Esse conjunto de receitas representa um montante de R$ 167,0 bilhões para 2014, apontando queda em relação à estimativa para 2013 de aproximadamente 1,73%. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, IGP-DI, IPCA e Câmbio.

## INSEGURANÇA JURÍDICA QUANTO À DESTINAÇÃO DAS RECEITAS DE PETRÓLEO

Recentemente, os dispositivos legais que estabelecem regras para a distribuição dos recursos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos explorados sob os Regimes de Concessão e de Cessão Onerosa à Petrobras foram substancialmente alterados pelos efeitos da Lei nº 12.734, de 29 de novembro de 2012; do início e do fim da vigência dos vetos presidenciais à Lei nº 12.734, de 2012; do início e do fim da vigência da Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012 e pela Medida Cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 18 de março de 2013, durante o trâmite da ADI nº 4917 MC/DF.

Soma-se a esse contexto a recente aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 323 de 2007, que prevê a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela dos recursos advindos da exploração de petróleo e gás natural. O projeto aguarda sanção presidencial e deverá operar efeitos ainda no ano de 2013.

Ressalta-se também que eventos jurídicos supervenientes, como a apreciação em definitivo do processo ao qual a citada Medida Cautelar concedida pelo STF está relacionada, acarretarão a necessidade de adequar a distribuição/alocação das receitas em comento.

Dessa maneira, tendo em vista que a elaboração do PLOA 2014 implica necessidade de se interpretar, combinar e harmonizar os citados dispositivos legais, a repartição dos recursos de Petróleo consignada no PLOA - 2014 reflete cenário de distribuição de receitas previsto a partir da entrada em vigor do Projeto de Lei nº 323 de 2007, sem os efeitos produzidos pela Medida Cautelar do STF.

## RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário em equilíbrio, ou seja, meta de "zero real". Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 2,0% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:



**Tabela 11 – Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento**

***R$ milhões***

| Descritores de Fontes | PLOA 2014 |
|---|---|
| **Recursos Próprios** | **92.729** |
| Geração Própria | 92.729 |
| **Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido** | **8.582** |
| Tesouro – Direto | 2.416 |
| Saldo de Exercícios Anteriores | 1.097 |
| Controladora | 5.069 |
| **Operações de Crédito de Longo Prazo** | **2.126** |
| Internas | 2.126 |
| **Outros Recursos de Longo Prazo** | **2.168** |
| Controladora | 2.168 |
| **Total** | **105.605** |

# PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – 2014

O orçamento para o exercício de 2014 prevê gastos da ordem de R$ 241,98 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União, encargos sociais e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, o que representa crescimento de 7,08% em relação a estas despesas para o exercício de 2013, conforme a Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, Lei Orçamentária Anual de 2013, LOA-2013, no montante de R$ 225,98 bilhões.

Do total, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,43%, 10,82% e 84,24% e do Ministério Público da União (MPU), 1,50%, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 12 – Gastos de Pessoal e Encargos - Projeção para 2013**
***R$ bilhões***

| Poder | PLOA-2014[1] | Participação Relativa (%) |
|---|---|---|
| Legislativo | 8,31 | 3,43% |
| Judiciário | 26,19 | 10,82% |
| Executivo | 203,85 | 84,24% |
| MPU | 3,63 | 1,50% |
| **Total** | **241,98** | **100,00%** |

Nota: [1] Inclui ativos, inativos, pensionistas, encargos sociais e sentenças judiciais (Precatórios e RPV).

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2014 decorre basicamente da recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, bem como da expansão dos quadros de pessoal no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU e da continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal.

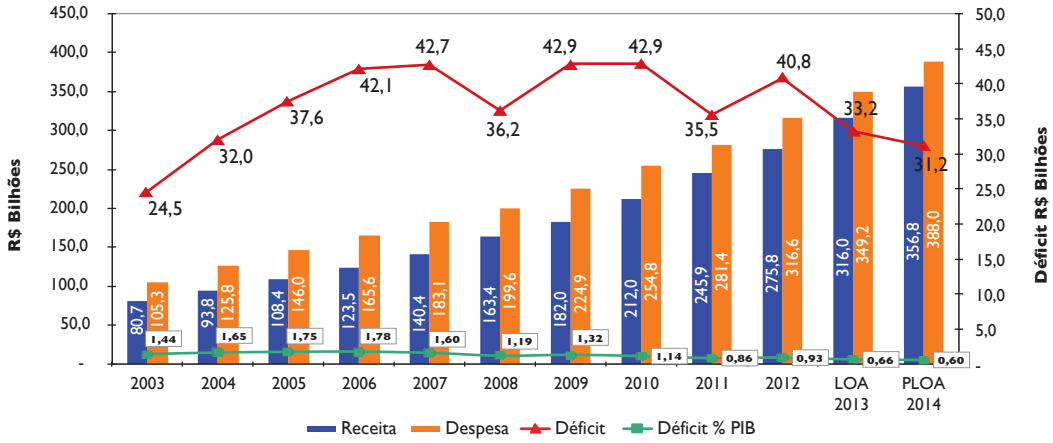
A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2014 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,14% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 3,60%; a do Poder Executivo, 28,04%; e a do MPU, 0,50%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 33,28% da receita corrente líquida prevista para 2014. Nessas condições, os limites globais apontados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, bem como nos ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela citada LRF.

# SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

## REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

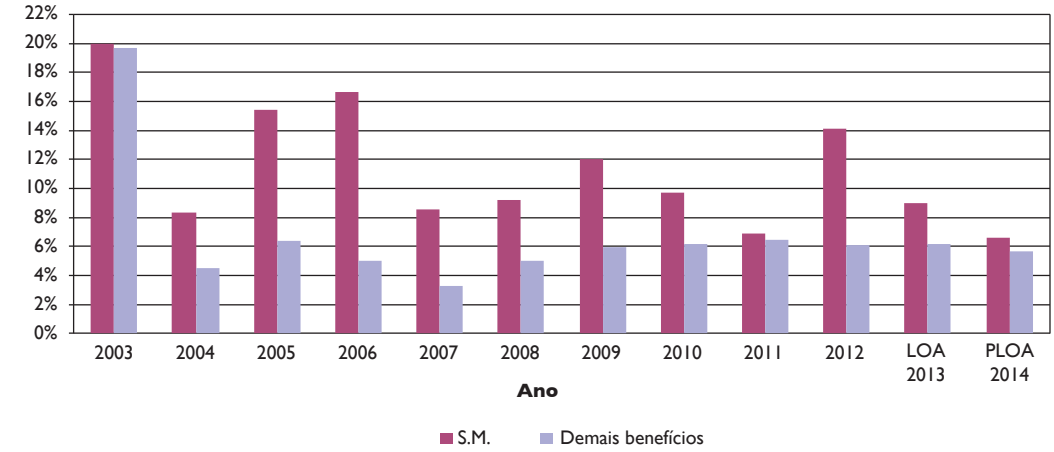
O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme mostrado no Gráfico 3, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes. Em 2008 há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. A adequada compreensão da dinâmica do déficit, no entanto, precisa levar em conta tanto os movimentos de receitas como de despesas associadas ao Regime.

**Gráfico 3 – Evolução do Resultado do RGPS**



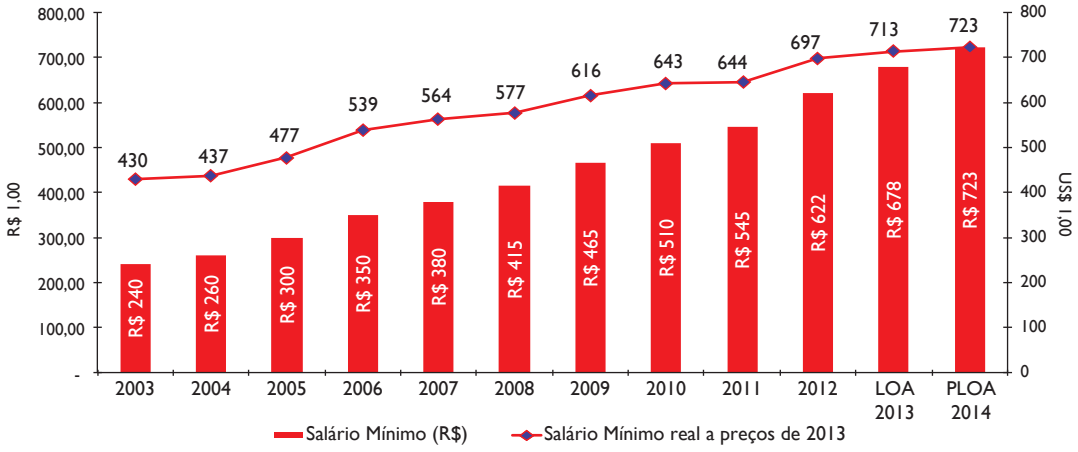

Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 4 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo tiveram maior ênfase nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente.

**Gráfico 4 – Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios**




A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2014, considerando como deflator o INPC acumulado no ano, observa-se tendência crescente desde 2003. Os valores ultrapassaram a marca de R$ 500,00 no ano de 2006 e os R$ 600,00 em 2012. Para o ano de 2013, com a política de ganhos reais determinada pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, o valor do salário mínimo foi de R$ 678,00. Em 2014, deve atingir o patamar de R$ 722,90. O Gráfico 5 mostra a evolução do valor do salário mínimo, bem como a sua avaliação a preços constantes de 2014.

**Gráfico 5 – Evolução do Salário Mínimo**




Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 3), observa-se que, após a reversão da tendência de elevação, interrompida em 2008, no exercício de 2009, como reflexo da crise econômica mundial, houve nova elevação do resultado deficitário, tendo como razão maior a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal fonte das receitas previdenciárias), conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias.

Em 2010, com a política de valorização do salário mínimo e a adoção de reajustes reais para os benefícios acima do piso, mesmo com um elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), observa-se conservação do déficit em termos nominais, alcançando aproximadamente R$ 42,9 bilhões, mas com redução percentual em relação ao PIB.

No exercício de 2011, com o crescimento da massa salarial, influenciada pela recuperação do mercado de trabalho formal, e os reajustes mais brandos para os benefícios (Gráfico 4), observou-se suavização do déficit previdenciário, que atingiu o montante de R$ 35,5 bilhões. Como resultado da expressiva taxa de crescimento do salário mínimo em 2012 (14,13%), o cenário volta a ser de elevação do déficit anual, seja em termos nominais ou percentual do PIB.

Para 2013, o valor previsto do déficit do RGPS na LOA volta a reduzir, seja em termos nominais, seja como proporção do PIB. Isso reflete, por um lado, o menor percentual, quando comparado ao elevado reajuste de 2012, para os de benefícios atrelados ao salário mínimo (9%). Por outro lado, o ritmo mais intenso da atividade econômica estimado para o ano repercute na massa salarial e, consequentemente, nas receitas do RGPS.

Para 2014, o reajuste do salário mínimo continua próximo à média do período 2007-2011, mas atinge o menor patamar desse período, 6,62%. Diante disso, o déficit do RGPS continua com uma trajetória descendente: diminui tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. Essa situação é a combinação do crescimento da massa salarial, que repercute nas receitas, e do menor reajuste nos benefícios concedidos.

Com esse cenário para o exercício de 2014, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R$ 31,2 bilhões, ou 0,6% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 6,62% a partir de janeiro de 2014, sendo equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) estimado para o exercício de 2013 mais o crescimento do PIB real em 2012, conforme a regra contida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

Importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2014 a segunda de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a revogação do art. 202 da Constituição, pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de cento e quarenta e quatro contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Finalmente, salienta-se que o resultado do RGPS não sofre impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o art. 9º do inciso IV da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios atingiu R$ 388,0 bilhões, sendo R$ 377,2 bilhões relativos a benefícios normais, R$ 8,4 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R$ 2,4 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R$ 356,8 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 10,09%.

A Tabela 13 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

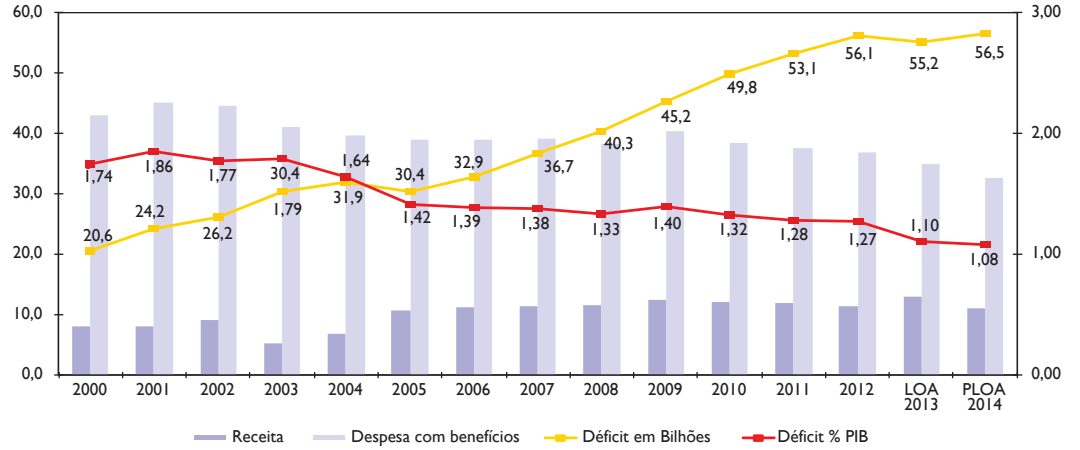
**Tabela 13 – Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados**
***R$ milhões***

| Descrição | PLOA 2013 |
|---|---|
| **Arrecadação** | **356.839** |
| **Benefícios** | **388.035** |
| Benefícios normais | 377.225 |
| Precatórios e sentenças | 8.432 |
| Comprev | 2.378 |
| **Resultado** | **-31.196** |
| **Hipóteses adotadas** | |
| Massa salarial nominal (%) | 10,09% |
| Reajuste do salário mínimo (%) | 6,62% |
| Valor do salário mínimo (R$) | 722,90 |
| Reajuste dos demais benefícios (%) | 5,70% |

## REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União para 2014 é de R$ 56,5 bilhões (1,1% do PIB). O Gráfico 6 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento, mas a taxas menores. Para o próximo ano, estima-se um crescimento anual do déficit em 2,5%, enquanto entre 2006 e 2013 o crescimento médio foi de 7,7%. Entre outros fatores, uma das razões para o declínio das receitas do RPPS, a partir de 2012, foi o fim da contribuição sobre o 1/3 a mais das férias (Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, que alterou o art. 4º § 1º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004). Outro motivo que contribui para o aumento do déficit nominal, em um primeiro momento, é o advento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp): os servidores que entraram após sua vigência só contribuem para o RPPS até o limite do teto do Regime Geral de Previdência Social (RPGS), o que leva a uma diminuição das receitas, enquanto as despesas não são alteradas.

**Gráfico 6 – Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública (% PIB)**




A trajetória decrescente de déficit do RPPS em relação ao PIB alcançada na última década deve-se, em especial, a algumas reformas constitucionais e legais que tiveram o intuito de adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios dos servidores públicos e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores. Ressalte-se que a Lei nº 10.887, de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor (22,0% e 11,0%, respectivamente).

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais podem ser destacadas:

a) a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;

b) a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;

c) a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e

d) a abertura de espaço para que leis complementares instituam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transfere do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF) a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RGPS do Servidor Público Federal.

Finalmente, em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a referida Lei, poderão ser criados até três fundos de previdência complementar, um para cada Poder. Para os servidores do Poder Executivo, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) entrou em vigor em 4 de fevereiro de 2013, através da Portaria nº 44, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 31 de janeiro de 2013. Para o Poder Legislativo, a Portaria nº 239, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 6 de maio de 2013, aprovou o Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal (LegisPrev), que é administrado pela Funpresp-Exe. Por sua vez, a Funpresp-Jud está se estruturando para administrar o plano de previdência complementar dos servidores do Judiciário e do MPU.

Com o advento dos Fundos, os servidores ingressados no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013 e aqueles já pertencentes aos quadros de servidores que por ele expressamente optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cujo valor para 2013, a título exemplificativo, está fixado em R$ 4.159,00, conforme Portaria Interministerial MPS/MF nº 15, de 10 de janeiro de 2013.

O objetivo do Fundo é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. O Fundo disponibilizará aos seus participantes plano de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. Nesse sistema, o valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do Patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder ao teto. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

# IV – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

- Aplicações em Operações de Crédito
- Investimentos no Ativo Imobilizado

# APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2014, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R$ 354,0 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais (PDG). Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2014. Respeitadas as especificidades de cada instituição, o volume de operações programado para o próximo ano está assim distribuído: industrial (19,0%), intermediação financeira (15,0%), outros serviços (21,0%), habitação (16,0%), comércio (7,0%), rural (7,0%) e outros (12,0%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

# INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2014, R$ 6,0 bilhões para os gastos com a aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R$ 3,3 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R$ 2,7 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2014, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 52,0% e 42,0%, respectivamente.



# ANEXO

## Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais

- Empresas do Setor Produtivo
- Empresas do Setor Financeiro

# EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

## 22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

### 22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.877.007** | **Receitas** | **41.476.566** |
| *Investimentos* | *1.300.000* | *Receita Operacional* | *38.074.566* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *577.007* | *Receita não Operacional* | *3.402.000* |
| *Operações Internas* | *577.007* | **Total das Fontes** | **41.476.566** |
| **Dispêndios Correntes** | **38.557.966** | **Variação de Capital de Giro** | **-402.481** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *17.712.987* | **Variação do Disponível** | **-639.112** |
| *Materias e Produtos* | *1.414.211* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *11.551.885* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *754.995* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *3.764.411* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *174.183* | | |
| *Operações Internas* | *174.183* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.185.294* | | |
| **Total dos Usos** | **40.434.973** | **Total Liquido das Fontes** | **40.434.973** |

### 22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **300.000** | **Receitas** | **22.306.186** |
| *Investimentos* | *300.000* | *Receita Operacional* | *15.360.741* |
| **Dispêndios Correntes** | **21.417.834** | *Receita não Operacional* | *6.945.445* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *8.921.812* | **Total das Fontes** | **22.306.186** |
| *Materias e Produtos* | *2.184.692* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.510.128** |
| *Serviços de Terceiros* | *5.211.033* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **600.525** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.895.405* | **Variação do Disponível** | **321.251** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.322.045* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *186.109* | | |
| *Outras Fontes* | *186.109* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *696.738* | | |
| **Total dos Usos** | **21.717.834** | **Total Liquido das Fontes** | **21.717.834** |

### 22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **34.758.879** | **Receitas** | **221.055.811** |
| *Investimentos* | *34.758.879* | *Receita Operacional* | *177.806.572* |
| **Dispêndios Correntes** | **185.728.979** | *Receita não Operacional* | *43.249.239* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *59.395.112* | **Total das Fontes** | **221.055.811** |
| *Materias e Produtos* | *10.189.085* | **Variação do Disponível** | **-567.953** |
| *Serviços de Terceiros* | *65.190.784* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *26.021.912* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *20.131.156* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *4.800.930* | | |
| **Total dos Usos** | **220.487.858** | **Total Liquido das Fontes** | **220.487.858** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

# 25000 M. DA FAZENDA

### 25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **400.000.000** | **Receitas** | **2.435.604.589** |
| *Investimentos* | *400.000.000* | *Receita Operacional* | *2.222.641.817* |
| **Dispêndios Correntes** | **2.529.320.773** | *Receita não Operacional* | *212.962.772* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.541.162.600* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **200.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *20.231.875* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *200.000.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *360.657.302* | **Total das Fontes** | **2.635.604.589** |
| *Utilidades e Serviços* | *28.373.035* | **Variação de Capital de Giro** | **261.241.434** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *337.896.272* | **Variação do Disponível** | **32.474.750** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *35.150.000* | | |
| *Outras Fontes* | *35.150.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *205.849.689* | | |
| **Total dos Usos** | **2.929.320.773** | **Total Liquido das Fontes** | **2.929.320.773** |

### 25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **467.838.388** | **Receitas** | **3.049.926.010** |
| *Investimentos* | *297.838.388* | *Receita Operacional* | *3.015.724.010* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *170.000.000* | *Receita não Operacional* | *34.202.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **2.413.668.744** | **Total das Fontes** | **3.049.926.010** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *312.021.486* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-12.420.000** |
| *Materias e Produtos* | *675.389.934* | **Variação de Capital de Giro** | **-62.933.658** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.237.637.324* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-16.580.000** |
| *Utilidades e Serviços* | *23.500.000* | **Variação do Disponível** | **-76.485.220** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *74.200.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *7.420.000* | | |
| *Outras Fontes* | *7.420.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *83.500.000* | | |
| **Total dos Usos** | **2.881.507.132** | **Total Liquido das Fontes** | **2.881.507.132** |

### 25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **15.845.804** | **Receitas** | **29.449.249** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *15.845.804* | *Receita Operacional* | *25.288.472* |
| **Dispêndios Correntes** | **13.603.446** | *Receita não Operacional* | *4.160.777* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *432.657* | **Total das Fontes** | **29.449.249** |
| *Serviços de Terceiros* | *87.009* | **Variação de Capital de Giro** | **6.037.692** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *11.989.796* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-4.044.260** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.093.984* | **Variação do Disponível** | **-1.993.431** |
| **Total dos Usos** | **29.449.250** | **Total Liquido das Fontes** | **29.449.250** |

### 25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.503.182.338** | **Receitas** | **3.369.599.953** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.503.182.338* | *Receita Operacional* | *3.273.532.325* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.866.417.615** | *Receita não Operacional* | *96.067.628* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *13.963.043* | **Total das Fontes** | **3.369.599.953** |
| *Serviços de Terceiros* | *816.535.470* | **Variação de Capital de Giro** | **-287.978** |
| *Utilidades e Serviços* | *873.610* | **Variação do Disponível** | **287.978** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.011.126.891* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *23.918.601* | | |
| **Total dos Usos** | **3.369.599.953** | **Total Liquido das Fontes** | **3.369.599.953** |

### 25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **40.905.391** | **Receitas** | **769.437.449** |
| *Investimentos* | *26.811.000* | *Receita Operacional* | *703.092.350* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Outros Dispêndios de Capital* | *14.094.391* | *Receita não Operacional* | *66.345.099* |
| **Dispêndios Correntes** | **635.680.066** | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **4.682.763** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *180.252.453* | **Total das Fontes** | **774.120.212** |
| *Materias e Produtos* | *23.192.835* | **Variação de Capital de Giro** | **-16.809.186** |
| *Serviços de Terceiros* | *279.425.292* | **Variação do Disponível** | **-80.725.569** |
| *Utilidades e Serviços* | *11.019.928* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *116.773.888* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *25.015.670* | | |
| **Total dos Usos** | **676.585.457** | **Total Liquido das Fontes** | **676.585.457** |

### 25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.800.000** | **Receitas** | **54.392.171** |
| *Investimentos* | *2.800.000* | *Receita Operacional* | *50.340.727* |
| **Dispêndios Correntes** | **50.433.643** | *Receita não Operacional* | *4.051.444* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *24.606.875* | **Total das Fontes** | **54.392.171** |
| *Materias e Produtos* | *685.455* | **Variação de Capital de Giro** | **-2.471.747** |
| *Serviços de Terceiros* | *9.011.774* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **1.473** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.219.162* | **Variação do Disponível** | **1.311.746** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *4.726.931* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *147.229* | | |
| *Operações Internas* | *147.229* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *8.036.217* | | |
| **Total dos Usos** | **53.233.643** | **Total Liquido das Fontes** | **53.233.643** |

### 25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.171.058.698** | **Receitas** | **2.527.478.770** |
| *Investimentos* | *1.261.388* | *Receita Operacional* | *48.873.435* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.979.091.696* | *Receita não Operacional* | *2.478.605.335* |
| *Outras Fontes* | *1.979.091.696* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **1.193.174.019** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *190.705.614* | **Total das Fontes** | **3.720.652.789** |
| **Dispêndios Correntes** | **916.417.338** | **Variação de Capital de Giro** | **289.027.448** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *18.219.267* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-79.619.650** |
| *Materias e Produtos* | *88.180* | **Variação do Disponível** | **-842.584.551** |
| *Serviços de Terceiros* | *287.718.914* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *997.845* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *40.550.684* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *477.410.926* | | |
| *Outras Fontes* | *477.410.926* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *91.431.522* | | |
| **Total dos Usos** | **3.087.476.036** | **Total Liquido das Fontes** | **3.087.476.036** |

### 25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **67.280.000** | **Receitas** | **549.923.713** |
| *Investimentos* | *1.280.000* | *Receita Operacional* | *533.654.054* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *8.000.000* | *Receita não Operacional* | *16.269.659* |
| *Debêntures* | *8.000.000* | **Total das Fontes** | **549.923.713** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *58.000.000* | **Variação de Capital de Giro** | **44.775.644** |
| **Dispêndios Correntes** | **512.052.008** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **2.820.175** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *7.346.368* | **Variação do Disponível** | **-18.187.524** |
| *Materias e Produtos* | *137.259* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *84.302.077* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *1.418.527* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *43.095.439* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *6.287.416* | | |
| *Operações Internas* | *2.445.070* | | |
| *Debêntures* | *3.120.174* | | |
| *Outras Fontes* | *722.172* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *369.464.922* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **579.332.008** | **Total Liquido das Fontes** | **579.332.008** |

### 25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **256.923** | **Receitas** | **2.495.007** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *256.923* | *Receita Operacional* | *2.361.646* |
| | | *Receita não Operacional* | *133.361* |
| | | **Total das Fontes** | **2.495.007** |
| | | **Variação de Capital de Giro** | **-2.239.697** |
| | | **Variação do Disponível** | **1.613** |
| **Total dos Usos** | **256.923** | **Total Liquido das Fontes** | **256.923** |

### 25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. - BNC CAPITALIZAÇÃO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **349.393** | **Receitas** | **374.429** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *226.576* | *Receita não Operacional* | *374.429* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *68.103* | **Total das Fontes** | **374.429** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *54.714* | **Variação de Capital de Giro** | **-25.246** |
| | | **Variação do Disponível** | **210** |
| **Total dos Usos** | **349.393** | **Total Liquido das Fontes** | **349.393** |

### 25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **428.802.715** | **Receitas** | **1.758.038.326** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *428.802.715* | *Receita Operacional* | *1.709.966.037* |
| **Dispêndios Correntes** | **42.827.468** | *Receita não Operacional* | *48.072.289* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *4.869.327* | **Total das Fontes** | **1.758.038.326** |
| *Serviços de Terceiros* | *148.835* | **Variação de Capital de Giro** | **-314.794.076** |
| *Utilidades e Serviços* | *124.781* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **18.392.494** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *16.344.668* | **Variação do Disponível** | **-990.006.561** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *21.339.857* | | |
| **Total dos Usos** | **471.630.183** | **Total Liquido das Fontes** | **471.630.183** |

### 25290 BB COR PARTICIPAÇÕES S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **330.557.597** | **Receitas** | **1.377.653.303** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *330.557.597* | *Receita Operacional* | *1.377.552.422* |
| **Dispêndios Correntes** | **329.981** | *Receita não Operacional* | *100.881* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *226.576* | **Total das Fontes** | **1.377.653.303** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *103.405* | **Variação de Capital de Giro** | **-39.424.123** |
| | | **Variação do Disponível** | **-1.007.341.602** |
| **Total dos Usos** | **330.887.578** | **Total Liquido das Fontes** | **330.887.578** |

### 25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **697.614.985** | **Receitas** | **2.838.547.378** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *697.614.985* | *Receita Operacional* | *2.831.298.892* |
| **Dispêndios Correntes** | **48.087.438** | *Receita não Operacional* | *7.248.486* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *27.822.701* | **Total das Fontes** | **2.838.547.378** |
| *Serviços de Terceiros* | *9.314.328* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.884.372.934** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *10.950.409* | **Variação do Disponível** | **-208.472.021** |
| **Total dos Usos** | **745.702.423** | **Total Liquido das Fontes** | **745.702.423** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 32000 M. DE MINAS E ENERGIA

### 32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **26.125.000** | **Receitas** | **251.985.748** |
| *Investimentos* | *26.125.000* | *Receita Operacional* | *249.635.748* |
| **Dispêndios Correntes** | **197.189.081** | *Receita não Operacional* | *2.350.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *123.474.257* | **Total das Fontes** | **251.985.748** |
| *Materias e Produtos* | *2.400.000* | **Variação de Capital de Giro** | **4.049.970** |
| *Serviços de Terceiros* | *41.499.000* | **Variação do Disponível** | **-32.721.637** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.887.990* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.545.077* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.383.206* | | |
| *Outras Fontes* | *1.383.206* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *20.999.551* | | |
| **Total dos Usos** | **223.314.081** | **Total Liquido das Fontes** | **223.314.081** |

### 32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.680.225.807** | **Receitas** | **2.038.999.724** |
| *Investimentos* | *2.561.814.870* | *Receita Operacional* | *2.007.999.724* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *118.410.937* | *Receita não Operacional* | *31.000.000* |
| *Outras Fontes* | *118.410.937* | **Operações de Crédito** | **1.759.638.998** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.650.131.097** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *1.759.638.998* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *413.115.377* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **295.750.429** |
| *Materias e Produtos* | *432.827.000* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *295.750.429* |
| *Serviços de Terceiros* | *404.261.112* | **Total das Fontes** | **4.094.389.151** |
| *Utilidades e Serviços* | *15.259.644* | **Variação de Capital de Giro** | **30.609.867** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *224.362.833* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-32.683.726** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *42.040.434* | **Variação do Disponível** | **238.041.612** |
| *Outras Fontes* | *42.040.434* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *118.264.697* | | |
| **Total dos Usos** | **4.330.356.904** | **Total Liquido das Fontes** | **4.330.356.904** |

### 32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **8.644.469.182** | **Receitas** | **13.443.187.721** |
| *Investimentos* | *35.676.364* | *Receita Operacional* | *10.558.911.870* |
| *Inversões Financeiras* | *2.210.213.105* | *Receita não Operacional* | *2.884.275.851* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.789.759.882* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **3.537.775.912** |
| *Operações Externas* | *618.114.639* | **Operações de Crédito** | **3.623.100.000** |
| *Outras Fontes* | *1.171.645.243* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *3.150.000.000* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *4.608.819.831* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *473.100.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **13.468.016.860** | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **1.465.149.052** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *230.799.999* | *Demais Recursos de Longo Prazo* | *1.465.149.052* |
| *Materias e Produtos* | *10.289.605.426* | **Total das Fontes** | **22.069.212.685** |
| *Serviços de Terceiros* | *325.037.706* | **Variação de Capital de Giro** | **-13.756.430.144** |
| *Utilidades e Serviços* | *16.904.900* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **70.817.916** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *967.940.650* | **Variação do Disponível** | **13.728.885.585** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *930.799.217* | | |
| *Operações Externas* | *515.300.356* | | |
| *Outras Fontes* | *415.498.861* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *706.928.962* | | |
| **Total dos Usos** | **22.112.486.042** | **Total Liquido das Fontes** | **22.112.486.042** |

### 32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.932.977.244** | **Receitas** | **5.184.696.276** |
| *Investimentos* | *490.000.000* | *Receita Operacional* | *4.809.299.105* |
| *Inversões Financeiras* | *990.000.000* | *Receita não Operacional* | *375.397.171* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *452.977.244* | **Operações de Crédito** | **403.040.240** |
| *Operações Internas* | *113.861.043* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *403.040.240* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Operações Externas* | *457.517* | **Total das Fontes** | **5.587.736.516** |
| *Outras Fontes* | *338.658.684* | **Variação de Capital de Giro** | **-99.839.750** |
| **Dispêndios Correntes** | **3.574.485.410** | **Variação do Disponível** | **19.565.888** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *840.387.283* | | |
| *Materias e Produtos* | *1.082.024.102* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *330.367.412* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *7.882.676* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *556.773.096* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *269.793.049* | | |
| *Operações Internas* | *30.408.192* | | |
| *Operações Externas* | *18.834* | | |
| *Outras Fontes* | *239.366.023* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *487.257.792* | | |
| **Total dos Usos** | **5.507.462.654** | **Total Liquido das Fontes** | **5.507.462.654** |

### 32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.352.181.042** | **Receitas** | **1.627.819.959** |
| *Investimentos* | *377.993.364* | *Receita Operacional* | *1.372.108.335* |
| *Inversões Financeiras* | *431.586.524* | *Receita não Operacional* | *255.711.624* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *376.133.626* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **27.290.917** |
| *Operações Internas* | *154.564.219* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *27.290.917* |
| *Outras Fontes* | *221.569.407* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **1.221.566** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *166.467.528* | **Operações de Crédito** | **900.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.451.393.584** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *900.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *251.980.700* | **Total das Fontes** | **2.556.332.442** |
| *Materias e Produtos* | *358.372.917* | **Variação de Capital de Giro** | **394.175.376** |
| *Serviços de Terceiros* | *179.853.669* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-996.136** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.760.430* | **Variação do Disponível** | **-145.937.056** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *281.832.977* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *235.090.539* | | |
| *Operações Internas* | *145.082.987* | | |
| *Outras Fontes* | *90.007.552* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *138.502.352* | | |
| **Total dos Usos** | **2.803.574.626** | **Total Liquido das Fontes** | **2.803.574.626** |

### 32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.283.073.907** | **Receitas** | **3.811.893.465** |
| *Investimentos* | *1.840.606.084* | *Receita Operacional* | *3.521.729.075* |
| *Inversões Financeiras* | *350.005.543* | *Receita não Operacional* | *290.164.390* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *63.229.265* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **17.932.518** |
| *Operações Internas* | *39.165.134* | **Operações de Crédito** | **805.367.000** |
| *Outras Fontes* | *24.064.131* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *805.367.000* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *29.233.015* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **28.981.063** |
| **Dispêndios Correntes** | **3.386.808.192** | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *28.981.063* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *690.359.091* | **Total das Fontes** | **4.664.174.046** |
| *Materias e Produtos* | *1.373.939.255* | **Variação de Capital de Giro** | **1.344.799.677** |
| *Serviços de Terceiros* | *343.686.632* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **104.700.952** |
| *Utilidades e Serviços* | *11.547.508* | **Variação do Disponível** | **-443.792.576** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *383.100.625* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *112.592.000* | | |
| *Operações Internas* | *105.125.189* | | |
| *Outras Fontes* | *7.466.811* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *471.583.081* | | |
| **Total dos Usos** | **5.669.882.099** | **Total Liquido das Fontes** | **5.669.882.099** |

### 32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.304.068.146** | **Receitas** | **4.619.298.012** |
| *Investimentos* | *1.262.333.172* | *Receita Operacional* | *3.730.389.116* |
| *Inversões Financeiras* | *482.377.485* | *Receita não Operacional* | *888.908.896* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *412.537.489* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **135.222.188** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Operações Internas* | *137.614.140* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *135.222.188* |
| *Outras Fontes* | *274.923.349* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **54.743.199** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *146.820.000* | **Operações de Crédito** | **1.202.537.490** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.250.632.610** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *1.202.537.490* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *945.751.892* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **98.801.939** |
| *Materias e Produtos* | *931.874.088* | *Demais Recursos de Longo Prazo* | *98.801.939* |
| *Serviços de Terceiros* | *597.492.517* | **Total das Fontes** | **6.110.602.828** |
| *Utilidades e Serviços* | *26.977.212* | **Variação de Capital de Giro** | **1.077.398.656** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *574.590.854* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-56.451.938** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *605.726.984* | **Variação do Disponível** | **-576.848.790** |
| *Operações Internas* | *428.002.327* | | |
| *Operações Externas* | *1.302.605* | | |
| *Outras Fontes* | *176.422.052* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *568.219.063* | | |
| **Total dos Usos** | **6.554.700.756** | **Total Liquido das Fontes** | **6.554.700.756** |

### 32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **92.852.966.748** | **Receitas** | **325.193.411.414** |
| *Investimentos* | *63.059.378.000* | *Receita Operacional* | *320.089.181.396* |
| *Inversões Financeiras* | *18.828.948.247* | *Receita não Operacional* | *5.104.230.018* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *764.640.501* | **Operações de Crédito** | **5.500.000.000** |
| *Operações Internas* | *173.225.475* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *2.500.000.000* |
| *Operações Externas* | *531.091.951* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *3.000.000.000* |
| *Debêntures* | *60.323.075* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **36.759.260.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *10.200.000.000* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *36.759.260.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **276.286.340.841** | **Total das Fontes** | **367.452.671.414** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *18.428.910.280* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-400.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *91.163.922.062* | **Variação de Capital de Giro** | **8.990.163.951** |
| *Serviços de Terceiros* | *41.624.182.701* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-1.078.582.476** |
| *Utilidades e Serviços* | *638.405.753* | **Variação do Disponível** | **-5.824.945.300** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *69.737.715.357* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *4.236.703.293* | | |
| *Operações Internas* | *2.545.813.314* | | |
| *Operações Externas* | *560.356.343* | | |
| *Debêntures* | *10.386.991* | | |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *1.115.187.189* | | |
| *Outras Fontes* | *4.959.456* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *50.456.501.395* | | |
| **Total dos Usos** | **369.139.307.589** | **Total Liquido das Fontes** | **369.139.307.589** |

### 32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **252.605.000** | **Receitas** | **76.082.404** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *252.605.000* | *Receita não Operacional* | *76.082.404* |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *252.605.000* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **234.293.166** |
| **Dispêndios Correntes** | **80.930.454** | **Total das Fontes** | **310.375.570** |
| *Serviços de Terceiros* | *700.457* | **Variação de Capital de Giro** | **-11.412.530** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *76.809.998* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **22.753.740** |
| *Operações Externas* | *48.000.000* | **Variação do Disponível** | **11.818.674** |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *28.792.001* | | |
| *Outras Fontes* | *17.997* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.419.999* | | |
| **Total dos Usos** | **333.535.454** | **Total Liquido das Fontes** | **333.535.454** |

### 32238 INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **7.233.514** | **Receitas** | **120.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *27.880* | *Receita não Operacional* | *120.000* |
| *Materias e Produtos* | *6.000* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **7.113.514** |
| *Serviços de Terceiros* | *323.334* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *7.113.514* |
| *Utilidades e Serviços* | *30.700* | **Total das Fontes** | **7.233.514** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *5.600* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Demais Dispêndios Correntes* | *6.840.000* | | |
| **Total dos Usos** | **7.233.514** | **Total Liquido das Fontes** | **7.233.514** |

### 32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.076.448.000** | **Receitas** | **114.425.581.833** |
| *Investimentos* | *912.990.000* | *Receita Operacional* | *113.969.168.477* |
| *Inversões Financeiras* | *30.090.000* | *Receita não Operacional* | *456.413.356* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.133.368.000* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **262.140.948** |
| **Dispêndios Correntes** | **110.547.932.873** | **Total das Fontes** | **114.687.722.781** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.355.844.401* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **286.592.766** |
| *Materias e Produtos* | *84.352.184.601* | **Variação de Capital de Giro** | **-2.155.566.340** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.880.885.316* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-194.368.332** |
| *Utilidades e Serviços* | *43.273.403* | **Variação do Disponível** | **-2** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *22.198.014.264* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *178.505.424* | | |
| *Outras Fontes* | *178.505.424* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *539.225.464* | | |
| **Total dos Usos** | **112.624.380.873** | **Total Liquido das Fontes** | **112.624.380.873** |

### 32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **768.766.514** | **Receitas** | **826.424.676** |
| *Inversões Financeiras* | *1.653.000* | *Receita não Operacional* | *826.424.676* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *767.113.514* | **Total das Fontes** | **826.424.676** |
| **Dispêndios Correntes** | **91.063.245** | **Variação de Capital de Giro** | **-136.011.352** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *9.323.127* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-204.491** |
| *Materias e Produtos* | *48.000* | **Variação do Disponível** | **169.620.926** |
| *Serviços de Terceiros* | *10.398.496* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *6.600* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *52.054.360* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.272* | | |
| *Outras Fontes* | *1.272* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *19.231.390* | | |
| **Total dos Usos** | **859.829.759** | **Total Liquido das Fontes** | **859.829.759** |

### 32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **22.000.000** | **Receitas** | **24.000.000** |
| *Investimentos* | *150.000* | *Receita não Operacional* | *24.000.000* |
| *Inversões Financeiras* | *7.850.000* | **Total das Fontes** | **24.000.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *14.000.000* | **Variação de Capital de Giro** | **73.461** |
| **Dispêndios Correntes** | **5.860.167** | **Variação do Disponível** | **3.786.706** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *2.601.887* | | |
| *Materias e Produtos* | *89.098* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *1.498.471* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *78.839* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.186.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *405.872* | | |
| **Total dos Usos** | **27.860.167** | **Total Liquido das Fontes** | **27.860.167** |

### 32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **198.320.253** | **Receitas** | **664.656.722** |
| *Investimentos* | *158.261.805* | *Receita Operacional* | *619.757.381* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *40.058.448* | *Receita não Operacional* | *44.899.341* |
| *Outras Fontes* | *40.058.448* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **97.047.047** |
| **Dispêndios Correntes** | **567.507.126** | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *97.047.047* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *35.805.001* | **Total das Fontes** | **761.703.769** |
| *Materias e Produtos* | *311.569.979* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.428.105** |
| *Serviços de Terceiros* | *34.133.818* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-24.913** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Utilidades e Serviços* | *518.584* | **Variação do Disponível** | **5.576.628** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *161.260.137* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *19.279.624* | | |
| *Outras Fontes* | *19.279.624* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *4.939.983* | | |
| **Total dos Usos** | **765.827.379** | **Total Liquido das Fontes** | **765.827.379** |

### 32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **389.423.093** | **Receitas** | **1.254.621.127** |
| *Investimentos* | *295.275.625* | *Receita Operacional* | *1.214.922.702* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *94.147.468* | *Receita não Operacional* | *39.698.425* |
| *Operações Externas* | *20.932* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **310.625.357** |
| *Outras Fontes* | *94.126.536* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *310.625.357* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.172.675.107** | **Total das Fontes** | **1.565.246.484** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *96.748.193* | **Variação de Capital de Giro** | **-48.750.607** |
| *Materias e Produtos* | *550.717.307* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **39.500.500** |
| *Serviços de Terceiros* | *93.374.265* | **Variação do Disponível** | **6.101.823** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.566.561* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *342.656.520* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *56.664.958* | | |
| *Operações Internas* | *1.108.999* | | |
| *Operações Externas* | *16.677* | | |
| *Outras Fontes* | *55.539.282* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *26.947.303* | | |
| **Total dos Usos** | **1.562.098.200** | **Total Liquido das Fontes** | **1.562.098.200** |

### 32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **596.656.320** | **Receitas** | **1.574.525.620** |
| *Investimentos* | *435.622.630* | *Receita Operacional* | *1.460.885.815* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *161.033.690* | *Receita não Operacional* | *113.639.805* |
| *Operações Internas* | *1.068.518* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **371.897.630** |
| *Operações Externas* | *344.253* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *371.897.630* |
| *Outras Fontes* | *159.620.919* | **Total das Fontes** | **1.946.423.250** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.326.596.282** | **Variação de Capital de Giro** | **-90.995.309** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *114.113.973* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **591.192** |
| *Materias e Produtos* | *506.464.976* | **Variação do Disponível** | **67.233.469** |
| *Serviços de Terceiros* | *114.409.661* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *9.393.657* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *452.633.970* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *59.119.216* | | |
| *Operações Internas* | *137.954* | | |
| *Operações Externas* | *333.563* | | |
| *Outras Fontes* | *58.647.699* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *70.460.829* | | |
| **Total dos Usos** | **1.923.252.602** | **Total Liquido das Fontes** | **1.923.252.602** |

### 32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **548.722.748** | **Receitas** | **1.965.023.195** |
| *Investimentos* | *507.542.503* | *Receita Operacional* | *1.961.144.892* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *41.180.245* | *Receita não Operacional* | *3.878.303* |
| *Outras Fontes* | *41.180.245* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **507.542.503** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.965.454.948** | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *507.542.503* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *97.472.520* | **Total das Fontes** | **2.472.565.698** |
| *Materias e Produtos* | *1.236.221.100* | **Variação de Capital de Giro** | **9.813.287** |
| *Serviços de Terceiros* | *142.963.254* | **Variação do Disponível** | **31.798.711** |
| *Utilidades e Serviços* | *9.610.117* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *394.410.274* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *34.993.124* | | |
| *Outras Fontes* | *34.993.124* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *49.784.559* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **2.514.177.696** | **Total Liquido das Fontes** | **2.514.177.696** |

### 32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **270.968.845** | **Receitas** | **1.019.884.286** |
| *Investimentos* | *64.052.000* | *Receita Operacional* | *976.099.791* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *35.868.919* | *Receita não Operacional* | *43.784.495* |
| *Operações Externas* | *35.868.919* | **Total das Fontes** | **1.019.884.286** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *171.047.926* | **Variação de Capital de Giro** | **-137.838.246** |
| **Dispêndios Correntes** | **646.028.636** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **23.658.592** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *116.691.324* | **Variação do Disponível** | **11.292.849** |
| *Materias e Produtos* | *12.010.584* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *73.979.107* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *8.807.128* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *306.666.778* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *84.311.782* | | |
| *Operações Externas* | *5.662.649* | | |
| *Outras Fontes* | *78.649.133* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *43.561.933* | | |
| **Total dos Usos** | **916.997.481** | **Total Liquido das Fontes** | **916.997.481** |

### 32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **75.210.981** | **Receitas** | **524.548.209** |
| *Investimentos* | *68.936.035* | *Receita Operacional* | *496.220.593* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *6.274.946* | *Receita não Operacional* | *28.327.616* |
| *Outras Fontes* | *6.274.946* | **Operações de Crédito** | **27.713.629** |
| **Dispêndios Correntes** | **472.669.609** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *27.713.629* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *53.719.483* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **75.125.946** |
| *Materias e Produtos* | *320.966.965* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *75.125.946* |
| *Serviços de Terceiros* | *21.134.551* | **Total das Fontes** | **627.387.784** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.396.951* | **Variação de Capital de Giro** | **-26.523.111** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *24.274.080* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-278.900** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *3.544.458* | **Variação do Disponível** | **-52.705.183** |
| *Outras Fontes* | *3.544.458* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *47.633.121* | | |
| **Total dos Usos** | **547.880.590** | **Total Liquido das Fontes** | **547.880.590** |

### 32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **899.842.143** | **Receitas** | **5.612.870.820** |
| *Investimentos* | *774.087.811* | *Receita Operacional* | *5.109.575.469* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *125.754.332* | *Receita não Operacional* | *503.295.351* |
| *Outras Fontes* | *125.754.332* | **Operações de Crédito** | **269.331.233** |
| **Dispêndios Correntes** | **5.471.512.367** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *269.331.233* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *203.691.687* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **758.653.048** |
| *Materias e Produtos* | *3.902.449.167* | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *758.653.048* |
| *Serviços de Terceiros* | *223.788.981* | **Total das Fontes** | **6.640.855.101** |
| *Utilidades e Serviços* | *15.935.103* | **Variação de Capital de Giro** | **414.241.092** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *788.209.332* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-511.667.296** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *50.346.355* | **Variação do Disponível** | **-172.074.387** |
| *Outras Fontes* | *50.346.355* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *287.091.742* | | |
| **Total dos Usos** | **6.371.354.510** | **Total Liquido das Fontes** | **6.371.354.510** |

### 32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.657.536.825** | **Receitas** | **7.626.077.559** |
| *Investimentos* | *2.258.542.000* | *Receita Operacional* | *7.560.455.414* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *99.738.298* | *Receita não Operacional* | *65.622.145* |
| *Operações Internas* | *99.738.298* | **Operações de Crédito** | **1.548.653.214** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Outros Dispêndios de Capital* | *299.256.527* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *1.548.653.214* |
| **Dispêndios Correntes** | **6.592.360.498** | **Total das Fontes** | **9.174.730.773** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.753.997.106* | **Variação de Capital de Giro** | **115.583.884** |
| *Materias e Produtos* | *256.493.047* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **25.788.118** |
| *Serviços de Terceiros* | *2.078.155.480* | **Variação do Disponível** | **-66.205.452** |
| *Utilidades e Serviços* | *246.433.929* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.265.420.887* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *157.026.371* | | |
| *Operações Internas* | *157.026.371* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *834.833.678* | | |
| **Total dos Usos** | **9.249.897.323** | **Total Liquido das Fontes** | **9.249.897.323** |

### 32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **39.500.000** | **Receitas** | **663.294.734** |
| *Investimentos* | *39.500.000* | *Receita Operacional* | *663.294.734* |
| **Dispêndios Correntes** | **595.543.202** | **Total das Fontes** | **663.294.734** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *755.801* | **Variação de Capital de Giro** | **-2.906.858** |
| *Materias e Produtos* | *25.122.036* | **Variação do Disponível** | **-25.344.674** |
| *Serviços de Terceiros* | *213.240.870* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *3.860.745* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *352.563.750* | | |
| **Total dos Usos** | **635.043.202** | **Total Liquido das Fontes** | **635.043.202** |

### 32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **482.529.569** | **Receitas** | **857.652.885** |
| *Investimentos* | *241.607.005* | *Receita Operacional* | *852.152.885* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *240.922.564* | *Receita não Operacional* | *5.500.000* |
| *Outras Fontes* | *240.922.564* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **473.058.460** |
| **Dispêndios Correntes** | **873.232.402** | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *473.058.460* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *92.199.999* | **Total das Fontes** | **1.330.711.345** |
| *Materias e Produtos* | *484.013.443* | **Variação de Capital de Giro** | **14.265.387** |
| *Serviços de Terceiros* | *72.160.738* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **40.645.612** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.500.000* | **Variação do Disponível** | **-29.860.373** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *90.279.960* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *95.647.428* | | |
| *Outras Fontes* | *95.647.428* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *37.430.834* | | |
| **Total dos Usos** | **1.355.761.971** | **Total Liquido das Fontes** | **1.355.761.971** |

### 32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **937.059.333** | **Receitas** | **2.358.371.132** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *937.059.333* | *Receita não Operacional* | *2.358.371.132* |
| *Operações Externas* | *751.407.839* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **252.605.000** |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *185.651.494* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **4.190.450.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **3.151.227.639** | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *4.190.450.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *3.714.712* | **Total das Fontes** | **6.801.426.132** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *3.144.996.974* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-751.407.839** |
| *Operações Externas* | *3.047.011.227* | **Variação de Capital de Giro** | **-581.997.018** |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *97.985.747* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-1.473.920.179** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.515.953* | **Variação do Disponível** | **94.185.876** |
| **Total dos Usos** | **4.088.286.972** | **Total Liquido das Fontes** | **4.088.286.972** |

### 32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **490.801** | **Receitas** | **98.434** |
| *Serviços de Terceiros* | *248.994* | *Receita não Operacional* | *98.434* |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *241.807* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **500.000** |
| | | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *500.000* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Total das Fontes** | **598.434** |
| | | **Variação de Capital de Giro** | **-67.523** |
| | | **Variação do Disponível** | **-40.110** |
| **Total dos Usos** | **490.801** | **Total Liquido das Fontes** | **490.801** |

### 32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PBLOG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **631.256.290** | **Receitas** | **2.071.602.368** |
| *Investimentos* | *112.000* | *Receita Operacional* | *1.767.733.564* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *181.281.093* | *Receita não Operacional* | *303.868.804* |
| *Debêntures* | *181.281.093* | **Total das Fontes** | **2.071.602.368** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *449.863.197* | **Variação de Capital de Giro** | **116.743.133** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.494.766.585** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-1.301.134** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.660.252* | **Variação do Disponível** | **-61.021.492** |
| *Materias e Produtos* | *13.351* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *957.814.647* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *422.744.537* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *79.047.313* | | |
| *Operações Internas* | *47.350.956* | | |
| *Debêntures* | *31.696.357* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *31.486.485* | | |
| **Total dos Usos** | **2.126.022.875** | **Total Liquido das Fontes** | **2.126.022.875** |

### 32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **20.373.134.255** | **Receitas** | **12.344.226.962** |
| *Investimentos* | *11.074.789.000* | *Receita Operacional* | *11.769.646.463* |
| *Inversões Financeiras* | *3.153.893.230* | *Receita não Operacional* | *574.580.499* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *5.898.595.754* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **10.134.340.000** |
| *Operações Externas* | *2.566.749.465* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *10.134.340.000* |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *3.331.846.289* | **Operações de Crédito** | **2.484.186.666** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *245.856.271* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *2.484.186.666* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.897.823.036** | **Total das Fontes** | **24.962.753.628** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *5.843.820* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.186.589.079** |
| *Serviços de Terceiros* | *18.107.038* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-941.980.274** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.919.168* | **Variação do Disponível** | **-563.226.984** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *462.808.080* | | |
| *Operações Externas* | *433.924.914* | | |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *28.883.166* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.404.144.930* | | |
| **Total dos Usos** | **22.270.957.291** | **Total Liquido das Fontes** | **22.270.957.291** |

### 32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **212.916** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **212.912** |
| *Serviços de Terceiros* | *20.916* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *212.912* |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *192.000* | **Total das Fontes** | **212.912** |
| | | **Variação do Disponível** | **4** |
| **Total dos Usos** | **212.916** | **Total Liquido das Fontes** | **212.916** |

### 32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **42.659.349.644** | **Receitas** | **63.617.607.910** |
| *Investimentos* | *1.319.818.000* | *Receita Operacional* | *62.358.328.355* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *41.339.531.644* | *Receita não Operacional* | *1.259.279.555* |
| **Dispêndios Correntes** | **62.338.425.241** | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **3.517.497.783** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *178.282.331* | **Operações de Crédito** | **33.292.050.000** |
| *Materias e Produtos* | *55.056.992.072* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *33.292.050.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *162.202.883* | **Total das Fontes** | **100.427.155.693** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.788* | **Variação de Capital de Giro** | **-990.185.412** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.481.526.281* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **2.663.946.753** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Encargos Financeiros e Outros* | *3.704.503.802* | **Variação do Disponível** | **2.896.857.851** |
| *Operações Externas* | *545.591.148* | | |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *2.216.472.707* | | |
| *Outras Fontes* | *942.439.947* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.754.911.084* | | |
| **Total dos Usos** | **104.997.774.885** | **Total Liquido das Fontes** | **104.997.774.885** |

### 32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **30.000.000** | **Receitas** | **778.138.316** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *30.000.000* | *Receita Operacional* | *760.002.791* |
| **Dispêndios Correntes** | **773.538.979** | *Receita não Operacional* | *18.135.525* |
| *Materias e Produtos* | *667.836.396* | **Total das Fontes** | **778.138.316** |
| *Serviços de Terceiros* | *55.872* | **Variação de Capital de Giro** | **-4.342.551** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *102.643.015* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **3.261.570** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *15.132* | **Variação do Disponível** | **26.481.644** |
| *Outras Fontes* | *15.132* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.988.564* | | |
| **Total dos Usos** | **803.538.979** | **Total Liquido das Fontes** | **803.538.979** |

### 32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **318.493** | **Receitas** | **459.989** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *318.493* | *Receita não Operacional* | *459.989* |
| **Dispêndios Correntes** | **305.800** | **Total das Fontes** | **459.989** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *34.560* | **Variação de Capital de Giro** | **-439.131** |
| *Serviços de Terceiros* | *76.420* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **442.351** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *9.000* | **Variação do Disponível** | **161.084** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *185.820* | | |
| **Total dos Usos** | **624.293** | **Total Liquido das Fontes** | **624.293** |

### 32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.455.802.829** | **Receitas** | **8.234.987.411** |
| *Investimentos* | *439.273.000* | *Receita Operacional* | *8.141.689.411* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.348.591.202* | *Receita não Operacional* | *93.298.000* |
| *Operações Internas* | *600.000.000* | **Total das Fontes** | **8.234.987.411** |
| *Outras Fontes* | *748.591.202* | **Variação de Capital de Giro** | **-245.743.969** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *667.938.627* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **30.266.871** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.275.157.619** | **Variação do Disponível** | **-1.288.549.865** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *17.252.702* | | |
| *Materias e Produtos* | *156.866* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *381.264.517* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *10.904.294* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.880.945.992* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *875.487.696* | | |
| *Operações Internas* | *833.274.299* | | |
| *Outras Fontes* | *42.213.397* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *109.145.552* | | |
| **Total dos Usos** | **6.730.960.448** | **Total Liquido das Fontes** | **6.730.960.448** |

### 32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **199.091.710** | **Receitas** | **3.705.241.971** |
| *Investimentos* | *130.000.000* | *Receita Operacional* | *3.699.361.964* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *25.854.725* | *Receita não Operacional* | *5.880.007* |
| *Operações Internas* | *25.854.725* | **Operações de Crédito** | **40.092.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *43.236.985* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *40.092.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **3.505.191.974** | **Total das Fontes** | **3.745.333.971** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *299.075.728* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-26.474.664** |
| *Materias e Produtos* | *2.274.774.860* | **Variação de Capital de Giro** | **21.140.071** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Serviços de Terceiros* | *277.000.654* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-2.346.997** |
| *Utilidades e Serviços* | *22.187.168* | **Variação do Disponível** | **-33.368.697** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *539.430.420* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *7.575.719* | | |
| *Operações Internas* | *7.575.719* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *85.147.425* | | |
| **Total dos Usos** | **3.704.283.684** | **Total Liquido das Fontes** | **3.704.283.684** |

### 32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **6.400.000** | **Receitas** | **293.349.444** |
| *Investimentos* | *1.400.000* | *Receita Operacional* | *293.349.444* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *5.000.000* | **Total das Fontes** | **293.349.444** |
| **Dispêndios Correntes** | **135.066.801** | **Variação de Capital de Giro** | **4.306.153** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *16.832.996* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **9.072** |
| *Materias e Produtos* | *1.632.338* | **Variação do Disponível** | **-156.197.868** |
| *Serviços de Terceiros* | *10.452.354* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *1.375.116* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *103.277.299* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *9.072* | | |
| *Outras Fontes* | *9.072* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.487.626* | | |
| **Total dos Usos** | **141.466.801** | **Total Liquido das Fontes** | **141.466.801** |

### 32320 TERMOCEARÁ LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **29.713.848** | **Receitas** | **111.461.371** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *29.713.848* | *Receita Operacional* | *94.792.408* |
| **Dispêndios Correntes** | **36.766.656** | *Receita não Operacional* | *16.668.963* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *5.680.784* | **Total das Fontes** | **111.461.371** |
| *Materias e Produtos* | *48.000* | **Variação de Capital de Giro** | **-7.283.868** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.410.491* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-614.375** |
| *Utilidades e Serviços* | *869.904* | **Variação do Disponível** | **-37.082.624** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *27.747.540* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.009.937* | | |
| **Total dos Usos** | **66.480.504** | **Total Liquido das Fontes** | **66.480.504** |

### 32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **87.643.071** | **Receitas** | **187.794.294** |
| *Materias e Produtos* | *1.200* | *Receita Operacional* | *64.441.950* |
| *Serviços de Terceiros* | *6.314.718* | *Receita não Operacional* | *123.352.344* |
| *Utilidades e Serviços* | *648* | **Total das Fontes** | **187.794.294** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *12.326.871* | **Variação de Capital de Giro** | **3.803.179** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *20.240* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-3.352.104** |
| *Outras Fontes* | *20.240* | **Variação do Disponível** | **-100.602.298** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *68.979.394* | | |
| **Total dos Usos** | **87.643.071** | **Total Liquido das Fontes** | **87.643.071** |

### 32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **177.837.000** | **Receitas** | **344.528.967** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *177.837.000* | *Receita Operacional* | *316.341.207* |
| **Dispêndios Correntes** | **111.435.609** | *Receita não Operacional* | *28.187.760* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *16.571.112* | **Total das Fontes** | **344.528.967** |
| *Materias e Produtos* | *686.509* | **Variação de Capital de Giro** | **-11.331.445** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.453.632* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **3.185.184** |
| *Utilidades e Serviços* | *232.008* | **Variação do Disponível** | **-47.110.097** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *90.721.860* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *120* | | |
| *Outras Fontes* | *120* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.770.368* | | |
| **Total dos Usos** | **289.272.609** | **Total Liquido das Fontes** | **289.272.609** |

### 32330 REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.814.646.000** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **5.804.002.518** |
| *Investimentos* | *4.814.646.000* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *5.804.002.518* |
| **Dispêndios Correntes** | **41.855.006** | **Total das Fontes** | **5.804.002.518** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *198.400* | **Variação de Capital de Giro** | **-947.503.528** |
| *Serviços de Terceiros* | *26.855.124* | **Variação do Disponível** | **2.016** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.500* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *14.799.982* | | |
| **Total dos Usos** | **4.856.501.006** | **Total Liquido das Fontes** | **4.856.501.006** |

### 32332 TERMOBAHIA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **7.974.059** | **Receitas** | **95.220.964** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *7.974.059* | *Receita não Operacional* | *95.220.964* |
| *Operações Internas* | *7.974.059* | **Total das Fontes** | **95.220.964** |
| **Dispêndios Correntes** | **43.412.218** | **Variação de Capital de Giro** | **3.782.608** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *7.494.900* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **2.287.197** |
| *Serviços de Terceiros* | *865.920* | **Variação do Disponível** | **-49.904.492** |
| *Utilidades e Serviços* | *400.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *16.435.638* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *16.977.024* | | |
| *Debêntures* | *6.179.916* | | |
| *Outras Fontes* | *10.797.108* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.238.736* | | |
| **Total dos Usos** | **51.386.277** | **Total Liquido das Fontes** | **51.386.277** |

### 32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **5.911.000** | **Receitas** | **594.000.000** |
| *Investimentos* | *3.261.000* | *Receita Operacional* | *593.838.936* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *2.650.000* | *Receita não Operacional* | *161.064* |
| **Dispêndios Correntes** | **581.449.037** | **Total das Fontes** | **594.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *14.287.892* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-15.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *382.687.642* | **Variação de Capital de Giro** | **53.416.029** |
| *Serviços de Terceiros* | *41.546.148* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **4** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.674.673* | **Variação do Disponível** | **-45.055.996** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *135.536.860* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.850.929* | | |
| *Outras Fontes* | *1.850.929* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.864.893* | | |
| **Total dos Usos** | **587.360.037** | **Total Liquido das Fontes** | **587.360.037** |

### 32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.726.299.817** | **Receitas** | **1.503.707.830** |
| *Investimentos* | *20.240.000* | *Receita Operacional* | *1.474.631.528* |
| *Inversões Financeiras* | *1.706.059.817* | *Receita não Operacional* | *29.076.302* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.511.682.313** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **1.726.299.819** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *102.978.793* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *1.726.299.819* |
| *Materias e Produtos* | *1.006.980.569* | **Total das Fontes** | **3.230.007.649** |
| *Serviços de Terceiros* | *128.036.987* | **Variação de Capital de Giro** | **11.210.532** |
| *Utilidades e Serviços* | *9.617.242* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **47** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *228.687.046* | **Variação do Disponível** | **-3.236.098** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *10.644* | | |
| *Outras Fontes* | *10.644* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *35.371.032* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **3.237.982.130** | **Total Liquido das Fontes** | **3.237.982.130** |

### 32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **121.453** | **Receitas** | **243.913** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *121.453* | *Receita não Operacional* | *243.913* |
| | | **Total das Fontes** | **243.913** |
| | | **Variação de Capital de Giro** | **378.769** |
| | | **Variação do Disponível** | **-501.229** |
| **Total dos Usos** | **121.453** | **Total Liquido das Fontes** | **121.453** |

### 32343 COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **264.803.561** | **Receitas** | **1.523.955.854** |
| *Investimentos* | *142.850.000* | *Receita Operacional* | *1.517.475.854* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *121.953.561* | *Receita não Operacional* | *6.480.000* |
| *Operações Internas* | *121.953.561* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **478.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.593.679.828** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *478.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *30.107.827* | **Total das Fontes** | **2.001.955.854** |
| *Materias e Produtos* | *1.029.072.277* | **Variação de Capital de Giro** | **-182.182.960** |
| *Serviços de Terceiros* | *84.378.860* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **4** |
| *Utilidades e Serviços* | *42.815.071* | **Variação do Disponível** | **38.710.491** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *208.128.918* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *74.916.911* | | |
| *Operações Internas* | *71.973.485* | | |
| *Operações Externas* | *2.943.426* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *124.259.964* | | |
| **Total dos Usos** | **1.858.483.389** | **Total Liquido das Fontes** | **1.858.483.389** |

### 32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **265.238.096** | **Receitas** | **1.249.401.648** |
| *Investimentos* | *7.388.000* | *Receita Operacional* | *1.247.769.212* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *257.850.096* | *Receita não Operacional* | *1.632.436* |
| *Operações Internas* | *257.850.096* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **410.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.443.960.080** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *410.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *55.473.082* | **Total das Fontes** | **1.659.401.648** |
| *Materias e Produtos* | *921.622.662* | **Variação de Capital de Giro** | **54.287.708** |
| *Serviços de Terceiros* | *90.128.857* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-672.436** |
| *Utilidades e Serviços* | *47.756.489* | **Variação do Disponível** | **-3.818.744** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *114.612.903* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *150.827.385* | | |
| *Operações Internas* | *150.827.385* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *63.538.702* | | |
| **Total dos Usos** | **1.709.198.176** | **Total Liquido das Fontes** | **1.709.198.176** |

### 32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **21.121.728** | **Receitas** | **31.791.096** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.867.384* | *Receita Operacional* | *21.458.760* |
| *Materias e Produtos* | *36.864* | *Receita não Operacional* | *10.332.336* |
| *Serviços de Terceiros* | *1.627.896* | **Total das Fontes** | **31.791.096** |
| *Utilidades e Serviços* | *145.656* | **Variação de Capital de Giro** | **-69.927** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.213.928* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **851.384** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *13.047.720* | **Variação do Disponível** | **-11.450.825** |
| *Outras Fontes* | *13.047.720* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *182.280* | | |
| **Total dos Usos** | **21.121.728** | **Total Liquido das Fontes** | **21.121.728** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

**32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2** R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **6.970.207** | **Receitas** | **19.560.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *469.000* | *Receita Operacional* | *19.560.000* |
| *Materias e Produtos* | *15.600* | **Total das Fontes** | **19.560.000** |
| *Serviços de Terceiros* | *2.754.896* | **Variação de Capital de Giro** | **1.108.284** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.004.400* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-10.028.760** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *714.324* | **Variação do Disponível** | **-3.669.317** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.920* | | |
| *Outras Fontes* | *1.920* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.010.067* | | |
| **Total dos Usos** | **6.970.207** | **Total Liquido das Fontes** | **6.970.207** |

**32351 GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD** R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **23.200.000** | **Receitas** | **470.045.182** |
| *Investimentos* | *23.200.000* | *Receita Operacional* | *463.922.581* |
| **Dispêndios Correntes** | **421.860.486** | *Receita não Operacional* | *6.122.601* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *15.620.723* | **Total das Fontes** | **470.045.182** |
| *Materias e Produtos* | *270.644.413* | **Variação de Capital de Giro** | **-35.714.294** |
| *Serviços de Terceiros* | *15.031.805* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-121.979** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.969.268* | **Variação do Disponível** | **10.851.577** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *105.137.556* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *180.622* | | |
| *Outras Fontes* | *180.622* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *13.276.099* | | |
| **Total dos Usos** | **445.060.486** | **Total Liquido das Fontes** | **445.060.486** |

**32354 ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - ETE** R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **64.700.000** | **Receitas** | **203.800.000** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *64.700.000* | *Receita Operacional* | *196.000.000* |
| *Operações Internas* | *51.000.000* | *Receita não Operacional* | *7.800.000* |
| *Debêntures* | *13.700.000* | **Total das Fontes** | **203.800.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **132.615.120** | **Variação do Disponível** | **-6.484.880** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *123.120* | | |
| *Materias e Produtos* | *120.000* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *4.065.000* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *24.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *53.573.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *74.000.000* | | |
| *Operações Internas* | *74.000.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *710.000* | | |
| **Total dos Usos** | **197.315.120** | **Total Liquido das Fontes** | **197.315.120** |

**32355 RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - RBTE** R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **10.670.281** | **Receitas** | **33.586.331** |
| *Investimentos* | *200.000* | *Receita Operacional* | *32.624.531* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *10.470.281* | *Receita não Operacional* | *961.800* |
| *Operações Internas* | *10.470.281* | **Operações de Crédito** | **67.167** |
| **Dispêndios Correntes** | **25.364.995** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *67.167* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.443.143* | **Total das Fontes** | **33.653.498** |
| *Materias e Produtos* | *7.200* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.712.256** |
| *Serviços de Terceiros* | *4.257.134* | **Variação do Disponível** | **4.094.034** |
| *Utilidades e Serviços* | *18.800* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *9.731.315* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *9.344.095* | | |
| *Operações Internas* | *9.344.095* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *563.308* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **36.035.276** | **Total Liquido das Fontes** | **36.035.276** |

### 32356 COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLÍFEROS - CLEP

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **234.199.417** | **Receitas** | **390.000.000** |
| *Serviços de Terceiros* | *205.633* | *Receita Operacional* | *210.000.000* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *229.200.000* | *Receita não Operacional* | *180.000.000* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *4.793.784* | **Total das Fontes** | **390.000.000** |
| *Outras Fontes* | *4.793.784* | **Variação de Capital de Giro** | **157.675.000** |
| | | **Variação do Disponível** | **-313.475.583** |
| **Total dos Usos** | **234.199.417** | **Total Liquido das Fontes** | **234.199.417** |

### 32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **3.000.000** | **Receitas** | **52.600.347** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *3.000.000* | *Receita Operacional* | *47.251.027* |
| **Dispêndios Correntes** | **48.332.190** | *Receita não Operacional* | *5.349.320* |
| *Materias e Produtos* | *33.347.568* | **Total das Fontes** | **52.600.347** |
| *Serviços de Terceiros* | *91.538* | **Variação de Capital de Giro** | **89.752** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *12.386.428* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **882.095** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *600* | **Variação do Disponível** | **-2.240.004** |
| *Outras Fontes* | *600* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.506.056* | | |
| **Total dos Usos** | **51.332.190** | **Total Liquido das Fontes** | **51.332.190** |

### 32358 ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY I S.A. - ECM 1

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **160.979.686** | **Receitas** | **92.978.691** |
| *Investimentos* | *5.490.000* | *Receita Operacional* | *71.978.691* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *41.313.863* | *Receita não Operacional* | *21.000.000* |
| *Operações Internas* | *41.313.863* | **Total das Fontes** | **92.978.691** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *114.175.823* | **Variação de Capital de Giro** | **30.693.948** |
| **Dispêndios Correntes** | **65.379.245** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-1.013.296** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *8.525.830* | **Variação do Disponível** | **103.699.588** |
| *Materias e Produtos* | *6.792.147* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *13.775.316* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *563.666* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *10.334.403* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *13.237.824* | | |
| *Operações Internas* | *13.201.824* | | |
| *Outras Fontes* | *36.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *12.150.059* | | |
| **Total dos Usos** | **226.358.931** | **Total Liquido das Fontes** | **226.358.931** |

### 32359 AREMBEPE ENERGIA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **18.463.624** | **Receitas** | **96.709.420** |
| *Investimentos* | *6.928.000* | *Receita Operacional* | *77.816.788* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *11.535.624* | *Receita não Operacional* | *18.892.632* |
| *Operações Internas* | *11.535.624* | **Total das Fontes** | **96.709.420** |
| **Dispêndios Correntes** | **54.784.025** | **Variação de Capital de Giro** | **-6.193.704** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *9.973.884* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **46.177** |
| *Materias e Produtos* | *6.903.570* | **Variação do Disponível** | **-17.314.244** |
| *Serviços de Terceiros* | *13.776.545* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *185.181* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *7.700.745* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *15.440.622* | | |
| *Operações Internas* | *15.394.445* | | |
| *Outras Fontes* | *46.177* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *803.478* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **73.247.649** | **Total Liquido das Fontes** | **73.247.649** |

### 32360 BREITENER JARAQUI S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **88.946.676** | **Receitas** | **119.693.316** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.068.484* | *Receita Operacional* | *87.633.132* |
| *Materias e Produtos* | *10.706.580* | *Receita não Operacional* | *32.060.184* |
| *Serviços de Terceiros* | *9.766.716* | **Total das Fontes** | **119.693.316** |
| *Utilidades e Serviços* | *260.292* | **Variação de Capital de Giro** | **-5.391.257** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *28.949.424* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **5.959** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *4.761.588* | **Variação do Disponível** | **-25.361.342** |
| *Outras Fontes* | *4.761.588* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *28.433.592* | | |
| **Total dos Usos** | **88.946.676** | **Total Liquido das Fontes** | **88.946.676** |

### 32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **105.324.984** | **Receitas** | **119.420.424** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *8.057.952* | *Receita Operacional* | *91.699.836* |
| *Materias e Produtos* | *27.328.820* | *Receita não Operacional* | *27.720.588* |
| *Serviços de Terceiros* | *6.593.488* | **Total das Fontes** | **119.420.424** |
| *Utilidades e Serviços* | *350.040* | **Variação de Capital de Giro** | **44.466.685** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *30.578.532* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **88.600** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *4.959.456* | **Variação do Disponível** | **-58.650.725** |
| *Outras Fontes* | *4.959.456* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *27.456.696* | | |
| **Total dos Usos** | **105.324.984** | **Total Liquido das Fontes** | **105.324.984** |

### 32362 UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **9.269.802** | **Receitas** | **25.819.662** |
| *Investimentos* | *4.211* | *Receita Operacional* | *25.364.799* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *5.735.945* | *Receita não Operacional* | *454.863* |
| *Operações Internas* | *5.735.945* | **Total das Fontes** | **25.819.662** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *3.529.646* | **Variação de Capital de Giro** | **931.810** |
| **Dispêndios Correntes** | **9.595.807** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **233** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *890.241* | **Variação do Disponível** | **-7.886.096** |
| *Materias e Produtos* | *5.075* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *165.031* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *2.995.881* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.579.445* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *2.686.875* | | |
| *Operações Internas* | *2.686.875* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *273.259* | | |
| **Total dos Usos** | **18.865.609** | **Total Liquido das Fontes** | **18.865.609** |

### 32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **56.509.545** | **Receitas** | **56.688.474** |
| *Investimentos* | *51.439.728* | *Receita Operacional* | *56.688.474* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *5.069.817* | **Operações de Crédito** | **120.000.000** |
| *Operações Internas* | *5.069.817* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *120.000.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **29.313.357** | **Total das Fontes** | **176.688.474** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *903.382* | **Variação de Capital de Giro** | **-17.835.923** |
| *Materias e Produtos* | *49.200* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **13.909.843** |
| *Serviços de Terceiros* | *2.227.819* | **Variação do Disponível** | **-86.939.492** |
| *Utilidades e Serviços* | *99.120* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *5.539.252* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *19.027.832* | | |
| *Operações Internas* | *19.027.832* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.466.752* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **85.822.902** | **Total Liquido das Fontes** | **85.822.902** |

### 32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **123.565.169** | **Receitas** | **39.929.585** |
| *Investimentos* | *123.565.169* | *Receita Operacional* | *39.929.585* |
| **Dispêndios Correntes** | **42.646.781** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **84.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.225.201* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *84.000.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *2.805.000* | **Operações de Crédito** | **21.334.177** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *8.134.220* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *21.334.177* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *30.000.000* | **Total das Fontes** | **145.263.762** |
| *Operações Internas* | *30.000.000* | **Variação de Capital de Giro** | **-44.297.043** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *482.360* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **7.500.000** |
| | | **Variação do Disponível** | **57.745.231** |
| **Total dos Usos** | **166.211.950** | **Total Liquido das Fontes** | **166.211.950** |

### 32365 AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **469.930.387** | **Receitas** | **2.300.748.362** |
| *Investimentos* | *389.137.284* | *Receita Operacional* | *2.295.799.454* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *80.793.103* | *Receita não Operacional* | *4.948.908* |
| *Outras Fontes* | *80.793.103* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **298.879.248** |
| **Dispêndios Correntes** | **2.147.110.911** | *Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)* | *298.879.248* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *73.346.139* | **Total das Fontes** | **2.599.627.610** |
| *Materias e Produtos* | *1.307.089.390* | **Variação de Capital de Giro** | **21.316.792** |
| *Serviços de Terceiros* | *75.423.277* | **Variação do Disponível** | **-3.903.104** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.023.348* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *306.585.006* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *26.084.397* | | |
| *Outras Fontes* | *26.084.397* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *356.559.354* | | |
| **Total dos Usos** | **2.617.041.298** | **Total Liquido das Fontes** | **2.617.041.298** |

### 32366 TERMOAÇU S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **20.858.999** | **Receitas** | **78.913.291** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.673.716* | *Receita Operacional* | *65.798.242* |
| *Serviços de Terceiros* | *2.544.828* | *Receita não Operacional* | *13.115.049* |
| *Utilidades e Serviços* | *185.328* | **Total das Fontes** | **78.913.291** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *14.071.847* | **Variação de Capital de Giro** | **541.273** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *383.280* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **1.528.762** |
| | | **Variação do Disponível** | **-60.124.327** |
| **Total dos Usos** | **20.858.999** | **Total Liquido das Fontes** | **20.858.999** |

### 32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **128.203.000** | **Receitas** | **659.227.564** |
| *Investimentos* | *128.203.000* | *Receita Operacional* | *659.227.564* |
| **Dispêndios Correntes** | **178.069.589** | **Total das Fontes** | **659.227.564** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *84.093.007* | **Variação de Capital de Giro** | **29.037.454** |
| *Materias e Produtos* | *13.474.286* | **Variação do Disponível** | **-381.992.429** |
| *Serviços de Terceiros* | *72.753.216* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *4.650.012* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *195.884* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.903.184* | | |
| **Total dos Usos** | **306.272.589** | **Total Liquido das Fontes** | **306.272.589** |

### 32368 COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDARIA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **46.000** | **Receitas** | **600.000** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Serviços de Terceiros* | *46.000* | *Receita não Operacional* | *600.000* |
| | | **Total das Fontes** | **600.000** |
| | | **Variação do Disponível** | **-554.000** |
| **Total dos Usos** | **46.000** | **Total Liquido das Fontes** | **46.000** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 33000 M. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### 33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **268.052.852** | **Receitas** | **1.431.167.413** |
| *Investimentos* | *236.500.000* | *Receita Operacional* | *1.354.190.602* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *31.552.852* | *Receita não Operacional* | *76.976.811* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.241.937.839** | **Total das Fontes** | **1.431.167.413** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *527.370.155* | **Variação de Capital de Giro** | **-145.056.203** |
| *Materias e Produtos* | *981.412* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-3.519.170** |
| *Serviços de Terceiros* | *193.119.888* | **Variação do Disponível** | **227.398.651** |
| *Utilidades e Serviços* | *18.585.572* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *302.899.589* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *198.981.223* | | |
| **Total dos Usos** | **1.509.990.691** | **Total Liquido das Fontes** | **1.509.990.691** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 36000 M. DA SAÚDE

### 36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **291.450.242** | **Receitas** | **464.559.991** |
| *Investimentos* | *291.330.242* | *Receita Operacional* | *458.706.794* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *120.000* | *Receita não Operacional* | *5.853.197* |
| **Dispêndios Correntes** | **487.333.443** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **120.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *29.980.003* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *120.000.000* |
| *Materias e Produtos* | *366.531.906* | **Total das Fontes** | **584.559.991** |
| *Serviços de Terceiros* | *67.689.747* | **Variação de Capital de Giro** | **21.054.305** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.203.584* | **Variação do Disponível** | **173.169.389** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.992.522* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *6.957.000* | | |
| *Outras Fontes* | *6.957.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.978.681* | | |
| **Total dos Usos** | **778.783.685** | **Total Liquido das Fontes** | **778.783.685** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 39000 M. DOS TRANSPORTES

### 39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **40.000** | **Receitas** | **1.400.000** |
| *Investimentos* | *40.000* | *Receita não Operacional* | *1.400.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **6.500.974** | **Total das Fontes** | **1.400.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.447.974* | **Variação de Capital de Giro** | **3.178.000** |
| *Materias e Produtos* | *147.000* | **Variação do Disponível** | **1.962.974** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.681.000* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *300.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *325.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *600.000* | | |
| **Total dos Usos** | **6.540.974** | **Total Liquido das Fontes** | **6.540.974** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 41000 M. DAS COMUNICAÇÕES

### 41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.315.539.943** | **Receitas** | **19.543.866.454** |
| *Investimentos* | *800.040.642* | *Receita Operacional* | *17.948.000.000* |
| *Inversões Financeiras* | *300.000.000* | *Receita não Operacional* | *1.595.866.454* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *2.990.944* | **Total das Fontes** | **19.543.866.454** |
| *Operações Externas* | *2.990.944* | **Variação de Capital de Giro** | **-217.495.770** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *212.508.357* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **7.500.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **18.051.005.480** | **Variação do Disponível** | **32.674.739** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *8.556.430.926* | | |
| *Materias e Produtos* | *239.752.673* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *7.252.872.249* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *435.535.239* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *826.642.531* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *93.242.250* | | |
| *Operações Externas* | *172.648* | | |
| *Outras Fontes* | *93.069.602* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *646.529.612* | | |
| **Total dos Usos** | **19.366.545.423** | **Total Liquido das Fontes** | **19.366.545.423** |

### 41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **725.394.653** | **Receitas** | **241.267.312** |
| *Investimentos* | *521.594.653* | *Receita Operacional* | *200.172.555* |
| *Inversões Financeiras* | *203.800.000* | *Receita não Operacional* | *41.094.757* |
| **Dispêndios Correntes** | **294.530.044** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **218.100.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *45.102.503* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *218.100.000* |
| *Materias e Produtos* | *419.251* | **Total das Fontes** | **459.367.312** |
| *Serviços de Terceiros* | *53.919.255* | **Variação de Capital de Giro** | **58.064.932** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.852.460* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-5.683.951** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *32.926.897* | **Variação do Disponível** | **508.176.404** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *156.309.678* | | |
| **Total dos Usos** | **1.019.924.697** | **Total Liquido das Fontes** | **1.019.924.697** |

### 41258 TELEBRAS COPA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **50.000** | **Receitas** | **101.003.491** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *50.000* | *Receita Operacional* | *101.003.491* |
| | | **Total das Fontes** | **101.003.491** |
| | | **Variação do Disponível** | **-100.953.491** |
| **Total dos Usos** | **50.000** | **Total Liquido das Fontes** | **50.000** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

# 52000 M. DA DEFESA

### 52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **10.151.000** | **Receitas** | **248.591.245** |
| *Investimentos* | *8.900.000* | *Receita Operacional* | *239.801.245* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.251.000* | *Receita não Operacional* | *8.790.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **242.561.119** | **Total das Fontes** | **248.591.245** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *118.207.901* | **Variação de Capital de Giro** | **12.718.898** |
| *Materias e Produtos* | *19.180.613* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-1.801.437** |
| *Serviços de Terceiros* | *64.456.119* | **Variação do Disponível** | **-6.796.587** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.829.420* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *33.729.866* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *420.000* | | |
| *Outras Fontes* | *420.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.737.200* | | |
| **Total dos Usos** | **252.712.119** | **Total Liquido das Fontes** | **252.712.119** |



## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 62000 SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

### 62213 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.969.581.597** | **Receitas** | **4.451.478.738** |
| *Investimentos* | *1.669.581.597* | *Receita Operacional* | *4.446.384.504* |
| *Inversões Financeiras* | *300.000.000* | *Receita não Operacional* | *5.094.234* |
| **Dispêndios Correntes** | **3.397.113.329** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **1.963.081.597** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.602.147.527* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *1.963.081.597* |
| *Materias e Produtos* | *65.743.934* | **Total das Fontes** | **6.414.560.335** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.279.210.110* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.105.190.204** |
| *Utilidades e Serviços* | *257.190.519* | **Variação do Disponível** | **57.324.795** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *104.022.244* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *88.798.995* | | |
| **Total dos Usos** | **5.366.694.926** | **Total Liquido das Fontes** | **5.366.694.926** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 68000 SECRETARIA DE PORTOS

### 68205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **66.390.000** | **Receitas** | **67.317.994** |
| *Investimentos* | *66.390.000* | *Receita Operacional* | *59.482.001* |
| **Dispêndios Correntes** | **61.547.561** | *Receita não Operacional* | *7.835.993* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *30.833.142* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **37.790.000** |
| *Materias e Produtos* | *389.011* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *37.790.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *16.076.594* | **Total das Fontes** | **105.107.994** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.015.955* | **Variação de Capital de Giro** | **42.740.755** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *8.311.824* | **Variação do Disponível** | **-19.911.188** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.921.035* | | |
| **Total dos Usos** | **127.937.561** | **Total Liquido das Fontes** | **127.937.561** |

### 68206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **84.495.264** | **Receitas** | **131.050.607** |
| *Investimentos* | *83.440.000* | *Receita Operacional* | *98.237.996* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.055.264* | *Receita não Operacional* | *32.812.611* |
| *Operações Internas* | *1.055.264* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **78.440.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **124.857.527** | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *78.440.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *54.743.542* | **Total das Fontes** | **209.490.607** |
| *Materias e Produtos* | *600.000* | **Variação de Capital de Giro** | **-4.208.078** |
| *Serviços de Terceiros* | *36.159.776* | **Variação do Disponível** | **4.070.262** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.000.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *16.773.209* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *13.581.000* | | |
| **Total dos Usos** | **209.352.791** | **Total Liquido das Fontes** | **209.352.791** |

### 68207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **132.682.901** | **Receitas** | **116.170.180** |
| *Investimentos* | *132.682.901* | *Receita Operacional* | *111.614.397* |
| **Dispêndios Correntes** | **114.939.185** | *Receita não Operacional* | *4.555.783* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *35.770.303* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **41.240.000** |
| *Materias e Produtos* | *3.000.000* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *41.240.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *38.720.667* | **Total das Fontes** | **157.410.180** |
| *Utilidades e Serviços* | *7.158.175* | **Variação de Capital de Giro** | **34.035.075** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *14.373.639* | **Variação do Disponível** | **56.176.831** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *15.916.401* | | |
| **Total dos Usos** | **247.622.086** | **Total Liquido das Fontes** | **247.622.086** |

### 68208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **310.963.356** | **Receitas** | **820.314.573** |
| *Investimentos* | *298.888.790* | *Receita Operacional* | *810.746.192* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *2.174.566* | *Receita não Operacional* | *9.568.381* |
| *Operações Externas* | *2.174.566* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **122.810.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *9.900.000* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *122.810.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **750.874.067** | **Total das Fontes** | **943.124.573** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *246.123.908* | **Variação de Capital de Giro** | **-136.713.187** |
| *Materias e Produtos* | *6.248.400* | **Variação do Disponível** | **255.426.037** |
| *Serviços de Terceiros* | *246.832.144* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *33.082.286* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *114.115.831* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *194.010* | | |
| *Operações Externas* | *194.010* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *104.277.488* | | |
| **Total dos Usos** | **1.061.837.423** | **Total Liquido das Fontes** | **1.061.837.423** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

**68210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **129.872.798** | **Receitas** | **136.947.500** |
| *Investimentos* | *129.872.798* | *Receita Operacional* | *130.775.500* |
| **Dispêndios Correntes** | **112.747.500** | *Receita não Operacional* | *6.172.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *47.250.000* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **42.880.000** |
| *Materias e Produtos* | *2.526.000* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *42.880.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *37.325.500* | **Total das Fontes** | **179.827.500** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.400.000* | **Variação de Capital de Giro** | **33.670.123** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *15.883.000* | **Variação do Disponível** | **29.122.675** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *4.363.000* | | |
| **Total dos Usos** | **242.620.298** | **Total Liquido das Fontes** | **242.620.298** |

**68211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **469.763.662** | **Receitas** | **422.255.268** |
| *Investimentos* | *469.484.408* | *Receita Operacional* | *365.132.377* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *279.254* | *Receita não Operacional* | *57.122.891* |
| *Operações Externas* | *279.254* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **60.380.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **490.606.631** | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *60.380.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *187.211.271* | **Total das Fontes** | **482.635.268** |
| *Materias e Produtos* | *4.361.345* | **Variação de Capital de Giro** | **403.836.874** |
| *Serviços de Terceiros* | *103.724.442* | **Variação do Disponível** | **73.898.151** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.880.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *49.427.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *547.748* | | |
| *Operações Externas* | *547.748* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *138.454.825* | | |
| **Total dos Usos** | **960.370.293** | **Total Liquido das Fontes** | **960.370.293** |

**68212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **67.543.450** | **Receitas** | **72.569.248** |
| *Investimentos* | *67.543.450* | *Receita Operacional* | *54.778.385* |
| **Dispêndios Correntes** | **65.874.725** | *Receita não Operacional* | *17.790.863* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *33.535.319* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **30.977.000** |
| *Materias e Produtos* | *5.112.292* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *30.977.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *15.414.565* | **Total das Fontes** | **103.546.248** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.821.813* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.327.115** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *7.127.938* | **Variação do Disponível** | **31.199.042** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.862.798* | | |
| **Total dos Usos** | **133.418.175** | **Total Liquido das Fontes** | **133.418.175** |

# EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

## 24000 M. DA CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO

### 24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **624.296.320** | **Receita** | **1.249.324.062** |
| *Investimentos* | *42.484.603* | *Receita Operacional* | *1.238.624.062* |
| *Inversões Financeiras* | *190.040.000* | *Receita Não Operacional* | *10.700.000* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *353.539.646* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **1.000.000.000** |
| *Operações de Crédito Internas* | *175.610.089* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *1.000.000.000* |
| *Demais Obrigações* | *177.929.557* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **836.113.277** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *38.232.071* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *836.113.277* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.080.298.527** | **Demais Obrigações** | **1.880.747.013** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *237.358.239* | *Transferência do FAT* | *500.000.000* |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *211.240* | *Outras Obrigações* | *1.380.747.013* |
| *Serviços de Terceiros* | *72.812.681* | **Total das Fontes** | **4.966.184.352** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.691.500* | **Variação do Disponível** | **1.158.270.136** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *134.349.617* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *568.253.402* | | |
| *Operações de Crédito Internas* | *351.146.464* | | |
| *Outras Obrigações* | *217.106.938* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *64.621.848* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.704.594.847** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **4.419.859.641** | | |
| **Total dos Usos** | **6.124.454.488** | **Total Líquido das Fontes** | **6.124.454.488** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 25000 M. DA FAZENDA

### 25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **233.714.452** | **Receita** | **2.207.331.639** |
| *Investimentos* | *57.781.763* | *Receita Operacional* | *2.195.756.053* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *51.614.311* | *Receita Não Operacional* | *11.575.586* |
| *Operações de Crédito Internas* | *51.614.311* | **Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos** | **2.351.700.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *124.318.378* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **1.210.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.778.219.085** | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *1.210.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *347.946.301* | **Demais Obrigações** | **1.037.696.077** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *7.849.717* | *Depósitos a Vista* | *836.415.300* |
| *Serviços de Terceiros* | *290.623.941* | *Depósitos a Prazo* | *201.280.777* |
| *Utilidades e Serviços* | *48.790.012* | **Total das Fontes** | **6.806.727.716** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *172.365.460* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-326.780.739** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *330.574.212* | **Variação do Disponível** | **93.011.806** |
| *Operações de Crédito Internas* | *65.608.829* | | |
| *Operações de Crédito Externas* | *22.709.103* | | |
| *Depósitos* | *242.256.280* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *580.069.442* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **2.011.933.537** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **4.561.025.246** | | |
| **Total dos Usos** | **6.572.958.783** | **Total Líquido das Fontes** | **6.572.958.783** |

### 25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **965.350.120** | **Receita** | **7.584.735.610** |
| *Investimentos* | *132.815.320* | *Receita Operacional* | *7.582.580.210* |
| *Inversões Financeiras* | *175.000* | *Receita Não Operacional* | *2.155.400* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *334.355.300* | **Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos** | **6.822.770.700** |
| *Operações de Crédito Internas* | *240.228.900* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **2.739.600.000** |
| *Operações de Crédito Externas* | *94.126.400* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *2.658.000.000* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *498.004.500* | *Operações de Crédito Externas* | *81.600.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **6.289.014.236** | **Demais Obrigações** | **1.656.326.607** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.122.514.800* | *Depósitos a Vista* | *36.832.607* |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *122.760* | *Depósitos a Prazo* | *1.619.494.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *1.149.607.020* | **Total das Fontes** | **18.803.432.917** |
| *Utilidades e Serviços* | *47.143.560* | **Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo** | **84.000.000** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *927.911.500* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-4.443.116.229** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.515.507.096* | **Variação do Disponível** | **-43.423.457** |
| *Operações de Crédito Internas* | *257.123.300* | | |
| *Operações de Crédito Externas* | *20.010.800* | | |
| *Operações – Resolução 63* | *50.400.000* | | |
| *Depósitos* | *639.703.641* | | |
| *Outras Obrigações* | *548.269.355* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *1.526.207.500* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **7.254.364.356** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **7.146.528.875** | | |
| **Total dos Usos** | **14.400.893.231** | **Total Líquido das Fontes** | **14.400.893.231** |

### 25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **187.264.969** | **Receita** | **4.650.828.666** |
| *Investimentos* | *29.005.155* | *Receita Operacional* | *4.608.833.349* |
| *Inversões Financeiras* | *4.500.000* | *Receita Não Operacional* | *41.995.317* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *153.759.814* | **Total das Fontes** | **4.650.828.666** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.332.801.684** | **Outras Variações Patrimoniais** | **168.326.533** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *86.259.027* | **Variação do Disponível** | **-299.088.546** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *462.675* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *55.996.197* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *2.777.745* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *269.757.495* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *3.917.548.545* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Dispêndios PDG** | **4.520.066.653** | | |
| **Total dos Usos** | **4.520.066.653** | **Total Líquido das Fontes** | **4.520.066.653** |

### 25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.790.088.892** | **Receita** | **108.709.478.233** |
| *Investimentos* | *2.522.200.106* | *Receita Operacional* | *108.149.817.250* |
| *Inversões Financeiras* | *500.000.000* | *Receita Não Operacional* | *559.660.983* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *2.063.455* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **12.987.077.872** |
| *Operações de Crédito Externas* | *2.063.455* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *12.987.077.872* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.765.825.331* | **Demais Obrigações** | **75.014.000.247** |
| **Dispêndios Correntes** | **100.120.459.310** | *Depósitos a Vista* | *4.500.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *14.499.005.549* | *Depósitos a Prazo* | *70.514.000.247* |
| *Serviços de Terceiros* | *9.102.521.429* | **Total das Fontes** | **196.710.556.352** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.416.990.273* | **Outras Variações Patrimoniais** | **64.882.771.455** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.051.237.479* | **Variação do Disponível** | **-1.905.122.952** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *70.384.633.865* | | |
| *Operações de Crédito Externas* | *115.730.935* | | |
| *Depósitos* | *33.742.417.905* | | |
| *Outras Obrigações* | *36.526.485.025* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *3.666.070.715* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **104.910.548.202** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **154.777.656.653** | | |
| **Total dos Usos** | **259.688.204.855** | **Total Líquido das Fontes** | **259.688.204.855** |

### 25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **25.837.156.074** | **Receita** | **146.647.473.250** |
| *Investimentos* | *3.100.509.408* | *Receita Operacional* | *144.062.813.950* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *17.294.879.486* | *Receita Não Operacional* | *2.584.659.300* |
| *Operações de Crédito Internas* | *16.699.589.886* | **Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos** | **2.053.850.164** |
| *Operações de Crédito Externas* | *595.289.600* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **61.328.507.994** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *5.441.767.180* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *53.239.444.899* |
| **Dispêndios Correntes** | **130.190.183.563** | *Operações de Crédito Externas* | *8.089.063.095* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *18.316.093.362* | **Demais Obrigações** | **172.277.746.046** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *54.815.159* | *Depósitos a Vista* | *7.315.303.965* |
| *Serviços de Terceiros* | *12.281.080.579* | *Depósitos a Prazo* | *86.724.728.796* |
| *Utilidades e Serviços* | *1.560.150.172* | *Outras Obrigações* | *78.237.713.285* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.727.517.390* | **Total das Fontes** | **382.307.577.454** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *78.621.267.025* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-121.286.389.193** |
| *Operações de Crédito Internas* | *2.168.599.403* | **Variação do Disponível** | **1.637.006.028** |
| *Operações de Crédito Externas* | *1.634.107.195* | | |
| *Depósitos* | *30.824.236.869* | | |
| *Outras Obrigações* | *43.994.323.558* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *12.629.259.876* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **156.027.339.637** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **106.630.854.652** | | |
| **Total dos Usos** | **262.658.194.289** | **Total Líquido das Fontes** | **262.658.194.289** |

### 25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.403.314.500** | **Receita** | **2.088.503.978** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.403.314.500* | *Receita Operacional* | *2.088.503.978* |
| **Dispêndios Correntes** | **611.330.821** | **Total das Fontes** | **2.088.503.978** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *25.720.546* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-80.005.943** |
| *Serviços de Terceiros* | *32.621.267* | **Variação do Disponível** | **6.147.286** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.734.772* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *317.557.700* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *197.812.836* | | |
| *Outras Obrigações* | *197.812.836* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *35.883.700* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **2.014.645.321** | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **2.014.645.321** | **Total Líquido das Fontes** | **2.014.645.321** |

### 25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **810.624.513** | **Receita** | **1.568.938.168** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *810.624.513* | *Receita Operacional* | *1.568.938.168* |
| **Dispêndios Correntes** | **765.105.338** | **Total das Fontes** | **1.568.938.168** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *57.759.921* | **Outras Variações Patrimoniais** | **1.022.998** |
| *Serviços de Terceiros* | *32.754.924* | **Variação do Disponível** | **5.768.685** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.882.213* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *636.736.428* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *31.971.852* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.575.729.851** | | |
| **Total dos Usos** | **1.575.729.851** | **Total Líquido das Fontes** | **1.575.729.851** |

### 25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **202.598.443** | **Receita** | **2.213.500.965** |
| *Investimentos* | *182.023.281* | *Receita Operacional* | *2.212.696.553* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *20.575.162* | *Receita Não Operacional* | *804.412* |
| **Dispêndios Correntes** | **2.131.200.316** | **Retorno das Operações de Crédito** | **604.919.192** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.400.113* | **Total das Fontes** | **2.818.420.157** |
| *Serviços de Terceiros* | *5.131.071* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-485.044.033** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.888* | **Variação do Disponível** | **422.635** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *271.565.889* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.822.058.393* | | |
| *Operações de Crédito Internas* | *206.127* | | |
| *Depósitos* | *1.821.852.266* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *31.040.962* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **2.333.798.759** | | |
| **Total dos Usos** | **2.333.798.759** | **Total Líquido das Fontes** | **2.333.798.759** |

### 25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **339.627** | **Receita** | **1.738.665** |
| *Serviços de Terceiros* | *185.371* | *Receita Operacional* | *1.738.665* |
| *Utilidades e Serviços* | *69* | **Total das Fontes** | **1.738.665** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.709* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-5.489.242** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *11.503* | **Variação do Disponível** | **4.090.204** |
| *Variação Cambial* | *11.503* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *139.975* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **339.627** | | |
| **Total dos Usos** | **339.627** | **Total Líquido das Fontes** | **339.627** |

### 25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **41.782.890** | **Receita** | **58.560.850** |
| *Serviços de Terceiros* | *6.931.039* | *Receita Operacional* | *58.560.850* |
| *Utilidades e Serviços* | *71.295* | **Total das Fontes** | **58.560.850** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *223.917* | **Outras Variações Patrimoniais** | **30.688.198** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *33.218.221* | **Variação do Disponível** | **-47.466.158** |
| *Depósitos* | *28.171.101* | | |
| *Variação Cambial* | *2.114.568* | | |
| *Outras Obrigações* | *2.932.552* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *1.338.418* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **41.782.890** | | |
| **Total dos Usos** | **41.782.890** | **Total Líquido das Fontes** | **41.782.890** |

### 25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **118.795** | **Receita** | **495.776** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *118.795* | *Receita Operacional* | *495.776* |
| **Dispêndios Correntes** | **432.273** | **Total das Fontes** | **495.776** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *293.511* | **Outras Variações Patrimoniais** | **55.446** |
| *Serviços de Terceiros* | *26.361* | **Variação do Disponível** | **-154** |
| *Utilidades e Serviços* | *455* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *71.278* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *3.001* | | |
| *Outras Obrigações* | *3.001* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *37.667* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **551.068** | | |
| **Total dos Usos** | **551.068** | **Total Líquido das Fontes** | **551.068** |

### 25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **151.226.996** | **Receita** | **315.231.335** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *151.226.996* | *Receita Operacional* | *315.231.335* |
| **Dispêndios Correntes** | **156.045.023** | **Total das Fontes** | **315.231.335** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.185.733* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-5.269.953** |
| *Serviços de Terceiros* | *17.717.647* | **Variação do Disponível** | **-2.689.363** |
| *Utilidades e Serviços* | *397.075* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *124.890.200* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *6.854.368* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **307.272.019** | | |
| **Total dos Usos** | **307.272.019** | **Total Líquido das Fontes** | **307.272.019** |

### 25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **992.315.301** | **Receita** | **1.157.607.001** |
| *Inversões Financeiras* | *798.222.604* | *Receita Operacional* | *844.288.029* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *194.092.697* | *Receita Não Operacional* | *313.318.972* |
| **Dispêndios Correntes** | **24.037.421** | **Total das Fontes** | **1.157.607.001** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.810.185* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-141.249.279** |
| *Serviços de Terceiros* | *4.077.044* | **Variação do Disponível** | **-5.000** |
| *Utilidades e Serviços* | *12.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *11.934.975* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *921* | | |
| *Outras Obrigações* | *921* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *1.202.296* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.016.352.722** | | |
| **Total dos Usos** | **1.016.352.722** | **Total Líquido das Fontes** | **1.016.352.722** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

PLDO, Art 11, inciso VI

# 28000 M. DESENV., IND. COM. EXTERIOR

### 28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **67.090.109.998** | **Receita** | **104.391.467.477** |
| *Investimentos* | *85.222.981* | *Receita Operacional* | *42.530.418.157* |
| *Inversões Financeiras* | *7.000.000.000* | *Receita Não Operacional* | *61.861.049.320* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *10.254.170.831* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **5.000.000.000** |
| *Operações de Crédito Internas* | *6.040.847* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *5.000.000.000* |
| *Operações de Crédito Externas* | *1.702.322.627* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **8.804.506.989** |
| *Demais Obrigações* | *8.545.807.357* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *216.640* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *49.750.716.186* | *Operações de Crédito Externas* | *9.985.556.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **41.676.790.912** | *Variação Cambial* | *-1.181.265.651* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *860.908.646* | **Demais Obrigações** | **78.772.688.171** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *3.635.609* | *Tesouro* | *56.217.187.391* |
| *Serviços de Terceiros* | *599.664.735* | *Transferência do FAT* | *17.219.315.611* |
| *Utilidades e Serviços* | *8.014.489* | *Outras Obrigações* | *5.336.185.169* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.343.995.637* | **Total das Fontes** | **196.968.662.637** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *36.697.192.242* | **Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo** | **-808.436.697** |
| *Operações de Crédito Internas* | *823.402.951* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-7.087.983.333** |
| *Operações de Crédito Externas* | *980.396.204* | | |
| *Variação Cambial* | *-1.181.265.652* | | |
| *Outras Obrigações* | *36.074.658.739* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *1.163.379.554* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **108.766.900.910** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **80.305.341.697** | | |
| **Total dos Usos** | **189.072.242.607** | **Total Líquido das Fontes** | **189.072.242.607** |

### 28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **29.647.050.876** | **Receita** | **12.166.426.616** |
| *Inversões Financeiras* | *2.137.000.000* | *Receita Operacional* | *11.904.174.070* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *10.004.668.160* | *Receita Não Operacional* | *262.252.546* |
| *Operações de Crédito Internas* | *7.544.717.341* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **6.000.000.000** |
| *Demais Obrigações* | *2.459.950.819* | *Participação no Capital - Empresas Estatais* | *6.000.000.000* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *17.505.382.716* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **13.388.838.677** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.162.991.753** | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *13.389.119.961* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *146.707.317* | *Variação Cambial* | *-281.284* |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *621.881* | **Demais Obrigações** | **3.939.496.522** |
| *Serviços de Terceiros* | *81.321.485* | *Tesouro* | *220.059.770* |
| *Utilidades e Serviços* | *1.370.900* | *Outras Obrigações* | *3.719.436.752* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.958.214.813* | **Total das Fontes** | **35.494.761.815** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.359.177.823* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-1.684.719.186** |
| *Operações de Crédito Internas* | *377.322.584* | | |
| *Variação Cambial* | *-281.284* | | |
| *Outras Obrigações* | *982.136.523* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *615.577.534* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **33.810.042.629** | | |
| **Total dos Usos** | **33.810.042.629** | **Total Líquido das Fontes** | **33.810.042.629** |

### 28236 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **26.306.959.073** | **Receita** | **10.737.745.536** |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *25.617.799.375* | *Receita Operacional* | *10.543.992.936* |
| *Operações de Crédito Internas* | *25.617.799.375* | *Receita Não Operacional* | *193.752.600* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *689.159.698* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **1.000.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **9.587.610.118** | *Participação no Capital - Empresas Estatais* | *1.000.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *124.578.937* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **42.711.590.551** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *526.207* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *42.812.408.876* |
| *Serviços de Terceiros* | *85.737.543* | *Variação Cambial* | *-100.818.325* |
| *Utilidades e Serviços* | *1.159.992* | **Demais Obrigações** | **15.796.846** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *747.292.125* | *Tesouro* | *15.796.846* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *8.565.687.252* | **Total das Fontes** | **54.465.132.933** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

PLDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Operações de Crédito Internas* | *7.057.912.715* | **Outras Variações Patrimoniais** | **599.858.911** |
| *Variação Cambial* | *-100.818.325* | | |
| *Outras Obrigações* | *1.608.592.862* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *62.628.062* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **35.894.569.191** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **19.170.422.653** | | |
| **Total dos Usos** | **55.064.991.844** | **Total Líquido das Fontes** | **55.064.991.844** |

**28237 BNDES LIMITED**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **10.127.168** | **Receita** | **966.141** |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *10.127.168* | *Receita Não Operacional* | *966.141* |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **10.127.168** | **Total das Fontes** | **966.141** |
| | | **Outras Variações Patrimoniais** | **10.127.168** |
| | | **Variação do Disponível** | **-966.141** |
| **Total dos Usos** | **10.127.168** | **Total Líquido das Fontes** | **10.127.168** |